



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRUNO PORRECA FERREIRA CUNHA

MOMENTOS DE EMANCIPAÇÃO EM POLÍTICA EXTERNA NA BOLÍVIA E
NO BRASIL

FLORIANÓPOLIS

2025

BRUNO PORRECA FERREIRA CUNHA

**MOMENTOS DE EMANCIPAÇÃO EM POLÍTICA EXTERNA NA BOLÍVIA E
NO BRASIL**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan.

FLORIANÓPOLIS

2025

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Cunha, Bruno Porreca Ferreira
Momentos de Emancipação em Política Externa na Bolívia e
no Brasil / Bruno Porreca Ferreira Cunha ; orientador,
Daniel Ricardo Castelan, 2025.
123 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2025.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa. 3.
Decolonialidade. 4. Brasil e Bolívia. 5. Colonialismo. I.
Castelan, Daniel Ricardo. II. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações
Internacionais. III. Título.

Bruno Porreca Ferreira Cunha

MOMENTOS DE EMANCIPAÇÃO EM POLÍTICA EXTERNA NA BOLÍVIA E NO BRASIL

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 25 de Junho de 2025, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan
PPGRI/UFSC

Profa. Dra. Clarissa Franzoi Dri
PPGRI/UFSC

Profa. Dra. Renata Álvares Gaspar
PUC/MINAS

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado para obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais



Documento assinado digitalmente

Monica Salomon Gonzalez

Data: 10/09/2025 14:44:42-0300

CPF: ***,818.939-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Documento assinado digitalmente

Daniel Ricardo Castelan

Data: 11/09/2025 10:35:57-0300

CPF: ***,852.308-**

Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan Orientador(a)

Florianópolis, 2025

AGRADECIMENTOS

A todo o apoio que recebi nesta etapa da minha vida. Em especial, àqueles que não deixaram a questão da saúde mental no ambiente universitário permanecer apenas no discurso. Esta dissertação — e o próprio destrancamento do curso — não teriam sido possíveis sem o auxílio da UFSC, nas pessoas de Ronnis, Hélio e Daniel. Aos que acompanharam essa trajetória de perto, atuando diretamente na área da saúde: André, Alessandra, Marlene e Lucas. À Sarah, por resgatar meu interesse (e senso de responsabilidade) pela vida acadêmica e pela luta decolonial. E, sobretudo, aos meus pais, André e Laura, pelo apoio incondicional.

*Estamo' aquí
Oye, que estamo' aquí
Mérame, estamo' aquí*

*Desde hace rato, cuando ustedes llegaron
Ya estaban las huellas de nuestros zapatos*

*América no es solo USA, papá
Esto es desde Tierra del Fuego hasta Canadá
Hay que ser bien bruto, bien hueco
Es como decir que África es solo Marruecos*

*A estos canallas
Se les olvidó que el calendario que usan se lo inventaron los Mayas
(...)*

*Más de cien años de tortura
La nova trova cantando en plena dictadura
Somos la sangre que sopla la presión atmosférica*

*Gambino, mi hermano
Esto sí es América
Aquí estamos, siempre estamos
No nos fuimos, no nos vamos
Aquí estamos pa' que te recuerdes
Si quieres, mi machete te muerde*

(Residente, 2022)

RESUMO

A presente dissertação investiga momentos de emancipação colonial na política externa de Bolívia e Brasil, analisando como estruturas herdadas da colonialidade influenciam decisões diplomáticas e a inserção internacional desses países. Através de uma perspectiva decolonial, o trabalho examina criticamente os elementos de poder — natureza, gênero e sexualidade, raça, saber e economia — identificando suas permanências e rupturas ao longo da história, no plano interno e externo, de ambos os países. No caso do Brasil, destaca-se o percurso da política externa entre o final da República Velha até 2012, com ênfase nos períodos de maior afirmação autônoma, como a Política Externa Independente, o pragmatismo responsável durante a ditadura e a diversificação de parcerias dos primeiros governos Lula. Na Bolívia, a análise centra-se no impacto da revolução de 1952, na Constituição de 2009 e no primeiro governo de Evo Morales. Ao articular teoria decolonial com análise histórica, a dissertação propõe uma leitura crítica sobre as possibilidades e limitações da política externa latino-americana enquanto ferramenta de emancipação frente à colonialidade do poder.

Palavras-chave: política externa; decolonialidade; Brasil; Bolívia; colonialismo.

ABSTRACT

This master's thesis investigates moments of colonial emancipation in the foreign policies of Bolivia and Brazil, analyzing how structures inherited from coloniality influence diplomatic decisions and the international positioning of these countries. Through a decolonial perspective, the study critically examines the elements of power—nature, gender and sexuality, race, knowledge, and economy—identifying their continuities and ruptures throughout the internal and external history of both nations. In the case of Brazil, the analysis highlights the trajectory of foreign policy from the end of the Old Republic until 2012, with emphasis on periods of greater autonomous assertion, such as the Independent Foreign Policy, the “responsible pragmatism” during the military regime, and the diversification of partnerships under the first Lula administrations. In Bolivia, the study focuses on the impact of the 1952 revolution, the 2009 Constitution, and the first governments of Evo Morales. By combining decolonial theory with historical analysis, the thesis offers a critical perspective on the possibilities and limitations of Latin American foreign policy as a tool for emancipation in the face of the enduring structures of colonial power.

Introdução e problematização	11
Justificativa	14
Capítulo 1 - O Pensamento Decolonial	16
1.2 – Raça	23
1.3 – Natureza	25
1.3 – Gênero e Sexualidade	28
1.4 – Conhecimento	30
1.5 – Economia	31
1.6 – As 5 dimensões no contexto internacional	33
Capítulo 2 – O Caso Brasileiro	35
3.1 – Introdução	35
2.2 – Era Vargas (1930-1945)	39
2.3 – Dutra e o Estado Novo (1945-1955).....	41
2.4 – O Intervalo Democrático (1956-1964)	43
2.5 – A Política Externa Independente	45
2.6 – O período militar	49
2.7 – O pragmatismo ecumênico e responsável	52
2.8 – Redemocratização.....	56
2.9 – A diplomacia de Lula/Celso Amorim	59
Capítulo 3 – O caso Boliviano	
3.1 – Breve Histórico	63
3.2 – Guerra do Chaco (1932-1935)	64
3.3 – Período Pré-Revolucionário (1935-1952)	67
3.4 – A revolução de 1952.....	68
3.5 – A ditadura Militar em sucessivos golpes (1964-1982).....	71
3.6 – A Consolidação da democracia neoliberal (1985-2002)	73
3.7 – O Governo Evo Morales	76
3.7.2 – Constituição	78
3.7.3 – Política Externa e as nacionalizações	82
Capítulo 4 – Comparativo	
4.1 - As formações nacionais na primeira metade do século XX.....	
4.1.1 – O caso boliviano	87
4.1.2 – O caso brasileiro	88

4.2 – Análise comparativa da modernidade e categorias do poder colonial entre ambos os países (pré-década de 1950)	91
4.3 – As consequentes políticas externas comparadas do período (1930-1964)	94
4.4 – Períodos autoritários e neoliberais (1964-2002).....	99
4.5 – Governos Lula e Evo Morales	105
Considerações Finais	112
Referências Bibliográficas	115

INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisa momentos de emancipação política na política externa da Bolívia e do Brasil, ao longo do século XX, até o início da segunda década do século XXI, mais precisamente no marco temporal de 1930 a 2012, com contextualizações anteriores quando necessário à compreensão do argumento. A partir de uma perspectiva decolonial, o trabalho busca identificar e problematizar rupturas e permanências coloniais na atuação internacional desses países, observando como discursos, alianças e práticas diplomáticas revelam disputas por autonomia e subordinação no sistema internacional. A escolha dos dois países se justifica pelas trajetórias distintas, mas complementares, no enfrentamento às estruturas herdadas da colonialidade. Para entender melhor o contexto de cada país faremos uma breve análise histórica de seus períodos, com uma crítica inicial no contexto do nosso objeto de pesquisa. Uma vez introduzidos ambas as trajetórias, o quarto e último capítulo será dedicado à uma crítica mais aprofundada em termos de emancipação no contexto internacional, sempre sob a ótica decolonial.

A organização da sociedade moderna tem sido amplamente estruturada a partir da racionalidade liberal-capitalista, que, segundo Walter Mignolo, é apresentada como o ápice da organização humana nas esferas política, econômica e cultural. Essas formas de organização social da modernidade confundem-se com os próprios elementos sociais dos quais fazem parte, sem que se consiga enxergar facilmente o ponto determinante de sua origem. Essa visão de mundo, aparentemente neutra e universal, esconde as raízes que deram origem ao que hoje entendemos como modernidade. Ousar buscar uma teoria crítica dessa cosmovisão de mundo implica desconstruir o que também é tido como universal e normal na sociedade capitalista-liberal moderna. A crítica a essa universalização exige mais do que a rejeição ao neoliberalismo recente; ela demanda um retorno às origens históricas do sistema-mundo moderno, ancorado na conquista da América e na subsequente construção de uma hierarquia global de saberes, corpos e territórios.

O projeto de modernidade iluminista do século XVIII baseava-se no desenvolvimento de uma ciência definitiva – objetiva e com uma moral universal. As leis e artes também seriam por ela englobadas e reguladas por sua própria lógica, igualmente universalista. Mas qual seria, de fato, a origem da modernidade e sua consequente pretensão global?

Para autores do grupo modernidade/colonialidade, formado na América Latina a partir da década de 1980 — entre eles Aníbal Quijano, Walter Dignolo e Catherine Walsh — a organização do mundo moderno tem um marco bastante preciso: a conquista da América. Com o colonialismo no novo continente, começa também a construção colonial dos saberes. A somatória do imaginário colonial faz nascer a pretensa universalização de uma narrativa epistêmica, que define o que é válido como conhecimento, verdade e progresso a partir de referenciais europeus. Ao escolher uma experiência particular — a europeia — como modelo global de civilização e conhecimento, a modernidade se impõe como um único padrão, em detrimento de outros processos históricos e culturais. Essa escolha totaliza o tempo, o espaço e a vida humana, e a lógica não poderia deixar de ser excludente, deixando claro que não há qualquer direito legítimo fora dessa composição acordada. A conclusão é a mesma trazida por Locke¹ a respeito dos direitos dos povos, quando hierarquiza a razão universal e relega aos povos bárbaros sua soberania, autonomia e individualidade. Para impor essa hegemonia, resta claro que foi necessário o apagamento histórico de outras formas de organização social e a classificação de qualquer outra manifestação cultural como inferior.

A temporalidade do desenvolvimento moderno não é válida para a América Latina. Ainda que passemos por todas as fases necessárias, exibiremos nossas contradições e desigualdades, que funcionam como máximas europeias de categorização dentro do sistema cuja classificação é necessária para a criação da modernidade. Essa pretensa superioridade inatingível, conforme argumenta Quijano, só é possível com a invenção moderna do conceito de raça, utilizado como ferramenta de hierarquização global. A essa lógica somam-se, como aponta Galeano, os efeitos históricos da acumulação de riqueza extraída da América Latina, que, em conjunto, sustentam o discurso civilizatório e modernizante destinado aos povos tidos como inferiores. Ambos esses recursos também são usados, em diferentes momentos, pelo caráter civilizatório, salvador e modernizante, para com os povos tidos como inferiores.

A categorização e o domínio sobre a América, Ásia e África necessitavam de um elemento constitutivo para além da religião, como nos lembra Santiago Castro-Gómez, já que esta não foi suficiente para a tentativa de dominação europeia anterior, durante as

¹ LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1998.

cruzadas, quando a Europa ainda podia ser definida como periferia do mundo². Uma suposta diferença biológica entre os conquistadores e os conquistados foi assumida como fundacional na América. Aníbal Quijano nos lembra que a ideia de raça, em seu sentido moderno, não tem história conhecida antes da América³. Em pouco tempo, isso foi assimilado nas novas relações sociais — sempre baseadas em dominação — que precisavam constantemente se legitimar. O elemento fenotípico tornou-se critério fundante para a distribuição da população mundial em posições, papéis e funções, sendo, portanto, o modo básico de classificação social universal da população mundial na modernidade.

Para além da raça, um novo padrão de conhecimento também foi construído. A manipulação do tempo, relegando à América indígena apenas o passado, facilitava sua definição como primitiva. Com receio de ser outra vez incorporada, a Europa moderna precisou apropriar-se, criando uma linha de desenvolvimento fictícia, onde se partia de um estado de natureza e categorizava-se o não-europeu como passado e de raça inferior.

Essas categorias estruturantes do mundo moderno — raça, tempo, saber, natureza — continuam a operar na contemporaneidade, inclusive nos modos pelos quais Estados latino-americanos se inserem no sistema internacional. Ao analisarmos criticamente as trajetórias da política externa de Bolívia e Brasil, torna-se evidente que as heranças coloniais ainda informam discursos, alianças, silêncios e prioridades. Este trabalho parte do entendimento de que a política externa, muitas vezes lida como esfera “técnica” e “racional”, também é atravessada por disputas históricas que envolvem identidade, memória e poder.

JUSTIFICATIVA

A proposta de investigar momentos de emancipação colonial na política externa de Bolívia e Brasil nasce da necessidade de reposicionar o olhar sobre os estudos de política internacional. A maioria das abordagens tradicionais no campo das Relações Internacionais parte de pressupostos eurocentrados, que tomam a experiência ocidental

² CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 80–87.

³ QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 117–142.

como universal e desconsideram as marcas da colonialidade como a base estrutural do sistema internacional. Com isso, formas alternativas de agir no mundo (ou resistir a hierarquias prescritas) são frequentemente invisibilizadas ou reduzidas a estratégias “periféricas”.

Neste sentido, a teoria decolonial oferece uma chave potente de leitura. Ao apontar que a modernidade ocidental não foi um processo autônomo, mas sim constitutivamente colonial, ela permite entender como os vínculos entre conhecimento, poder e ser continuam a operar mesmo após o fim formal do colonialismo. A colonialidade do poder não apenas estruturou as relações entre metrópoles e colônias, mas seguiu operando nas independências, nas repúblicas, nas diplomacias e nas economias das ex-colônias.

Ao escolher Brasil e Bolívia como objetos principais, buscou-se também iluminar trajetórias distintas de enfrentamento à colonialidade. O Brasil, maior país da região, oscila historicamente entre projetos de liderança regional baseados em cooperação Sul-Sul e momentos de alinhamento com potências hegemônicas. Já a Bolívia, em especial a partir da Revolução de 1952 e da Constituição de 2009, apresenta experiências políticas mais explícitas de contestação à colonialidade, inclusive no campo simbólico-epistemológico. A escolha do tema se justifica pela existência de tais momentos históricos em que tanto o Brasil quanto a Bolívia adotaram posturas críticas ao alinhamento automático com potências hegemônicas, buscando afirmar maior autonomia em suas políticas externas. Esses episódios, ainda que eventualmente marcados por contradições, expressam tentativas de ruptura ou reconfiguração das lógicas herdadas da colonialidade. Assim, a pergunta que orienta esta dissertação é: **em quais momentos da história recente Brasil e Bolívia exerceram uma política externa autônoma e que atenuou os laços de colonialidade com as potências mundiais?**

Portanto, este trabalho busca não apenas identificar tais momentos de contraposição às lógicas coloniais no campo da política externa, mas também compreender seus limites, contradições e potencialidades. Ao articular teoria decolonial com análise histórica, procura-se uma leitura mais crítica da política externa latino-

americana — não como esfera neutra de defesa de interesses nacionais, mas como campo atravessado por disputas de poder globais, enraizadas em cinco séculos de colonialidade.

CAPÍTULO 1 – O PENSAMENTO DECOLONIAL

Teorias e práticas críticas à modernidade/colonialidade podem ser observadas a partir do século XVI. Contudo, o termo “colonialidade” aqui empregado tem como base pensadores latino-americanos na década de 1980, no chamado grupo Modernidade/Colonialidade, que foi uma rede de pesquisadores latino-americanos cujas formulações surgiram da crítica às abordagens eurocentradas sobre modernidade, desenvolvimento e globalização, com o objetivo de evidenciar os elementos coloniais que persistem para além do colonialismo formal.

Os principais nomes ligados ao grupo incluem Aníbal Quijano, responsável pela formulação do conceito de “colonialidade do poder”, em seu artigo seminal *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina* (1992); Walter D. Mignolo, que desenvolveu a noção de “lógica da colonialidade” em relação ao saber, como em *The Darker Side of the Renaissance* (1995); Santiago Castro-Gómez, com sua crítica à “hybris do ponto zero” (2005); e Catherine Walsh, que tem enfatizado o papel da colonialidade do saber e do ser, especialmente em sua atuação no Equador.

Embora cada autor tenha trajetória própria, todos compartilham o esforço de demonstrar que a modernidade ocidental não é separável do colonialismo — e que as estruturas de poder, saber e ser legadas pela colonização continuam a operar nas repúblicas latino-americanas até hoje. Essa rede se consolidou a partir da década de 1990, mas cujas formulações começaram ainda nos anos 1980 e, nos anos 2000, passaram a atuar coletivamente, sobretudo em fóruns regionais e internacionais.

Este movimento pode ser entendido como uma continuação latina ao conceito de descolonização, que abarca os movimentos de libertação na África e na Ásia após a Segunda Guerra, além da busca por uma “terceira via” na Guerra Fria, onde os países não alinhados aos principais polos de poder procuravam, sobretudo a partir da Conferência de Bandung, de 1955, seu espaço na geopolítica global. Quijano usa o termo “colonialidade global” para se referir a um mundo capitalista homocêntrico que sustenta a mesma matriz de poder colonial.

Mesmo antes dos autores reconhecidos como ‘decoloniais’, já havia na América Latina, após a Segunda Guerra, um conjunto de autores críticos ao que chamavam divisão internacional do trabalho. Como por exemplo, o trabalho estruturalista de Raul Prebisch, especialmente seu relatório de 1949 intitulado *O desenvolvimento econômico da América*

Latina e seus principais problemas, que marcou o início da abordagem cepalina e influenciou diretamente a formulação posterior da teoria da dependência, que ganha muita força na América Latina na segunda metade do século XX oferece uma crítica relevante ao modelo de desenvolvimento global, enfatizando a relação de troca desigual que sustenta as relações entre economias periféricas e os centros do mundo capitalista. Faz parte do espectro do que, em certo sentido, contribuiu para o pós-colonialismo. No entanto, essa perspectiva ainda se restringe a uma análise centrada no plano econômico, tratando a troca desigual como um processo contínuo de exploração. A crítica se limita, assim, ao domínio econômico, sem perceber que a subordinação imposta pelo colonialismo ultrapassa as relações comerciais. Esse olhar, embora significativo, ainda permanece dentro de uma lógica de modernização, onde o desenvolvimento capitalista é visto como possível, mas dependente de uma reformulação nas trocas.⁴

Ao integrar a colonialidade na análise, a crítica se aprofunda, pois a exploração colonial não pode ser reduzida à simples troca desigual de recursos. A colonialidade envolve não apenas a subordinação econômica, mas também o controle cultural, social e político das nações periféricas⁵. A dependência econômica, nesse contexto, surge como consequência de um processo mais amplo de dominação que vai muito além da simples extração de matérias-primas e recursos. Essa subordinação se perpetua através de uma estrutura hierárquica que molda as identidades e as formas de organização das sociedades colonizadas.⁶

A teoria de sistemas-mundo de Wallerstein oferece uma explicação mais ampla da divisão entre centro e periferia, mas ao incorporar a colonialidade nessa análise, a crítica se torna ainda mais complexa. A estrutura de poder global não pode ser reduzida à divisão econômica; ela está profundamente marcada pela história de dominação colonial, que impôs não apenas um modelo econômico, mas também uma hierarquia social, cultural e racial que persiste até hoje. A invenção da América, longe de ser apenas um marco econômico, foi um ponto de inflexão para a constituição de um sistema de dominação global, que se estendeu para além da periferia, tornando-se um elemento fundante na formação do sistema-mundo atual. Ainda, a subordinação dos países

⁴PREBISCH, Raúl. Desarrollo económico y bienestar social. In: _____. *El desarrollo y la crisis de la dependencia*. México: Siglo XXI Editores, 1970, p. 125.

⁵QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. In: *El colonialismo y la modernidad en América Latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992. p. 55.

⁶CASTRO-GÓMEZ, op. cit., p. 80-87

periféricos não se resume ao domínio econômico, mas a um processo contínuo de controle e exclusão social e cultural que reforça a dominação colonial de uma maneira ampla e persistente.⁷

Contudo, queremos deixar claro que pensadores opostos ao colonialismo podem ser encontrados antes mesmo da institucionalização de qualquer pós-colonialismo como corrente de pensamento. Durante a fase imediatamente posterior às independências latino-americanas até o começo do século XX, encontramos diversos exemplos de oposições ao “colonialismo interno” reproduzido pela colônia. Ainda assim, embora independentes, os países herdaram as mesmas marcas e estrutura social anteriores. Salvo o caso da Revolução Haitiana em 1791, e mesmo nas tentativas parciais de Peru e México — aquela sob a liderança indígena de Túpac Amaru II em 1780–81 e brutalmente reprimida, e esta em 1810, na luta da independência mexicana, inicialmente conduzida por líderes como Miguel Hidalgo e José María Morelos⁸ — a colônia continuou a reproduzir o modelo colonial em sua estrutura de poder, com elites locais assumindo o lugar dos colonizadores europeus e perpetuando as desigualdades sociais, econômicas e culturais.

A Revolução Haitiana foi um marco fundamental, ao demonstrar a possibilidade de ruptura com o sistema escravocrata e colonial. Contudo, enfrentou isolamento internacional e sanções econômicas lideradas por potências coloniais, temerosas de que a abolição da escravidão no Haiti inspirasse revoltas em outras colônias. Esse boicote condenou o Haiti a décadas de estagnação econômica, ao mesmo tempo em que o tornava um símbolo de resistência e repressão.

No Brasil, a independência em 1822 pouco alterou as estruturas de poder herdadas do período colonial. O sistema econômico permaneceu centrado no latifúndio e na monocultura voltada à exportação, enquanto a elite agrária consolidava seu domínio político com o apoio do Estado. Mesmo após a abolição da escravidão em 1888, a transição não foi acompanhada por políticas de inclusão ou reforma agrária, empurrando a maioria dos ex-escravizados para o desalento, a fome e a miséria, enquanto outros sobreviviam em condições de trabalho extremamente precarizadas, como o sistema de colonato ou o trabalho informal. A exploração de indígenas e pobres livres continuou sob

⁷ QUIJANO, ap. cit. p. 55.

⁸ ZANATTA, Loris. *Uma Breve História da América Latina*. São Paulo: Cultrix, 2017.

novas formas, muitas vezes mascaradas por discursos de modernização que, na prática, reforçavam a marginalização dessas populações⁹.

Nesse contexto, o Estado adotou estratégias explícitas de embranquecimento populacional, incentivando a imigração europeia com subsídios e políticas de incentivo, ao mesmo tempo que marginalizava populações negras e indígenas. Esses imigrantes, em sua maioria italianos, alemães e espanhóis, receberam terras ou melhores condições de trabalho, enquanto a elite via na sua presença uma forma de "progredir" a nação ao estilo europeu¹⁰. Paralelamente, a exploração imperialista seguiu ativa no interior do Brasil, especialmente no ciclo da borracha que teve seu auge entre 1879 e 1912. A Amazônia se tornou um polo de extração para suprir a crescente demanda internacional liderada por potências como Inglaterra e Estados Unidos, e dependia de trabalhadores submetidos a condições análogas à escravidão. Com o avanço da produção de borracha na Ásia, fomentada pelo transplante de seringueiras britânicas, o ciclo da borracha na Amazônia sofreu um colapso abrupto no início do século XX. A falta de investimentos estruturais e políticas públicas deixou a região Norte em crise, evidenciando como a economia local era refém de dinâmicas coloniais que priorizavam lucros imediatos para elites e mercados estrangeiros, negligenciando o desenvolvimento sustentável e a integração nacional¹¹. Seguindo o raciocínio de pensamentos pós-coloniais anteriores, mesmo nestes momentos que parecem distantes da teoria padrão do pós-colonialismo, personalidades como Euclides da Cunha denunciaram, em obras como *À Margem da História*, as condições desumanas na região e a lógica exploratória que transformava o Norte em um apêndice econômico subordinado às necessidades externas.¹²

Na Bolívia, a situação foi similar, com as elites crioulas (cujo estrato racial dominante era o mais minoritário percentualmente de todos os países da América do Sul) tomando o poder após a independência em 1825, mas mantendo uma hierarquia racial e social que excluía indígenas da participação política e econômica. A exploração da prata em Potosí, que já havia sido um símbolo da exploração colonial, continuou sendo um pilar da economia boliviana, mas os benefícios dessa riqueza permaneceram concentrados em uma pequena parcela da população. As elites bolivianas, embora teoricamente livres

⁹ SCHWARCZ, Lília Moritz. *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

¹⁰ Id.

¹¹ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015

¹² CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1960, p.44-110.

do domínio colonial, reproduziram práticas que marginalizavam as populações indígenas, que continuaram a ser usadas como mão de obra nas minas e em outras atividades econômicas essenciais, mas sem qualquer poder ou direito político¹³. Esses exemplos mostram como o colonialismo interno não só persistiu, mas se transformou em uma nova forma de dominação após a independência.¹⁴

Contudo, devemos evidenciar como a oposição ao colonialismo interno, apesar da constante repressão, assumiu formas múltiplas de resistência, especialmente protagonizadas por pessoas escravizadas e povos indígenas. Embora figuras como Joaquim Nabuco tenham tido um papel importante no campo abolicionista branco, foram os próprios sujeitos oprimidos — quilombolas, comunidades indígenas, revoltas urbanas e rurais — que sustentaram, ao longo do século XIX, as formas mais intensas de luta contra a ordem colonial. Exemplos como Zárate Willka, líder indígena aimará na Bolívia que participou das insurreições de 1898–1899, denunciam não apenas a exclusão, mas os processos de escravização e genocídio impostos às populações originárias¹⁵. Essas vozes, bem como diversas formas de resistência popular, antecipavam muitas das críticas que seriam posteriormente articuladas no campo pós-colonial, ao apontarem a continuidade das estruturas coloniais mesmo após a independência formal. É importante distinguir, contudo, que essas resistências configuram uma base anticolonial, enraizada na ação direta, enquanto o pensamento pós-colonial surge como campo teórico, e o decolonial, mais recentemente, propõe uma crítica às lógicas epistemológicas e ontológicas herdadas do colonialismo. A reprodução das estruturas coloniais pelas elites pós-independência foi o principal alvo dessas críticas e insurgências, que buscaram reconfigurar as sociedades de maneira mais igualitária, mas enfrentaram resistências profundas devido ao enraizamento histórico da sociedade latino-americana às bases coloniais.

Avançando em nossa linha do tempo, é indispensável pontuar como, principalmente, Franz Fanon e Aimé Césaire foram definidores do pensamento decolonial, ao abraçarem pelas vias teóricas e artísticas o espírito revolucionário que tomava conta da África e de partes da Ásia na primeira metade do século XX. A parcial

¹³ BARRAAGÁN ROMANO, Rossana et al. *Bolívia, su historia. Tomo IV*. La Paz: Coordinadora de Historia, 1994.

¹⁴ QUINN, David. *O colonialismo e as suas estruturas: uma análise crítica das relações de poder no pós-colonialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003

¹⁵ RIVERA, José. *Colonialismo interno e as elites crioulas: uma análise da Bolívia pós-independência*. La Paz: Editorial 3600, 1998.

superação do nacionalismo europeu contrasta com o pós-nacionalismo no mundo não-europeu. O aumento da soberania de países emergentes, bem como sua pujança econômica ensaiam deixar de eclipsar suas histórias tantas vezes apagadas pelo colonialismo. Porém, apenas a ascensão econômica desses países não representou uma superação total da modernidade colonial, mas sim mera adaptação de suas bases econômicas. O poderio econômico não basta por si só para a superação desta modernidade construída. De acordo com Mignolo,

O pensamento descolonial e as opções descoloniais (isso é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade, a estrutura de administração e controle surgida a partir da transformação da economia do Atlântico e o salto de conhecimento ocorrido tanto na história interna da Europa como entre a Europa e as suas colônias.¹⁶

Lembremos que a economia capitalista de base colonial é inaugural de uma era pois antes da conquista da América não se podia dizer em acumulação primitiva através do reinvestimento para aumentar a produção, controlando totalmente a cadeia produtiva e os insumos, dentre os quais a escravidão alçada a um patamar de commodity global¹⁷. Apesar das condições específicas pré-colombianas na Europa permitirem o avanço do colonialismo, como a expulsão dos mouros e judeus da península ibérica, a evangelização religiosa missionária durante a contrarreforma e a vantagem comercial das navegações iniciais, creditar esses detalhes à suposta supremacia tecnológica europeia é cair na própria lógica que se pretende superar.

É necessário também lembrar, a todo momento, como Mignolo nos lembra, que para além da economia repousam outras bases. No âmbito da epistemologia destaca-se, durante o século XVI e XVII a retórica de salvação da modernidade, fruto do Renascimento. A apropriação do tempo inaugura o conceito de “Idade Média” (colonizando o próprio passado europeu relegando-o à mera tradição) e faz a chegada de Colombo ser marco global. É a mesma lógica que separa peças de sociedades colonizadas e as classificam como "antropologia" ou "história natural", enquanto produções europeias

¹⁶ MIGNOLO, Walter D. *La opción descolonial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

¹⁷ Id.

são enquadradas na categoria de "arte". Por exemplo, máscaras africanas e cerâmicas indígenas expostas em museus de antropologia ou história natural, como se fossem apenas curiosidades "primitivas", enquanto pinturas renascentistas e esculturas gregas são tratadas como arte universal nos museus¹⁸. Essa mesma narrativa é a que limita o conhecimento ocidental padrão ainda a uma pequena parte do mundo. Como se antes de 1500 houvesse apenas a barbárie, sendo os europeus os responsáveis pela introdução de um único processo civilizatório possível. O apagamento continua ao associar todos os eventos históricos que sucederam à lógica da colonialidade¹⁹. Novamente, a manipulação do tempo e do espaço faz com que histórias longas e complexas, como da dinastia Ming na China, os diversos reinos africanos, o sultanato mongol e civilizações na América, sofram não só um silenciamento, mas uma verdadeira manipulação de suas contribuições históricas à espécie humana. Hoje, em qualquer um destes lugares, por mais tradicionais ou independentes que queiram ser, traços do eurocentrismo e de uma globalização euro centrada são amplamente encontrados. O elemento espacial tende a ser mais facilmente visualizado quando pensamos na conquista territorial do Novo Mundo e, posteriormente, da partilha da África. Ou na divisão de fuso-horários com o ponto zero do tempo global em Greenwich. Já a lógica epistemológica, em que o tempo é parte, reproduzida por tantos séculos, é de difícil apreensão por se tratar de bases tidas como irrevogáveis da civilização ocidental e de seus satélites.

É através do grupo Modernidade/Colonialidade, estruturado paulatinamente por diversas reuniões e autores, dentre os quais destacam-se Walter D. Mignolo, Aníbal Quijano, Immanuel Wallerstein e, num segundo momento, Catherine Walsh e Nelson Maldonado-Torres, todos do continente americano, que o termo Colonialidade do poder (termo cunhado por Quijano) passa a ser desenvolvido. Ele parte de uma constatação simples de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findam com a destruição do colonialismo, pois, junto ao poder, se estendem ao ser e ao saber. Para além da dominação territorial e política do colonialismo, o processo colonial também envolve a construção de um sistema global de poder estrutural que continua a influenciar as sociedades contemporâneas.²⁰ Para isso, a maioria dos autores decoloniais adota quatro pontos que explicam o controle colonial. Ousaremos adotar um quinto, já muitas vezes

¹⁸ Id.

¹⁹ Id.

²⁰ BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.

sugerido, principalmente por Mignolo, Krenak (apesar de rejeitar a classificação decolonial), que seria a natureza em si, como sujeito.



Passaremos a cada um desses pontos e como eles se relacionam ao nosso objetivo principal, isto é, a análise do desenvolvimento da Política Externa nos países da América Latina, tendo como base Brasil e Bolívia.

1.1 Raça

Em seu célebre livro “Discurso sobre o colonialismo” Aimé Césaire inicia sua tese sem poupar palavras, ao abrir a primeira página dizendo que a Europa é uma civilização decadente e indefensável, por fechar os olhos ante seus principais problemas. O autor traz como principal responsável pela origem da divisão racial colonial o “pedantismo cristão”, que separa o cristianismo como civilização e todo o resto como selvagerismo. Vai além ao dizer que o nazismo cultivava há muito tempo suas sementes na Europa. Sua emergência na Alemanha não chocou pelo crime contra o homem, mas sim pelo crime contra o homem branco, aplicando procedimentos colonialistas à Europa central. Muitos dos discursos e das ideologias que sustentaram a partilha da África e o colonialismo até a metade do século XX também forneceram a base para o nazismo, tornando-se uma continuidade das práticas de dominação racial e de hierarquização dos povos.²¹ O darwinismo social e a defesa da eugenia, que teve muita popularidade da década de 1870 até a segunda guerra, tentava teorizar raças humanas consideradas

²¹ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010

“superiores” e sua absurda correlação que dava a elas o direito de subjugar as “inferiores”. Essa perspectiva não apenas justificava a lógica do colonialismo, mas também era fundamental para a lógica do genocídio que sustentava o nazismo. Com esse entendimento, a geografia alemã da África, enfatizando a lógica da separação racial e da superioridade da raça ariana, ajudou enormemente a construir o mito racial que efetivamente justificou o expansionismo do Terceiro Reich. Em outras palavras, autores como Kipling e seus famosos conceitos de “o fardo do homem branco” argumentam que as “Raças sem Rumo” nunca conseguiriam governar a si mesmas, e a Europa tinha a missão de “civilizá-las”. Essa lógica ecoava diretamente com o nacionalismo imperialista que, em grande parte, sustentava os esforços nazistas.

Já Fanon inicia sua tese em “Pele Negra, Máscaras Brancas” buscando o *ser* negro, conceito retomado algumas décadas depois por Quijano. Para o autor caribenho, o povo negro colonizado reproduz uma inferiorização ainda não superada. A colonização não se limita à subordinação material, mas também controla os meios de expressão e compreensão. Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, incluindo o próprio idioma, mais o negro será relevante socialmente.²² O racismo impõe a certos grupos uma exclusão da dialética entre o Eu e o Outro, relação essencial para uma vida ética. Essa exclusão abre espaço para atrocidades, como a escravidão, historicamente perpetradas com sadismo. Assim, a luta contra o racismo anti-negro não se opõe a ser “o Outro”, mas busca integrar-se nessa dialética fundamental²³.

O processo de alienação mental atinge o ponto culminante quando o elemento explorado, reduzido à passividade total, já não consegue imaginar que possa existir uma possibilidade de libertação, e ele próprio se torna em agente difusor da teoria da resignação e passividade.²⁴

1.2 Natureza

Assim como o conceito de tempo pode parecer bastante subjetivo e abstrato num primeiro momento, o de natureza também o é. Trazer uma perspectiva crítica ao entendimento moderno de natureza necessariamente aborda questões vastas como

²² FANON, F. *Black Skin/White Masks*, Chapter 5. United Kingdom: Pluto

²³ Id.

²⁴ MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (Org.). *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

globalização, fé cristã, localismos e a organização da ecologia como ciência. Não pretendemos aqui, de forma alguma, esgotar essa questão, mas apenas introduzi-la sob a ótica pós-colonial.

Segundo Santiago Castro-Gómez, a constituição do pensamento moderno europeu foi marcada por uma cisão fundamental entre sujeito e objeto, corpo e alma, razão e natureza — ruptura que remonta às transformações filosóficas do Renascimento (séculos XIV a XVI). Corolário dessa separação, o dualismo da natureza reforça uma visão linear que se tornou base do pensamento ocidental. Mais do que fruto de pensadores do renascimento, a apropriação desta lógica era necessária para a catequização dos indígenas nas américas, relegando os recursos naturais à mera categoria de matéria prima²⁵. Assim, a tentativa de aniquilação da relação do indígena com a natureza teve início no primeiro sermão evangelizador²⁶. A exploração mercantilista e a brutal transformação de seu meio só foi possível por muitas décadas de construção desse pensamento utilitário e dualista. Ainda hoje a tentativa de uma cosmovisão da natureza é muitas vezes renegada e taxada como absurda por alterar conceitos basilares, como nos lembra Krenak. É mais simples dizer que precisamos alterar nossos hábitos, reduzindo as nossas emissões (atribuindo ao indivíduo a culpa sistemática) de gases poluentes do que tentar entender a própria visão que temos do meio-ambiente é enviesada pela construção da modernidade/colonialidade. James Lovelock, criador da teoria de Gaia – em que considera o planeta terra como um organismo complexo e autorregulador – foi praticamente expulso do programa que coordenava na NASA e nunca teve total reconhecimento da comunidade acadêmica, por quimicamente revelar o que povos originários acreditam há muitos séculos²⁷.

A lógica capitalista reduz a natureza a uma lógica de produção, assim como o ser humano é apenas útil quando está produzindo. Incluir a terra nesta lógica de capital e trabalho ajuda a entender o processo de formação de riqueza capitalista, que passa necessariamente por trocas transformativas entre os seres humanos e o mundo natural.²⁸

²⁵ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750–1816)*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005, p. 19–25.

²⁶ MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

²⁷ KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

²⁸ CORONIL, Fernando. Mais além do ocidente: para um novo sentido do ser, da modernidade e da história. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 5.

A apropriação deste meio natural, com pouca ou nenhuma responsabilidade ambiental, para sustentar o sistema do capital é o mesmo tipo de confisco que sucedeu para com a mão de obra escravizada para garantir o trabalho assalariado livre base da economia liberal. Ambos também se aproximam quando pretendemos entender o processo de acumulação primitiva e as vantagens históricas (impostas pelo protecionismo colonial).

Essa relação binária não é encontrada, por exemplo, quando analisamos “natureza” e “cultura” em diversas concepções indígenas, em que se interrelacionam. Tampouco há uma dicotomia entre natureza e sociedade. Seres vivos e não vivos ultrapassariam categorias de domínios e relações sociais, por exemplo, compreendem muito além da espécie humana. É claro que nas culturas indígenas há uma pluralidade de pensamentos e não existe uma visão unificada de natureza, porém em nenhuma delas pode ser encontrada uma binariedade utilitarista²⁹.

Uma das estratégias possíveis para superar essa lógica seria repensar o conhecimento local dentro da globalização. Estes conceitos encontram-se em oposição parecida ao binário natureza/sociedade, já explicado. O local tende a desaparecer, estando ligado ao trabalho, ao lugar e à tradição enquanto o global é o espaço, o capital e o território como fruto da história das relações de poder³⁰. A geografia crítica complementa esse pensamento nas análises de uma globalização que não rompe com os mecanismos de dominação colonial, apenas reorganiza suas formas para a permanência do poder. Para Milton Santos, a globalização moderna perpetua desequilíbrios sociais antigos ao estabelecer ainda mais a dependência dos países periféricos em relação ao centro. Ele denuncia a "globalização perversa", onde o capital financeiro e as grandes corporações são os beneficiados, enquanto a soberania e o desenvolvimento das nações menos favorecidas perdem. Nesse sentido, o espaço geográfico é reorganizado de maneira excludente, onde a circulação de mercadorias e capitais é livre, mas a mobilidade dos trabalhadores é restrita, perpetuando relações de dominação. Saskia Sassen complementa, destacando como a globalização mantém um viés colonial ao reproduzir assimetrias de poder, especialmente no controle dos fluxos financeiros e na concentração da riqueza em centros urbanos globais. Para Sassen, as grandes cidades se tornam espaços de comando da economia global, enquanto os países periféricos servem como fornecedores de

²⁹ KRENAK, op. cit.

³⁰ SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020

recursos e mão de obra barata. Esse 'novo' modelo de globalização reformula a soberania nacional ao minar o poder do Estado e amplificar a autoridade dos agentes corporativos transnacionais, que agem sob lógicas que excluem e exploram da mesma forma que o colonialismo.³¹.

Portanto, pensar a partir de uma natureza não binária significa entender que espaço e sociedade se transformam juntos, sem separações absolutas entre humano e ambiente, tradição e modernidade, ou rural e urbano. Em vez de tratar o local como algo isolado ou subordinado ao global, é preciso enxergá-lo como um ponto de conexão e resistência, onde soluções inovadoras nascem da interação entre o que já existe na realidade local e o que chega de fora³². A negação do local como poder tem origem também colonial, na ideia Roussoniana do bom selvagem, em que todos os encontros são prejudiciais e priva-se ao indígena o mundo contemporâneo, restando apenas a eles a natureza moderna. Moderna, pois para a cosmovisão indígena, em que a natureza é inseparável da sociedade, tudo isso soaria como um verdadeiro contrassenso³³.

É importante ressaltar como todos os elementos do poder colonial são também disputas políticas e permeiam a todo momento o tema principal de nosso trabalho. Como o Estado se posiciona diante dessas questões, sobretudo internacionalmente, revela muito sobre suas heranças (coloniais) e lutas. Por exemplo, na Constituição Boliviana de 2009, a natureza é tratada não apenas como um recurso a ser explorado, mas como um ente vivo e interdependente, em relação contínua com os seres humanos — o que caracteriza um tratamento holístico, baseado na cosmovisão indígena andina. Nessa perspectiva, o meio ambiente não é separado em partes — fauna, flora, solo, clima —, mas compreendido como um sistema integrado, cuja saúde depende do equilíbrio entre todos os seus elementos. Esse entendimento sustenta o reconhecimento da Pachamama como um sujeito de direitos, com garantias constitucionais à vida, à biodiversidade e à regeneração de seus ciclos naturais. Neste contexto, cabe ao Estado garantir a proteção desses direitos, considerando a natureza como um ente com valor intrínseco, que deve ser respeitado e defendido contra ações que prejudiquem seu equilíbrio³⁴. Veremos no capítulo dedicado

³¹ SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1999

³² SANTOS, op. cit.

³³ MIGNOLO, 2010.

³⁴ DEHEZA, Grace Ivana. Bolívia 2006: Reforma estatal y construcción del poder. *Revista de Ciência Política*, v. 27, n. esp., p. 43-57, 2007.

como esse processo de reconhecimento foi importante para a sociedade boliviana, bem como reuniu séculos de luta indígena.

1.3 Gênero e Sexualidade

A lógica binária do sexo, bem como monogâmica das relações, construiu limites explícitos na sociedade colonial cristã ocidental que se impunha como modelo civilizatório. Enquanto isso, como nos lembra Nuñez, para culturas indígenas o binarismo sociedade/natureza ou vida/morte não faz parte do ser³⁵. São conceitos elementares que quando nos são tirados causam um estranhamento, vão contra ordem e normalidade - conceitos da violência institucionalizada, pois o "normal" em uma sociedade colonizada é a internalização da opressão pelos próprios colonizados. Imagine, por exemplo, que certas línguas indígenas não têm termos específicos para se referirem a posse pessoal.³⁶ Aliar isso a monogamia, ou posse e exclusividade sexual, pode não fazer sentido. Os primeiros costumes combatidos por missões jesuíticas eram justamente os sexuais, sobretudo as relações não monogâmicas³⁷. Uma explicação para isso residiria no próprio surgimento do cristianismo. Ao cultuar o Deus cristão, deve-se negar qualquer outra crença e ter esta como única válida. Por isso as aparições milagrosas da igreja eram santas, enquanto espíritos da floresta dos índios eram falsas, diabólicas.³⁸

O poder, como Foucault sublinhou, não consiste em algo que está em nossas mãos; é uma malha de relações que atravessa a sociedade por inteiro, permeando o sujeito e suas práticas. Esse poder colonizador foi utilizado para regular a sexualidade em todos os níveis da vida social e para criar modos rigorosos de percepção sobre a sexualidade, que estariam diretamente conectados à biologia e, posteriormente, naturalizando binarismos de sexo/gênero. A imposição de um sistema heteronormativo e monogâmico reflete essa lógica de controle, em que qualquer desvio da norma é visto como uma ameaça à ordem colonial vigente.³⁹

O conceito de "heterossexualidade compulsória" é um caso típico de como a colonialidade do poder determina não só os corpos, mas também a subjetividade. A

³⁵ NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: teorias e práticas insurgentes*. São Paulo: Editora Política, 2021

³⁶ FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

³⁷ Id.

³⁸ NÚÑEZ, op. cit.

³⁹ FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

concepção de que o desejo sexual deve ser orientado da "maneira correta" e "normal", ou seja, dirigido exclusivamente para dentro do relacionamento homem-mulher, uma relação política de poder que tem a intenção de perpetuar estruturas deste tipo. Assim, o colonialismo não só impôs uma hierarquia social, mas também uma estrutura sexual em que corpos que escapam à norma binária são marginalizados e, frequentemente, demonizados⁴⁰.

A sexualidade como uma categoria fixa e imutável não é um conceito em muitas culturas indígenas. Ela é baseada no equilíbrio/harmonia que emerge entre esses vários elementos do poder colonial. Consequentemente, a imposição de gêneros "compreensíveis" é, portanto, um análogo direto do poder colonial que não apenas ocupa corpos fisicamente, mas também anexa desejos e condutas sexuais.⁴¹ Como aponta Maldonado-Torres, o imaginário decolonial desaloja os arranjos de poder herdados do colonialismo europeu para abrir espaço para outros modos de ser e viver que frequentemente são apagados ou negados pelo status quo. Desconstruir esses binarismos de gênero e sexualidade também é um esforço para desafiar as relações de poder constituídas pelo colonialismo e mantidas pela modernidade.⁴²

Nesse sentido, a sexualidade não é simplesmente uma atividade biológica ou pessoal. Ela se torna uma maneira política de ser que, inscrita corporal e desejavelmente, emerge como uma das mais íntimas formas de resistência ou conformação à ordem colonial. A repressão não é apenas pela falta de liberdade, nessa visão, mas a demarcação de um leque do que seria considerado "normal" ou aceitável. O poder decolonial, por outro lado, imagina um tipo muito diferente de sujeito: ali, a liberdade não é uma questão de aceitar normas, mas de transgredi-las, dismantelar práticas que inibem a expressão do desejo e da identidade. Se a sexualidade é uma construção cultural e política, então a sexualidade, como tal, não é mais um domínio da repressão, mas sim de possibilidades onde o sujeito pode redefinir a si mesmo além dos limites impostos.

Judith Butler, que investiga a performatividade de gênero, oferece uma ferramenta de compreensão estratégica para entender como as normas de sexo e sexualidade são construídas e conservadas. Ela argumenta que o gênero não é uma

⁴⁰ Id.

⁴¹ MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

⁴² MALDONADO-TORRES, op.cit

essência, mas uma repetição de atos socialmente reconhecidos, que criam a ilusão de uma identidade fixa. Esta formulação imediatamente nos remete à própria crítica de Foucault ao poder disciplinar, que, por sua vez, está enraizada na repetição de normas e práticas. Juntos, esses pensadores nos ajudam a entender como a colonialidade do poder atua não só através da dominação física mas também pelo complexo processo de interiorização que controla o corpo do outro e os seus desejos. Consequentemente, essa desconstrução das normas não é apenas um exercício intelectual, mas uma prática política que abre espaço para novas formas de existência⁴³

Assim, o colonialismo, através da imposição de um determinado modelo de gênero e sexualidade, não apenas apagou outras formas de existência, mas também estabeleceu uma forma de dominação que continua a moldar as dinâmicas de poder atuais. A crítica decolonial se estende para além do corpo e do desejo, procurando alterar estruturas de poder que continuam a influenciar quem e o como nós somos, relações de poder que devem ser horizontais e não verticais.

1.4 Conhecimento

A colonialidade do saber está associada à diferença colonial e geopolítica do conhecimento. A diferença colonial, conceito central de Quijano para entender a colonialidade do saber, refere-se à hierarquização imposta entre colonizadores e colonizados, que se estende para além do domínio político e econômico, atingindo o plano do conhecimento. Essa hierarquização implica que o conhecimento produzido pelos colonizadores é considerado superior, universal e objetivo, enquanto o conhecimento produzido pelos colonizados é tido como inferior, local e subjetivo⁴⁴ Essa dominação epistêmica tem como consequência o silenciamento e a invisibilização de outras formas de conhecimento, consideradas menos legítimas ou relevantes. A violência epistêmica, conceito relacionado, descreve o processo pelo qual o conhecimento dos colonizados é negado, distorcido ou apropriado pelo colonizador, apagando suas vozes e perspectivas⁴⁵

O conhecimento de base iluminista parte de uma ideia de neutralidade axiológica e objetividade empírica, base das ciências humanas, entendendo que o conhecimento

⁴³ BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

⁴⁴ QUIJANO, 2014.

⁴⁵ BALLESTRIN, op. cit.

científico pode ser produzido sem a influência de valores, crenças ou preconceitos. . A "hybris del punto cero", conceito de Santiago Castro-Gómez, ilustra essa crítica ao questionar a pretensão de um observador neutro e objetivo, que se coloca acima das relações de poder. A crítica pós-colonial aponta que a busca pela objetividade nas ciências sociais muitas vezes reproduz as hierarquias coloniais, ao privilegiar o conhecimento produzido nos centros do poder global em detrimento dos saberes marginalizados das periferias. A colonialidade do saber se manifesta na dicotomia entre teoria e prática, na qual a teoria é vista como superior e universal, enquanto a prática é considerada inferior e local.⁴⁶

1.5 Economia

A dimensão econômica da colonialidade se revela nos sistemas globais de produção, circulação e acumulação de riqueza tendem a persistir com lógicas desenvolvidas durante a era colonial. Na verdade, embora os países da América Latina tenham alcançado a independência formal no século XX, seu lugar na divisão internacional do trabalho permaneceu subalterno aos interesses do centro, ou seja, servindo à necessidade das nações centrais de exportar matérias-primas e importar bens manufaturados.

Como Raúl Prebisch aponta, a lógica que segue essa troca é aquela da troca por desigualdade, o que condenou as economias periféricas a serem dependentes e sensíveis aos movimentos do mercado internacional⁴⁷.

A colonialidade econômica não se limita, entretanto, à dependência comercial. Ela também é uma concentração de terra, renda e poder que está enraizada em uma lógica colonial e tem sido a herança de elites nacionais que a adotaram, ou seja, que interiorizaram a lógica extrativista e acumulativa.

No Brasil, o modelo de propriedades agroexportadoras dominadas por monoculturas, que se apoiavam nos pilares da escravidão, continua a determinar muitas relações de poder no campo. A falta de reforma agrária e o reforço de incentivos para a

⁴⁶ CASTRO-GÓMEZ, op.cit

⁴⁷ PREBISCH, Raúl. *O desenvolvimento econômico da América Latina e seus principais problemas. Relatório apresentado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL*, 1949.

produção voltada para os mercados externos reproduzem a desigualdade estrutural e a subordinação do projeto nacional aos interesses estrangeiros.

Na Bolívia, esse padrão se manifesta de forma semelhante, com o controle histórico dos recursos naturais por empresas estrangeiras e a marginalização dos povos indígenas dos lucros gerados em seus próprios territórios. O ciclo da prata, do estanho e, mais recentemente, do gás natural, ilustra como a lógica colonial da acumulação por espoliação permanece ativa no século XXI.

Autores como Ruy Mauro Marini desenvolveram o conceito de “superexploração da força de trabalho”, próprio da dependência, como mecanismo central da reprodução capitalista periférica. Essa lógica não apenas mantém os países do Sul em posição de subordinação, como também amplia a desigualdade interna, aprofundando as hierarquias raciais, de classe e territoriais⁴⁸.

Do ponto de vista decolonial, a crítica à economia não pode ser separada da crítica ao saber e ao ser. A imposição de uma única racionalidade econômica — produtivista, mercantil e acumuladora — é também uma imposição epistemológica, que deslegitima outras formas de relação com o território, o trabalho e a riqueza, como aquelas praticadas por povos indígenas e comunidades tradicionais. O paradigma do desenvolvimento, nesse contexto, opera como dispositivo de colonialidade, mascarando sob a promessa de progresso uma série de violências estruturais.

Portanto, compreender a economia como dimensão da colonialidade exige reconhecer que a desigualdade global não é uma anomalia, mas uma condição estruturada historicamente. Isso implica, no plano da política externa, questionar acordos, alianças e decisões que reforcem a dependência e aprofundem a inserção subordinada das economias latino-americanas no sistema internacional.

1.6 As 5 dimensões no contexto internacional

⁴⁸ MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

Ao longo deste capítulo, procuramos demonstrar como as dimensões da raça, do saber, do gênero, da natureza e da economia compõem diferentes expressões da colonialidade, que perduram nas sociedades latino-americanas mesmo após o fim do colonialismo formal. No entanto, estas linhas de análise não devem ser vistas isoladamente, pois estão interligadas e juntas contribuem para a reprodução de sistemas de dominação, tanto internamente quanto nas relações internacionais.

Com base nisso, tomaremos essas cinco dimensões como base para avaliar se as políticas externas, ou momentos dela, podem ser entendidos como emancipatórios. A escolha não é arbitrária: as categorias mapeiam com precisão as figuras centrais de subordinação e exclusão que os autores decoloniais criticaram por estruturarem a modernidade ocidental. Todos são eixos concorrentes da hierarquia mundial, tanto institucionalmente executados quanto naturalizados epistemologicamente, que operam para moldar as formas como os estados do Sul Global são incluídos no sistema internacional.

Assim, ao longo deste trabalho, analisaremos a política externa de Brasil e Bolívia, avaliando as possibilidades de maior emancipação colonial – que entendemos como momentos em que as condições de colonialidade foram rompidas ou atenuadas. Em termos gerais, por emancipação entende-se a libertação das condições de dominação e heteronomia. No pensamento crítico latino-americano, autores como Aníbal Quijano, Catherine Walsh e Walter Dignolo vinculam a emancipação à descolonização do poder, do conhecimento e do ser — ou seja, a uma transformação que vai além do nível jurídico-formal e impacta subjetividades, epistemologias e formas de organização social.

A noção de emancipação colonial, portanto, implica a busca por uma política externa que não apenas afirme a soberania nacional frente às potências hegemônicas, mas que também enfrente as lógicas coloniais internas que estruturam as desigualdades. Uma política externa emancipatória, portanto, é aquela que tensiona e ressignifica os vínculos internacionais em favor de uma autodeterminação radical, que reconhece a pluralidade de saberes, o protagonismo dos povos historicamente oprimidos, a centralidade da justiça ambiental e a superação da lógica econômica extrativista e dependente.

Assim, ao utilizar essas cinco dimensões como lentes analíticas, propomos um critério que possibilita investigar, no plano da política externa, até que ponto Estados como Bolívia e Brasil conseguiram — em certos momentos históricos — romper, resistir

ou reconfigurar suas relações com o sistema internacional de modo a atenuar os laços de colonialidade que ainda os atravessam.

CAPÍTULO 2 – O CASO BRASILEIRO

2.1 Introdução

Compreendemos, conforme ressaltado na sessão anterior, que a política externa tem um papel importante na atenuação ou reconfiguração da condição colonial, com vistas à emancipação. Em particular, compreendemos que uma emancipação nacional, com a reforma dos eixos que destacamos acima, só pode ser realizada por um país caso possua autonomia e liderança nas relações internacionais. Sem autonomia e liderança, não é possível romper as estruturas de dominação colonial. Neste capítulo vamos avaliar historicamente a política externa de Brasil e, no capítulo posterior, da Bolívia, buscando identificar os momentos de exercício de autonomia e liderança. A seguir veremos também como, em muitos momentos da história, a política externa brasileira abdicou da possibilidade de protagonismo transformador. Não obstante, foi justamente nos períodos em que houve contraposição à estrutura de poder vigente, de forma articulada com outros países periféricos, que o exercício dessa liderança ganhou mais visibilidade e reconhecimento. A análise que propomos parte do arcabouço desenvolvido no capítulo anterior, que identifica cinco dimensões estruturantes da colonialidade — raça, saber, gênero, natureza e economia — como chaves para avaliar o grau de subordinação ou autonomia da política externa conduzida. Esses elementos, ao serem articulados ao longo da história brasileira, revelam como o Estado nacional ora reforça, ora tensiona os fundamentos coloniais da ordem internacional.

A ideia de que o Brasil ocupa uma posição de “liderança natural” na América do Sul está presente em diversas interpretações da política externa brasileira ao longo do século XX. Essa crença, ainda que raramente formulada de forma explícita, é evocada por teóricos e diplomatas como justificativa para o papel de moderação regional, participação em negociações multilaterais e protagonismo em fóruns internacionais. Autores como Lafer e Cervo tratam a liderança brasileira como uma vocação geopolítica resultante de sua dimensão territorial, estabilidade relativa e posição econômica^{49 50}. Contudo, a liderança também pode operar como reprodução da colonialidade, na medida em que

⁴⁹ GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2015

⁵⁰ LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

oculta os conflitos internos, as exclusões estruturais e as estratégias de inserção subordinada ao sistema global⁵¹.

Esses dois fatores — estabilidade territorial e peso demográfico/econômico — têm sido fatores estáveis mencionados por autoridades diplomáticas e acadêmicas que acreditam que a liderança do Brasil é uma realidade alcançável. Ainda que historicamente existam atributos que alçam a possibilidade de liderança entre os Estados pares, é essencial destacar que esta é sempre uma possibilidade construída, e não um destino inerente à própria formação do Brasil. Para efetivá-la, é preciso lembrar que o Brasil é um país sem excedente de poder, na expressão de Saraiva Guerreiro, e que qualquer pretensão de liderança requer o reconhecimento crítico de sua posição relativa no sistema internacional⁵².

Mesmo os fatores mencionados para uma pretensa liderança não são passíveis de consenso. O mito de uma política externa pacífica e consensual, representante do ‘interesse geral’, pode ser repensado desde a independência: nas regiões com maior proximidade política e econômica com Lisboa — como o Pará, o Maranhão e a Bahia — houve intensos conflitos no processo de separação. No período regencial, o país vivenciou revoltas de caráter popular e de classe média em todas as suas regiões, como a Cabanagem, a Farroupilha e a Sabinada, demonstrando que o desmembramento do território era uma possibilidade concreta. Apesar disso, o Brasil manteve sua integridade geográfica, o que permitiu preservar seu peso demográfico e econômico na região. Após a abolição, a estratégia de embranquecimento da população ficou evidente por meio da marginalização dos ex-escravizados e do incentivo à imigração europeia, reiterando internamente a lógica colonial enquanto projetava externamente uma imagem de país moderno e civilizado⁵³.

Como observa Santiago Castro-Gómez, o colonialismo interno se ancora naquilo que ele chama de “ponto zero da razão”: uma suposta neutralidade epistêmica herdada da modernidade europeia que legitima a dominação ao desqualificar saberes não ocidentais e reproduzir hierarquias cognitivas e raciais. Esse ponto zero continua operando nas instituições estatais e na formulação da política externa brasileira, inclusive nos

⁵¹ CERVO e BUENO, Clodoaldo. Op. cit.

⁵² GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Brasil e a ordem internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2001.

⁵³ GOES FILHO, op. cit.

momentos que aparentam ruptura⁵⁴. É nesse sentido que Silvia Rivera Cusicanqui alerta para o risco de que discursos emancipatórios sejam apropriados de forma superficial pelo Estado, esvaziando seu conteúdo transformador.⁵⁵ Para ela, a descolonização não pode ser imposta de cima pela máquina estatal, mas deve emergir das lutas concretas dos povos e da crítica radical à modernidade colonial.

Assim, ao analisar os momentos de inflexão da política externa brasileira ao longo do século XX, não se trata apenas de identificar tentativas de ruptura com a colonialidade, mas de compreender até que ponto essas estratégias questionaram de fato os fundamentos coloniais — ou se apenas reafirmaram uma posição de liderança moldada por lógicas de dominação. Nosso foco será identificar essas tensões e avaliar se, em determinados contextos, a política externa brasileira assumiu uma perspectiva mais autônoma e transformadora, ou se permaneceu ancorada nas estruturas coloniais que buscamos problematizar.

A proposta é destacar os períodos mais relevantes do ponto de vista de nosso problema central — a possibilidade de uma política externa emancipatória — entendida aqui como aquela que busca atenuar os vínculos de colonialidade com as potências centrais, na esteira do pensamento de Quijano, Walsh e Cusicanqui.

A abordagem adotada é histórico-analítica: partiremos da reconstrução dos marcos diplomáticos e geopolíticos mais significativos, situando-os no contexto político interno e no cenário internacional de cada época, para então avaliar suas implicações. Essa análise será conduzida com base em documentos oficiais, literatura especializada e interpretações críticas da trajetória externa brasileira, buscando reconhecer tanto os limites quanto as potencialidades dessas estratégias.

No plano teórico, partimos das formulações da teoria da dependência, desenvolvida por pensadores como Raúl Prebisch e Celso Furtado, focados em explicar como as assimetrias estruturais do sistema internacional impossibilitavam um desenvolvimento autônomo para os países periféricos^{56 57}. Mesmo em contextos de industrialização e urbanização, países como Brasil, México ou Argentina mantinham-se

⁵⁴ CASTRO-GÓMEZ, op.cit.

⁵⁵ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

⁵⁶ PREBISCH, op. cit.

⁵⁷ FURTADO, op. cit.

subordinados na divisão internacional do trabalho, presos à exportação de bens primários de baixa elasticidade e à vulnerabilidade externa. A crítica à teoria das vantagens comparativas de David Ricardo, destacava como essa suposta eficiência natural das trocas internacionais mascarava uma lógica de reprodução da dependência e bloqueava transformações estruturais no Sul Global.

Ainda dentro da discussão sobre alternativas ao modelo hegemônico, Conceitualmente, Castelan também ajuda a avaliar as possibilidades de uma política externa autônoma e protagonista⁵⁸. Carsten Holbraad introduz o conceito de *system-affecting states*, ou seja, Estados com capacidade de influenciar o sistema internacional mesmo sem dispor de excedente de poder⁵⁹. São potências médias que operam transformações sistêmicas por meio da cooperação multilateral, especialmente nas relações Sul-Sul⁶⁰. O Brasil, em determinados períodos, foi identificado como potencialmente capaz de exercer esse papel, sobretudo quando sua política externa se afastou do alinhamento automático com os centros de poder e buscou construir pontes com outras periferias geopolíticas.

Neste momento, o foco recai exclusivamente sobre o caso brasileiro. Ainda que a seguir não nos omitiremos de evidenciar os avanços de emancipação ou as contradições dos períodos, a crítica mais aprofundada — articulando os referenciais teóricos discutidos no primeiro capítulo com a prática diplomática — será desenvolvida no último capítulo, quando a experiência brasileira será colocada em comparação com a trajetória boliviana, permitindo um exame mais denso das convergências e contrastes nos caminhos de emancipação política e externa percorridos por ambos os países, com base nos elementos da colonialidade previamente elencados.

A seguir, iniciaremos, a partir de nosso marco temporal (1930), os momentos de busca por autonomia internacional e quais suas implicações diante do tema proposto.

Antes do recorte temporal adotado nesta análise (1930–2012), a política externa brasileira foi marcada por uma orientação pragmática e conservadora, voltada à

⁵⁸ FONSECA, Daniela M. de; CASTELAN, Daniel R.; LEMGRUBER, Sílvia. A política externa brasileira Sul-Sul na integração regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 1, p. 162–177, 2012.

⁵⁹ HOLBRAAD, Carsten. *Middle Powers in International Politics*. London: Macmillan, 1984.

⁶⁰ RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Roberta Rodrigues. As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira. In: *Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais*. [S.l.]: [s.n.], 2015.

consolidação territorial e ao alinhamento funcional com os Estados Unidos. Durante a República Velha, sob a influência de Barão do Rio Branco, prevaleceu o que Rubens Ricupero nomeou como “americanismo pragmático” — uma aproximação estratégica com os Estados Unidos, baseada em ganhos econômicos e estabilidade regional, sem compromissos ideológicos explícitos⁶¹. Essa política refletia, nas palavras de Edward Burns, uma “parceria não escrita”, na qual o Brasil buscava benefícios materiais e prestígio diplomático por meio de uma relação de deferência controlada com a potência hemisférica⁶². Embora essa ordem de prioridades tenha condicionado certos aspectos da tradição diplomática brasileira, esta não é a principal preocupação deste trabalho. O foco de nossa análise será a partir do final da República Velha (1930), quando surgem os primeiros projetos de construção nacional com objetivos mais autônomos, para podermos avaliar o grau de ruptura ou continuidade com as estruturas de colonialidade.

Qual é o primeiro momento de rompimento dessa parceria não escrita?

2.2 Era Vargas (1930-1945)

Alguns autores apontam para o “jogo duplo” de Vargas nos anos que antecederam a segunda guerra mundial⁶³. Após a Revolta Constitucionalista de 1932, Getúlio Vargas consolidou seu poder e iniciou um projeto de centralização política e modernização econômica. A economia brasileira, até então fortemente dependente da exportação de café, enfrentava dificuldades devido à crise de 1929, que derrubou os preços do produto no mercado internacional. Para contornar essa dependência, Vargas implementou políticas de industrialização e substituição de importações, fortalecendo setores como siderurgia e manufatura. É sabido que as exportações para a Alemanha em 1933 representavam 8,1% do total. Em 1939 esse número chegou a 19,1%⁶⁴. As importações do país germânico também tiveram crescimento parecido. Na mesma época o comércio com os Estados Unidos arrefeceu. A porcentagem de importações de um e outro chegou num patamar muito parecido: 20% provindo da Alemanha e 24% para os norte-americanos. Para Sombra Saraiva, contudo, essa opção

⁶¹ RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. 1a edição, Rio de Janeiro: Versal, 2017.

⁶² BURNS, E. Bradford. *A política externa independente do Brasil: antecedentes e primeiros anos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.

⁶³ SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. São Paulo: Saraiva, 1997.

⁶⁴ RICUPERO, op.cit.

Não é tanto uma real possibilidade de opção político-estratégica pelo nazismo alemão e sim o oportunismo de explorar as chances de ganhos econômicos e comerciais enquanto isso foi exequível, isto é, até o envolvimento dos Estados Unidos na guerra. (...) O que de fato singularizou o Brasil, e por isso inspirou imagens como as do pêndulo e da equidistância, consistiu no recurso (eficaz ou ilusório) ao suposto poder de barganha brasileiro entre Alemanha e Estados Unidos, a fim de obter apoio financeiro e técnico para implantação da moderna siderurgia no país.⁶⁵

O autor defende ainda que muitas políticas do Estado novo eram fascistas e antiliberais, como por exemplo o controle de acesso a imigrantes por razões eugenistas⁶⁶. Essas políticas inspiradas eram no fascismo europeu, com forte controle social e repressão cultural. Como aponta Skidmore, um exemplo evidente disso é o Decreto-Lei nº 406/1938, que restringia a imigração de grupos indesejados sob justificativas eugenistas, atingindo especialmente judeus e asiáticos. Além disso, a política de embranquecimento compulsório foi retomada com força, promovendo a imigração europeia (italianos, espanhóis, portugueses, alemães) com incentivos governamentais⁶⁷. A Lei nº 7.969, por exemplo, explicitava a necessidade de “preservar e desenvolver na composição étnica da população as características mais convenientes da sua ascendência europeia”. Trata-se de uma política de embranquecimento que retomava a lógica colonial da substituição da mão de obra negra por imigrantes europeus, com incentivos governamentais para sua contratação na indústria.

Apesar de similaridades no caráter racista prevalecente entre Alemanha e Brasil à época, os limites econômicos e geográficos não permitiam ao Brasil aventurar-se numa neutralidade imperfeita em favor da Alemanha, como fizera a Argentina. Afinal, como Oswaldo Aranha⁶⁸ resume: “A política tradicional pode resumir-se na (...) fórmula de apoiar os Estados Unidos no mundo em troca de seu apoio na América do Sul”. Assim, a política de negociação de Vargas somente pôde continuar até a entrada americana na guerra. Entender a política pendular de Vargas como um avanço pragmático é uma avaliação comum em diversos manuais de política externa, em que a mera contraposição

⁶⁵ SARAIVA, op. cit.

⁶⁶ Ibid.

⁶⁷ SKIDMORE, T. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁶⁸ ARANHA, Oswaldo. *Carta a Vargas: planejando o pós-guerra*. Rio de Janeiro, 25 jan. 1943

ao sistema hegemônico é vista como benéfica para o país, principalmente quando se analisam os resultados obtidos desta política, como a Usina de Volta Redonda e outras benesses industriais.

Simultaneamente, entretanto, manifestações afro-brasileiras — como o candomblé, a capoeira e os idiomas de origem africana ou indígena — foram criminalizadas e reprimidas, enquanto o samba, inicialmente marginalizado, foi cooptado pelo Estado e transformado em produto nacional higienizado ⁶⁹. A construção de uma identidade nacional embranquecida servia tanto à repressão interna quanto à imagem internacional do país, dentro de uma lógica racial que Silvia Rivera Cusicanqui caracterizaria como descolonização discursiva e superficial — uma apropriação estatal de símbolos culturais sem rompimento real com a colonialidade⁷⁰.

Assim, embora a política externa de Vargas tenha aberto caminhos para o Brasil ocupar uma posição mais relevante no sistema internacional — com resultados concretos como a instalação da Usina de Volta Redonda —, ela o fez sem questionar as bases internas da colonialidade. O projeto modernizador varguista revela-se contraditório: flerta com a autonomia estratégica no plano externo, mas aprofunda desigualdades raciais e epistemológicas no plano interno. Como aponta Santiago Castro-Gómez, sem romper com a “hybris do ponto zero”, as estruturas coloniais permanecem intactas, mesmo em projetos que aparentam emancipação.⁷¹

2.3 Dutra e o Estado Novo (1945-1955)

O governo de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951), que sucede ao Estado Novo após a redemocratização, marca um retorno ao alinhamento automático com os Estados Unidos — agora em bases ideológicas. Dutra, ex-ministro da guerra de Vargas e simpatizante do regime nazista durante os anos 1930, adota após a guerra uma postura de americanismo ideológico, distinta do americanismo funcional de Barão do Rio Branco. Enquanto esse último buscava benefícios concretos nas alianças, Dutra sustenta uma fidelidade incondicional aos EUA, mesmo sem retorno estratégico ou econômico imediato, como afirmam Cervo e Bueno. Esse alinhamento ficou evidente no

⁶⁹ Albuquerque, W. de A. (2001). *O jogo da política: o samba e a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.

⁷⁰ CUSICANQUI, op. cit.

⁷¹ CAMPOS, Filipe Queiroz de. *A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização*. Faces de Clío, Juiz de Fora, v. 8, n. 15, p. 89-114, jul./dez. 2022.

rompimento precoce com a União Soviética em 1947, antes mesmo de os próprios EUA o fazerem, e na adesão incondicional às posições norte-americanas na recém-criada Organização das Nações Unidas. Dutra tentou reproduzir a posição demandante de Vargas, porém sem sucesso, diante da nova conjectura internacional.⁷²

Nesse contexto, também em 1947, é firmado o TIAR (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), que institucionaliza o papel dos EUA como potência protetora (e dominante) da América Latina. Embora apresentado como pacto de defesa coletiva, o TIAR efetivava a Doutrina Monroe em sua versão mais neocolonial: os países latino-americanos estavam formalmente subordinados à hegemonia dos EUA, o que limitava severamente qualquer margem de manobra em política externa e enfraquecia os princípios de autodeterminação e soberania regional. A liderança brasileira, nesse cenário, não exercia nenhum papel disruptivo. Pelo contrário, a política dutrista reforçava a lógica da colonialidade do poder, submetendo o Estado brasileiro a uma estrutura de hierarquia internacional centrada no Norte Global, sem qualquer contestação relevante.

Como estudam FERREIRA e DELGADO, o segundo governo Vargas (1951–1954) marca uma tentativa de reorientação interna e externa, ainda que marcada por contradições. Internamente, Vargas enfrenta forte oposição de setores conservadores e da imprensa, que acusavam seu governo de autoritário e populista. Externamente, apesar de manter formalmente a aliança com os EUA, tenta recuperar uma agenda desenvolvimentista autônoma com a criação da Petrobras e a proposta de criação da Eletrobras — ambas enfrentando forte resistência do capital estrangeiro e de seus aliados internos.

Sua “Carta Testamento” de 1954, escrita pouco antes do suicídio, cristaliza o discurso nacionalista e trabalhista, voltado à defesa da soberania econômica e da valorização do trabalho, que vinha sendo resgatado por Vargas no final de sua vida política. Nela, acusa “grupos internacionais” de atuarem contra a soberania econômica do país e denuncia as dificuldades enfrentadas para implementar uma política de valorização do trabalho e de controle dos recursos naturais.⁷³ Diz a carta:

⁷² CERVO e BUENO, op. cit.

⁷³ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano. v. 4: O tempo da Nova República: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre. (VARGAS, 1954)

Rubens Ricupero avalia que, apesar das limitações e da permanência de vínculos com o sistema hegemônico, as sementes da ruptura foram lançadas durante esse segundo governo. Ainda de acordo com FERREIRA e DELGADO, apesar de suas contradições, o segundo governo Vargas também apresentou avanços pontuais na questão de gênero, ainda que limitados e enquadrados em uma lógica patriarcal e moralista. Pode-se citar, além da oposição à lógica do capital estrangeiro, a maior visibilidade institucional da participação política feminina, como a nomeação de Carlota Pereira de Queirós para representar o Brasil na ONU, e a consolidação do direito ao voto e à elegibilidade das mulheres, cuja participação cresceu discretamente nas eleições do período. Além disso, alguns direitos trabalhistas voltados à proteção da maternidade e ao trabalho feminino foram preservados ou ampliados. No entanto, essas medidas não enfrentavam de maneira estrutural a colonialidade de gênero, e tampouco buscavam alterar os papéis sociais impostos. Portanto, o legado de Vargas é atravessado por contradições: se por um lado a política externa buscava maior autonomia dentro do sistema internacional, internamente o projeto modernizador não rompeu com pilares racistas e patriarcais que sustentam a ordem social herdada da colonização, apesar dos evidentes avanços.

2.5 1956-1964 O intervalo democrático

Juscelino Kubitschek foi eleito ainda sob o manto do populismo trabalhista, e seu governo (1956–1961) é usualmente lembrado pelo ambicioso projeto de desenvolvimento econômico sintetizado na política dos “50 anos em 5”. No campo da política externa, JK procurou consolidar relações privilegiadas com os Estados Unidos, numa postura que oscilava entre ousadia e subserviência.

Em 1958, JK lançou a Operação Pan-Americana (OPA), utilizando um discurso que pretendia sensibilizar os EUA para a necessidade de investimentos na América Latina, com base no binômio segurança-desenvolvimento — ou seja, a ideia de que o

combate ao subdesenvolvimento era, em si, uma estratégia de segurança hemisférica. A OPA foi apresentada como um esforço pan-americano de progresso econômico e social, indo além de discursos simbólicos e jurídicos. No entanto, como destacam Cervo e Bueno, embora tenha sido bem recebida no plano discursivo, careceu de projetos específicos e não produziu resultados práticos relevantes. Sua inovação residiu menos na forma e mais na tentativa de reposicionar o Brasil como protagonista diplomático, embora ainda preso ao jogo assimétrico de expectativas e interesses com os Estados Unidos⁷⁴.

A frieza com que os EUA receberam a OPA evidenciou o limite dessa estratégia. Sem perceber ameaça comunista na região antes de 1959, os norte-americanos tratavam a América Latina como esfera de influência automática, dispensando articulações mais elaboradas. Paradoxalmente, foi a Revolução Cubana e a posterior adesão de Cuba ao marxismo que obrigaram Washington a reavaliar sua postura e, indiretamente, deram fôlego à proposta de Juscelino. Em 1959, o Brasil chegou a romper negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em um gesto de ousadia, ainda que mais simbólico que estrutural. No mesmo contexto, promoveu uma Missão Comercial à URSS e ao Leste Europeu, gesto que buscava demonstrar autonomia e diversificar parcerias estratégicas. Essa aproximação simbólica com o bloco socialista teve o efeito indireto de reativar o interesse dos EUA pelo Brasil e pela América Latina, levando à retomada de interlocuções diplomáticas mais efetivas. Essas iniciativas apontam para uma tentativa embrionária de diversificação de parcerias, mas que não se desdobrou em um projeto de reestruturação dos vínculos coloniais de dependência.

Apesar desses avanços pontuais na lógica da inserção internacional, a política externa de JK permaneceu fortemente atrelada ao economicismo desenvolvimentista⁷⁵. Em termos de colonialidade do poder e do saber, por exemplo, não houve rupturas significativas. A aliança incondicional com Portugal durante o auge da repressão colonial em suas colônias africanas é um forte exemplo. Juscelino chegou a afirmar que a política externa brasileira seria “a mesma de Portugal”, e que nossa independência havia sido uma

⁷⁴ CERVO e BUENO, op. cit.

⁷⁵ Por *economicismo desenvolvimentista*, entende-se aqui a perspectiva dominante nos anos 1950–60 que priorizava o crescimento econômico por meio da industrialização e da modernização produtiva, geralmente à custa de debates sobre desigualdade social, dependência geopolítica, ou pluralidade epistêmica. Embora tenha representado avanços na infraestrutura e no PIB, esse modelo reforçava estruturas de exclusão racial, regional e epistemológica. Essa crítica se apoia, entre outros, nos trabalhos de Celso Furtado (*O mito do desenvolvimento econômico*) e Ruy Mauro Marini (*Dialética da dependência*).

“dádiva portuguesa”. O então chanceler João Neves da Fontoura endossava: “a política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família”. Esse alinhamento evidenciava a permanência da colonialidade do saber e da raça, ao ignorar os processos de libertação em curso na África e ao reforçar uma genealogia luso-brasileira excludente, baseada em um imaginário embranquecido da história nacional.

Ainda que Amado Cervo e Clodoaldo Bueno avaliem que a OPA preparou o terreno para a inflexão promovida por Jânio Quadros e Afonso Arinos, é importante notar que os avanços do período JK foram parciais e profundamente contraditórios. A retórica de autonomia convivia com práticas diplomáticas que reforçavam estruturas coloniais, e a ousadia seletiva em relação aos Estados Unidos não se traduzia em posicionamentos efetivos frente à colonialidade racial, epistêmica ou de gênero. Mais uma vez, a política externa brasileira revelava sua tendência pendular: tensionar os vínculos com o centro hegemônico sem, de fato, colocar em xeque a lógica sustentava o desenvolvimento desigual tão criticado por JK.

2.5 A política externa Independente

Jânio Quadros foi eleito com discurso bastante conservador, tendo em vista os escândalos de corrupção e as dívidas acumuladas no período de JK. Amado Cervo e Clodoaldo Bueno interpretam que a vanguarda em seu governo restringiu-se ao cenário externo, diante das restritas possibilidades internas⁷⁶.

Segundo Jânio Quadros, sua política externa assumiria, de maneira realista, a defesa dos direitos brasileiros sem alinhamentos. Deveria ela ser própria do Brasil não alinhada ou subsidiária da política dos outros países e repousava na ideia de que estava em função de uma “política nacional de desenvolvimento” (...) a luta em prol do desenvolvimento e do aumento da produção impunham ao país a necessidade de ampliação de seus mercados, independente de preocupações ideológicas.⁷⁷

A política externa independente é tida como um período marcante e emblemático de nossa política externa. O Brasil saiu de um período americanista, encaminhando a política externa para a tentativa de independência. Costuma-se apontar como marcas

⁷⁶ Id.

⁷⁷ CERVO e BUENO, op. cit.

desse período a autonomia; diversificação de parcerias; compromisso com o desenvolvimento. O Brasil tentava preencher todos os vácuos de sua política externa⁷⁸. Foi criada a Divisão de África do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Ainda, o chanceler Afonso Arinos fez uma viagem bastante representativa ao continente africano. Nomeou também o primeiro embaixador negro da história diplomática do Brasil Raymundo Souza Dantas. Contudo, sua nomeação foi altamente criticada dentro do Itamaraty, que historicamente excluía negros de cargos de alto escalão. O embaixador revela em seu livro de memórias que havia uma expectativa que ele se comportasse de uma certa maneira devido à sua raça, agindo o tempo todo como negro⁷⁹. Isso deixa evidente que a iniciativa foi isolada e recebeu forte resistência internamente, sem resultar em uma reforma administrativa concreta para ampliar a inclusão racial ou social. Ainda, a posição do Brasil diante do regime colonialista de Portugal continuava a revelar a contradição e omissão dessa tentativa de aproximação à África. Ainda não havia ruptura clara com o regime português, ao contrário, foram mantidos os votos favoráveis ao colonialismo, ou omitindo-se através de abstenções, nas resoluções da ONU que condenavam o regime salazarista⁸⁰. Apesar de querer-se lançar-se como alternativa na cooperação terceiro-mundista (sul-sul, em termos atuais) não houve qualquer tipo de apoio consistente aos movimentos de libertação nas colônias africanas, como implacavelmente nos lembra Abdias Nascimento, não sendo possível, neste sentido, afirmar que houve de fato uma construção de oposição à colonialidade no elemento raça⁸¹.

Quanto à colonialidade da natureza, ainda que de forma marginal, a PEI incorporou uma crítica tímida à exploração predatória vinculada ao modelo econômico dependente. A defesa de uma ordem internacional mais justa incluía, em alguns discursos, a valorização de recursos naturais como base de soberania. Essa perspectiva se insere no contexto mais amplo das disputas globais por uma nova ordem econômica internacional, que resultariam, pouco depois, na criação da UNCTAD em 1964. Ainda que não tenha participado diretamente desse fórum — já que seu governo foi interrompido meses antes

⁷⁸ SARAIVA, op. cit.

⁷⁹ DANTAS, Raymundo Souza. *África difícil: missão diplomática em Angola*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

⁸⁰ SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*. Brasília: UnB, 1996.

⁸¹ NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

—, a política de Goulart dialogava com o mesmo diagnóstico estrutural sobre dependência, comércio desigual e controle de recursos.

Na dimensão econômica, há também aproximação com o leste europeu, com a criação da COLESTE (Comissão Especial de Coordenação do Comércio Com o Leste Europeu), mecanismo institucional para alavancar as relações comerciais com a região, aprofundando as medidas iniciadas por JK. A Missão João Dantas teve objetivo de consolidar suas relações com a região e responder à necessidade de o Brasil buscar novos mercados exportadores e compensar perdas comerciais com parceiros tradicionais. O Brasil estabelece ainda relações comerciais (não diplomáticas) com a China comunista. O vice-presidente João Goulart viaja a China em missão comercial, durante a qual Jânio Quadros renuncia.

O Brasil retoma no período as relações diplomáticas com a URSS e, junto com outros cinco países, absteve-se de votar em favor da suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos. Enviou, em 1963, um observador a I conferência dos Países Não Alinhados. Durante o período da PEI as relações com países da América Latina também foram estreitadas. O grande marco desta boa relação é a reaproximação com a Argentina, marcada pelo Encontro de Uruguaiana. Os dois presidentes Goulart e Quadros, se encontram em Uruguaiana com o presidente Frondizi. Como analisa Amado Cervo, a expressão diplomática recorrentemente usada até hoje “Espírito de Uruguaiana” data deste período e traz os valores de amizade, alinhamento, cooperação e afinidade. Internamente, no entanto, essa reorientação da política externa encontrou forte resistência. Setores conservadores do Congresso, da imprensa e das Forças Armadas denunciaram a aproximação com Cuba e com os países do bloco socialista como sinal de “subversão comunista”. Essa leitura contribuiu para a mobilização política e ideológica que culminaria no golpe civil-militar de 1964 — com apoio logístico dos Estados Unidos. Como mostram documentos revelados posteriormente, a própria embaixada norte-americana via a PEI com desconfiança, e parte do Exército passou a se articular com Washington para conter os rumos da política externa e interna de Goulart.⁸²

As relações com os EUA durante a PEI não devem ser entendidas apenas como confrontacionistas. Porém, como aponta Ricupero, há problemas evidentes na relação.

⁸² CERVO, op. cit., 2004

Eles surgem principalmente do não pagamento de indenizações às empresas americanas encampadas por Leonel Brizola (governador do Rio Grande do Sul) e também pela lei de Limitação de Remessa de Lucros Para o Exterior utilizado pelo governo Goulart. A retórica das reformas de base somada à crescente oposição conservadora interna acirrou a percepção de “Cubanização” do Brasil, o que resultou no apoio aberto dos EUA ao golpe de 1964.

A PEI representou uma inflexão importante ao propor uma lógica de inserção baseada na clivagem norte-sul em vez da dicotomia leste-oeste. Iniciativas como o envolvimento com a UNCTAD e o Grupo dos 77 expressaram esse novo olhar sobre o subdesenvolvimento — não como etapa natural, mas como produto da ordem internacional desigual. Com isso, o Brasil começava a ensaiar sua atuação como *system-affecting state*, como afirma Holbraad, ainda que de maneira parcial e limitada⁸³. Foi a gênese de um projeto de influência internacional que buscava, mesmo que timidamente, moldar as regras do sistema ao lado de outros países do ‘terceiro mundista’ (hoje interpretado sob o conceito ‘sul-sul’). Ainda que os espaços diplomáticos não tenham sido preenchidos em sua completude e haja uma incongruência evidente diante dos elementos colonialistas da “independência” houve sem dúvidas, uma *atualização* necessária e até tardia de nossa política externa. É a própria gênese de um projeto de liderança e possibilidade de influir, conjuntamente, na reforma do sistema mundial de bases colonialistas⁸⁴.

É possível, assim, reconhecer a PEI como um momento de relativa emancipação diplomática no plano da colonialidade do poder, ao desafiar interesses dos EUA e buscar autonomia estratégica. No plano interno, embora não tenha se traduzido em rupturas consolidadas nas lógicas de opressão racial e epistêmica, é preciso reconhecer que as Reformas de Base propostas por Goulart esboçavam um esforço inicial nesse sentido — ao questionar a concentração fundiária, propor ampliação do acesso à educação e tensionar privilégios econômicos e simbólicos arraigados desde o período colonial. Ainda assim, tais reformas foram abortadas antes de se materializarem, o que impediu uma descolonização efetiva do poder social e institucional.

⁸³ HOLBRAAD, op. cit.

⁸⁴ RICUPERO, op. cit.

Aqui, contudo, ao contrário dos períodos anteriores citados, o principal desafio, ainda de acordo com a lógica de Castro-Gómez, não foi somente as imposições da reprodução de um colonialismo interno, mas sim a potência da pressão internacional colonial. Esta pressão só poderia ocorrer aliada às elites coloniais do interior do país, contra um movimento popular de emancipação e na luta por maior autonomia, num período marcado por disputas de poder, ainda que esta autonomia estivesse apenas começando a se desenhar. Como destaca ZANATTA, a sabotagem das iniciativas autônomas por parte do poder hegemônico não se dava apenas por meio da retórica anticomunista, mas também pelo financiamento de campanhas oposicionistas, disseminação de desinformação e articulação direta com setores militares e empresariais — como ocorreu no Brasil, mas também na Guatemala (1954), na Bolívia (1964), na República Dominicana (1965), no Chile e no Uruguai (1973), no Peru (1975) e na Argentina (1976) onde experiências de autodeterminação foram violentamente interrompidas por golpes respaldados por interesses externos e, internamente, pelas elites dominantes. Tais eventos revelam que qualquer tentativa de reconfigurar a ordem mundial a partir do Sul Global era rapidamente classificada como ameaça à “segurança hemisférica” e neutralizada por meio de dispositivos coloniais, travestidos de defesa da democracia liberal⁸⁵.

2.6 O período militar

O apoio logístico, financeiro e estratégico dos EUA às forças golpistas de 1964 revela a continuidade da lógica colonial sob novas formas, onde a soberania dos países latino-americanos é subordinada aos interesses dos países de Centro. Junto a outras intervenções, a estratégia de Washington era clara para manter a América Latina como uma região dependente e alinhada aos seus interesses hegemônicos⁸⁶. Após o golpe militar, ficou evidente o embate entre os generais ligados à Escola Superior de Guerra, como Castelo Branco e Golbery Couto e Silva e os adeptos da “linha dura”, de tradição nacionalista, como Costa e Silva, Médice e Geisel. Castelo Branco, fiel ao primeiro grupo, teve como cerne da política externa a aproximação com os EUA e a cartilha monetarista e liberal imposta por Washington. Opta por neutralizar as diferenças com os EUA criadas a partir de JK. Seu Chanceler Juracy Magalhães chegou a afirmar que “O que é bom para

⁸⁵ ZANATTA, Loris. *Uma Breve História da América Latina*. São Paulo: Cultrix, 2017.

⁸⁶ STEINKE, Sabrina. *Operação Condor; Operações com dor: Conexões Repressivas em Região de Fronteira*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

os EUA é bom para o Brasil.” A divisão bipolar da guerra fria volta a ser a explicação do mundo e orientar as decisões do país. Rompe com Cuba arrefece os diálogos com a China comunista. Logo em 1965 é enviado um contingente de 1.200 homens para a Força Interamericana de Paz em Santo Domingo legitimando a intervenção dos EUA na República Dominicana sob o pretexto de restaurar a ordem. A missão reprimiu a Revolução Constitucionalista Dominicana, que buscava restaurar o governo democraticamente eleito de Juan Bosch, derrubado por um golpe militar. Abandonava-se a fugaz autonomia pregada pela Política Externa Independente (PEI) em favor de uma lógica neocolonial e internacionalmente articulada à liderança dos EUA, que ofereciam também a ideologia política e de segurança que levou os governos militares a colocarem seus exércitos para combaterem seus próprios cidadãos, quando enquadrados como subversivos – uma categoria que foi utilizada para diferentes finalidades no combate a seus oponentes políticos pelas oligarquias locais. A ausência de avanços, combinada ao reforço de práticas autoritárias e excludentes, marca o período como retrocesso frente às possibilidades de emancipação.

A partir de 1967 a base nacionalista do exército assume, primeiro com Costa e Silva. Se no plano interno a época foi de severa repressão e afronta aos direitos humanos, no plano externo há um ensaio de retorno ao pragmatismo e princípios da PEI. O crescimento econômico e a forte industrialização em curso impunham a diversificação de mercados. A atuação diplomática desenvolvia-se no sentido de promover os objetivos econômicos traçados pelos militares. Politicamente, a ação que, para grande parte dos teóricos de Política Externa, evidenciou a pretensa autonomia foi a não assinatura do Tratado de Não Proliferação Nuclear, sob a interpretação de que o documento acarretaria um congelamento de poder mundial. Com Médice há novas expressões de autonomia em relação ao poder bipolar, como a ampliação do mar territorial⁸⁷.

Observamos que, diante do conservadorismo do regime, as vozes críticas à política externa subserviente e neocolonial foram abafadas, com a conservação da estratégia elitista do MRE e consequente ausência da liderança brasileira em movimentos contra hegemônicos, citados anteriormente. Tentava-se vender uma realidade bastante deturpada do país. Em 1966, no documento intitulado *Brazil*, publicado e divulgado pelo Ministério das Relações Exteriores, temos a seguinte colocação:

⁸⁷ CERVO, op. cit., 2004

“Cor – A maioria da população brasileira é constituída de brancos, sendo diminuta a percentagem de pessoas de sangue misto”, contrariando as estatísticas do censo mais recente à época. O documento continua, na parte dedicada à demografia, “Como uma consequencia dos baixo padrões de vida e higiene dos grupos negros e mulatos, suas taxas de mortalidade são mais altas que aquelas dos brancos”, sem qualquer reflexão crítica sobre a situação, em claro determinismo eugênico. Frente a esse cenário de apagamento institucionalizado, destaca-se a voz de Abdias do Nascimento, cuja crítica ao Itamaraty — formulada a partir de sua vivência como homem negro em um Estado estruturado pelo racismo — representa um gesto de ruptura epistêmica. Seu lugar de fala confere legitimidade à denúncia do mito da democracia racial promovido pela diplomacia brasileira no exterior, sobretudo nos fóruns internacionais onde o país adotava posições ambíguas diante do apartheid sul-africano.⁸⁸

A posição a favor dos regimes coloniais portugueses ficou ainda mais flagrante, quando em 1969,

Foi criado o Comitê Especial das Nações Unidas para investigar a implementação da Declaração das Nações Unidas Concedend a Independência dos Países e Povos Coloniais, de 14 de dezembro de 1960. Esse comitê documentou e relatou à Assembleia Geral os continuados horrores da situação colonial em todo o sul da África: Zimbábue, Namíbia e territórios de administração portuguesa. O comitê expôs as atrocidades e o derramamento de sangue cometidos por Portugal, condenando “a persistente recusa do governo de Portugal de implementar a resolução 1514(xv) e todas as outras relevantes resoluções da Assembleia Geral, do Conselho de Segurança e do Comitê Especial, como também a guerra colonial que está sendo efetuada por aquele governo contra os povos dos territórios sob seu domínio, a qual constitui crime contra a humanidade e uma grave ameaça à segurança internacional.”⁸⁹

O Comitê Especial chegou a declarar que certos estados e em particular, dos seus aliados militares, ajudam a manter a repressão social e militar nos territórios ocupados. Por exemplo, em 1968, no ano anterior da recomendação do comitê, o Brasil realizava

⁸⁸ NASCIMENTO, op. cit.

⁸⁹ Id.

manobras navais em conjunto na costa brasileira e em 1966, Portugal e Brasil assinavam acordos sobre comércio, cooperação técnica e cultural, bem como declaração conjunta sobre fins econômicos compartilhados. O ministro das Relações Exteriores à época, Magalhães Pinto, chegou a declarar numa coletiva de imprensa que os laços de sentimento e amizade entre Portugal e Brasil eram muito profundos e que, na Assembleia Geral, o Brasil votaria contra qualquer medida hostil à Portugal, se abstendo de votar sanções contrárias ao colonialismo português e votaria contrariamente a qualquer proposta de boicote.⁹⁰ Essa lógica vai de encontro à perspectiva de “anos dourados” da política africanista que começa a ter mais resultados econômicos, fruto de um falho pragmatismo, ao contrário do que afirma Saraiva.

Nascimento, ao contrário, nos lembra que internamente, essa submissão se reproduziu por meio da manutenção de um modelo de Estado autoritário, racializado e elitista, que reprimiu vozes dissidentes, apagou a diversidade cultural e institucionalizou desigualdades sociais. O Itamaraty, longe de refletir os anseios de uma maioria excluída, continuava operando como um instrumento de poder concentrado, traduzindo para o plano externo os interesses de uma elite branca e conservadora. A política externa, portanto, não apenas refletia a lógica internacional de dominação, mas ajudava a reproduzi-la dentro do país, naturalizando um modelo de desenvolvimento que excluía os sujeitos historicamente marginalizados da nação⁹¹.

2.7 O pragmatismo ecumênico e responsável

Ainda de acordo com CERVO, no governo de Ernesto Geisel (1974–1979), os princípios basilares da Política Externa Independente (PEI) foram retomados e, em diversos aspectos, aprimorados. Embora a coerência entre discurso e prática ainda enfrentasse tensões, os resultados concretos da diplomacia durante esse período tornaram-se mais visíveis⁹². A retomada das relações diplomáticas com a China comunista, em consonância com a política da “uma só China” adotada pela ONU, marcou o início de uma estratégia mais proativa de inserção internacional. Azeredo da Silveira, chanceler de Geisel, coordenou uma atuação que buscava ocupar os vazios diplomáticos herdados de períodos anteriores. Se a PEI havia desenhado essa ambição, foi o pragmatismo

⁹⁰ PINTO, Magalhães. *Discurso em coletiva de imprensa*. [Local desconhecido], 1966.

⁹¹ NASCIMENTO, op. cit.

⁹² CERVO, op. cit.

responsável que efetivamente a implementou, superando inclusive os limites de tempo, conjuntura e hesitação teórica que dificultaram a consolidação da estratégia na era Jânio-Goulart.

O exemplo mais notório dessa mudança foi a postura diante do continente africano. Em contraste com as posições dúbias anteriores — marcadas pela ambivalência frente ao colonialismo português e ao apartheid sul-africano — o governo Geisel foi o primeiro do Ocidente a reconhecer a independência da Guiné-Bissau (1974) e de Angola (1975), liderada pelo MPLA de orientação marxista, além de ter reconhecido precocemente Moçambique. Pela primeira vez, o Brasil assumiu postura pública crítica em relação ao apartheid, ainda que tardia. Esses movimentos não se deram em razão de um compromisso ideológico com a emancipação afrodescendente ou decolonial, mas sim por conveniências econômicas e estratégicas, como bem observa Celso Lafer, ao indicar que a diplomacia geiselista se baseava na "busca de autonomia dentro da interdependência"⁹³ Vizontini complementa “O Brasil não abandonou o colonialismo português por princípios, mas por uma lógica de inserção e projeção no Terceiro Mundo, em especial na África lusófona.”⁹⁴ Entre os principais motivadores estavam o desejo de conquistar novos mercados para produtos industriais brasileiros (num momento de substituição de importações), garantir acesso a matérias-primas estratégicas e ampliar a influência no chamado Sul Global — tudo isso em um contexto em que a crise do petróleo e o realinhamento dos países árabes e africanos ganhavam centralidade na geopolítica global. Assim, a aproximação com a África foi, sobretudo, uma estratégia pragmática de diversificação diplomática e econômica, e não uma adesão aos ideais de libertação ou justiça racial.

A ampliação do horizonte geopolítico incluiu também o fortalecimento das relações com o Japão, resultando no PRODECER(1978) — programa de incentivo ao cultivo de soja no Cerrado — e com o Oriente Médio, em especial na esteira da crise do petróleo. No plano regional, o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) buscou institucionalizar o diálogo e a integração entre países amazônicos, superando a histórica centralidade da bacia do Prata nas prioridades do Itamaraty. Essas ações permitiram um

⁹³ LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

⁹⁴ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e dependência*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

incremento significativo das exportações, mesmo em um cenário global marcado por instabilidade energética.⁹⁵ A relação com os EUA foi reconfigurada: o Brasil rompeu o acordo militar bilateral ainda vigente desde a gestão Castello Branco, resistiu a pressões no caso angolano, firmou acordo nuclear com a Alemanha Ocidental e reafirmou sua recusa, em 1975, em assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, alegando que este institucionalizaria desigualdades globais. Segundo Celso Amorim, essas decisões expressavam um "pragmatismo realista, não submisso, mas tampouco conflituoso"⁹⁶. A política externa brasileira manteve-se orientada por interesses estratégicos e comerciais, explorando o vácuo diplomático deixado pelo norte global, sem questionar profundamente as hierarquias raciais e econômicas do sistema internacional.

Entretanto, essa política externa de afirmação internacional contrastava duramente com a realidade interna. A ditadura militar reprimia movimentos sociais, censurava vozes dissidentes e mantinha práticas de tortura, mesmo enquanto proferia discursos a favor dos direitos humanos em foros multilaterais. O Itamaraty continuava sendo um espaço racialmente homogêneo e socialmente elitista, reafirmando o mito da democracia racial enquanto se opunha à promoção ativa da diversidade.⁹⁷

Houve aposta na cooperação e diálogo terceiro mundista (sul-sul, em termos atuais), com crítica enviesada ao congelamento do poder mundial na orientação Leste-Oeste perpetrada pela guerra fria. Não custa lembrar que enquanto buscava uma postura mais autônoma no cenário global, no cenário interno o regime permanecia autoritário, reprimindo movimentos sociais, inclusive aqueles que denunciavam a permanência de hierarquias coloniais e raciais dentro do próprio Brasil. A⁹⁸.

Na América do Sul, o Brasil passou a ser visto como potência regional dominante, alimentando acusações de subimperialismo, especialmente por parte da Argentina. O caso de Itaipu exemplifica esse atrito: os argentinos temiam que o projeto inviabilizasse sua própria iniciativa hidrelétrica. Foi apenas com a assinatura do Acordo

⁹⁵ BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Gráfico 02: Dados do setor externo (Século XX)*. Disponível em: https://seculoxx.ibge.gov.br/images/seculoxx/economia/setor_externo/graficos/grafico_02.xls. Acesso em 11 dez. 2024

⁹⁶ AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.

⁹⁷ NASCIMENTO, op. cit.

⁹⁸ Id.

de Cooperação Técnico-Operativa, em Ciudad del Este, que os desentendimentos foram parcialmente sanados, embora a assimetria de poder continuasse latente.

A tentativa brasileira de projetar-se como ator influente no sistema internacional pode ser entendida à luz do conceito de realismo periférico, proposto por Carlos Escudé, segundo o qual países da periferia buscam certa autonomia, mas sem romper com as estruturas centrais de poder. No caso do Brasil, essa projeção era evidente, mas limitada pelas incoerências internas de um regime autoritário e pelas hierarquias que ele mesmo mantinha.

Ainda que o país buscasse se posicionar de forma mais autônoma e contra hegemônica no cenário global, a permanência de estruturas coloniais em sua configuração interna — como o racismo institucional, a elitização do aparato diplomático, a invisibilização das pautas de gênero e a ausência de valorização de saberes não eurocentrados — limitavam o alcance e a profundidade dessa autonomia. A economia permaneceu dependente de investimentos e tecnologias do Norte, a natureza era explorada sob a lógica desenvolvimentista sem consideração aos povos originários, e os discursos oficiais seguiam evitando qualquer enfrentamento direto à colonialidade do saber e à matriz racial do poder.

Ao final da década, já com João Figueiredo na presidência, os pilares dessa política externa foram mantidos, ainda que sob o peso da crise econômica e do início da abertura política. O Brasil parecia consolidar um protagonismo global mais ambicioso, mas sem romper com as estruturas de dominação que persistiam tanto em sua sociedade quanto na ordem internacional. Como afirma um diplomata do período em suas memórias, "faltou ao Brasil não voz, mas coragem para confrontar as desigualdades que ele mesmo reproduzia"⁹⁹.

2.8 Redemocratização

Sarney assume a presidência em meio ao processo de redemocratização, prometendo livrar o país do “entulho autoritário”. Curiosamente, afirma que a política externa seria o único ponto “intocável”, evidenciando sua percepção sobre a solidez e o valor estratégico da inserção internacional do Brasil, especialmente no âmbito da cooperação sul-sul. De acordo com PECEQUILO, a despeito da transição política interna,

⁹⁹ Ricupero protege a identidade do autor da frase, mas a cita em seu livro *Memórias* (Ed. Unesp, 2024).

a diplomacia manteve certa continuidade, sobretudo no aprofundamento das relações com a América Latina e com a África lusófona, consolidando o que denomina de “diplomacia universalista”¹⁰⁰.

A aproximação com a Argentina ganha destaque com a Declaração de Iguaçu, em 1985, firmada entre Sarney e Raúl Alfonsín. Esse encontro marca uma reaproximação histórica entre os dois países, abandonando anos de rivalidade geopolítica para abrir espaço a uma cooperação baseada na confiança mútua. A intensificação desses contatos resultaria, anos mais tarde, na criação do Mercosul, consolidado no governo Collor e expandido nos anos seguintes.

Sarney também retoma e amplia a política de aproximação com o continente africano, intensificando a presença diplomática brasileira com a abertura de novas embaixadas e priorizando o diálogo com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOPs). A primeira Cúpula dos Países de Língua Portuguesa, realizada em São Luís-MA em 1986, marca simbolicamente essa iniciativa, culminando na criação da CPLP em 1996. A cooperação com a China também avança: em 1988, é assinado o projeto CBERS (China-Brazil Earth Resources Satellite), voltado ao monitoramento de recursos naturais, evidenciando uma política externa voltada à inserção científica e tecnológica.

Outro ponto alto do período é a criação da ZOPACAS (Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul), proposta liderada pelo Brasil e firmada em 1986, reunindo países sul-americanos e africanos litorâneos. Ao propor uma zona desmilitarizada e cooperativa no Atlântico Sul, contrapõe-se diretamente à lógica do TIAR (1947), que historicamente operou a favor dos interesses dos EUA, como se evidenciou na Guerra das Malvinas, quando os norte-americanos apoiaram o Reino Unido em detrimento da Argentina. A ZOPACAS surge como resposta contra-hegemônica, ainda que restrita ao discurso institucional e sem força normativa vinculante. Seu valor reside na tentativa de construir uma arquitetura de segurança e cooperação pautada pelo multilateralismo do Sul Global.

Essas iniciativas revelam um esforço em reposicionar o Brasil no cenário internacional por meio de alianças não subordinadas ao eixo Norte. Como destaca

¹⁰⁰ PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa brasileira (1990–2002): a diplomacia da continuidade*. São Paulo: Unesp, 2003.

Vizentini, a diplomacia da Nova República buscava articular os objetivos do desenvolvimento nacional com estratégias multilaterais autônomas. No entanto, as limitações estruturais internas — como a instabilidade econômica, a hiperinflação e a transição institucional — acabaram dificultando a consolidação de uma atuação internacional mais proativa.

A década de 1990 marca uma inflexão importante: é inaugurada a chamada “Autonomia pela Participação”, conceito que descreve a nova diretriz diplomática voltada à inserção do Brasil nos regimes multilaterais de governança global — como os de direitos humanos, segurança nuclear e meio ambiente — de forma ativa e com transparência. Contudo, esse reposicionamento coincidiu com a adesão ao modelo neoliberal, iniciado no governo Collor e aprofundado por Fernando Henrique Cardoso, cujo plano de estabilização econômica se tornou prioridade absoluta.

Nesse contexto, a política externa tornou-se menos visível, subordinada às necessidades de credibilidade externa para atrair investimentos e garantir a estabilidade do Plano Real. A retórica da integração regional permaneceu, e o Mercosul foi formalizado em 1991, consolidando a liderança brasileira no Cone Sul. O país atuou como mediador de conflitos regionais, como a disputa amazônica entre Equador e Peru, e manteve postura de distanciamento crítico frente à proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), vista por muitos como tentativa de imposição de regras comerciais favoráveis aos EUA.

A política neoliberal, entretanto, implicava contradições estruturais. A abertura comercial e a flexibilização regulatória — promovidas como parte das reformas do Consenso de Washington — acentuaram a vulnerabilidade da economia brasileira, limitaram a capacidade estatal de planejamento e reduziram os instrumentos de ação autônoma no sistema internacional. Como lembra Robert Cox, regimes neoliberais tendem a moldar a inserção internacional dos países periféricos dentro de uma lógica funcionalista, que reforça as hierarquias do sistema-mundo e restringe os projetos emancipatórios¹⁰¹.

¹⁰¹ COX, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. In: KEOHANE, Robert O. (org.). *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204–254.

No campo da colonialidade do poder, essa década pouco avançou. A política externa manteve-se voltada para as estruturas tradicionais do Itamaraty, com raros sinais de democratização interna ou inclusão racial e de gênero. A retórica da cooperação com a África persistiu, mas sem grandes mudanças estruturais. O conhecimento técnico e diplomático continuava sendo centralizado em elites brancas e urbanas, mantendo a exclusão de vozes subalternizadas. A adesão ao neoliberalismo reconfigurou o papel do Estado como facilitador de mercados, deslocando a centralidade da soberania para a competitividade. O Estado, assim, operava como transmissor de uma lógica global que naturalizava a desigualdade.

Portanto, se a década de 1990 representou um avanço em termos de inserção normativa e diplomática — com ampliação do repertório multilateral brasileiro — ela também evidenciou os limites do protagonismo em um cenário internacional marcado por assimetrias profundas. A Autonomia pela Participação pode ter reposicionado o Brasil como ator relevante nos foros internacionais, mas o fez ao custo de uma política interna de austeridade e desestruturação social. O Brasil foi participante ativo, mas raramente transformador. Como alerta Theotonio dos Santos, a inserção subordinada em regimes globais sem questionamento das bases que os sustentam tende a reforçar, e não desafiar, a ordem hierárquica vigente¹⁰².

Em síntese, consideramos que a década de 1990 revela mais uma vez uma contradição: enquanto se avançava institucionalmente na presença internacional do Brasil, enfraquecia-se internamente a capacidade de formular e implementar uma política externa que articulasse soberania, justiça social e transformação estrutural. O ideal de um sul-global cooperativo se diluía nas exigências de uma globalização assimétrica e profundamente marcada pelos legados coloniais do saber, da economia e do poder.

2.9 A diplomacia de Lula/Celso Amorim

As tendências que vinham desde a década de 70 e a nova inserção em regimes multilaterais efetivada na década de 90 tiveram continuidade no governo Lula. Porém, a cooperação sul-sul foi tida como absoluta prioridade da diplomacia petista. A ideia era

¹⁰² SANTOS, Theotonio dos. A inserção subordinada na globalização e os desafios da integração sul-americana. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 305–324.

que o desenvolvimento dos outros Estados periféricos contribuiria para um desenvolvimento maior e mais sustentável do Brasil. O país participou ativamente das discussões globais e deixou às claras suas maiores ambições: o mandato agrícola na OMC na rodada Doha e a reforma do conselho de segurança das Nações Unidas, pleiteando um assento permanente. São mecanismos de governança global que propulsionariam o país a um legítimo líder da América Latina e de seus pares.

Para almejar este objetivo, de uma voz ativa e com base de apoio político em fóruns internacionais, foram tomadas diversas decisões. Em primeiro lugar, o Itamaraty passou por uma reestruturação. Houve democratização no concurso de acesso e abertura de dezenas de embaixadas, sobretudo na África e Ásia. Outro ponto foi a América do Sul como ponto de partida de uma pauta prioritária na agenda externa. Logo no primeiro ano de governo o presidente visitou todos os países da região, demonstrando seu comprometimento. Em apenas quatro anos as exportações do Brasil para o Mercosul quadruplicaram ¹⁰³. Também com base nessa estratégia, o Brasil empreende maior aproximação com o continente africano¹⁰⁴.

É interessante notar que a política africana difere-se daquela empregada durante a PEI, como aponta SARAIVA. Na década de sessenta, frisou-se a perspectiva “culturalista”, com base no mito da presença de uma democracia racial no Brasil, com flagrantes incongruências internas mesmo dentro dos agentes de Política Externa, que vendiam sem acreditar de fato no produto, negando em vários outros momentos e composição étnica do país. Com Amorim, buscou-se quitar, ou ao menos reconhecer, a dívida histórica da escravidão. O próprio presidente Lula chegou a pedir perdão aos africanos na ilha de Gorée, Senegal, de onde saíam muitos navios negreiros. Foram quatro viagens presidenciais ao continente africano durante os oito anos de mandato. Foram abertos mais de 30 postos, entre embaixadas e consulados¹⁰⁵. A parceria técnica também foi essencial na política africanista tendo em vista a projeção do ideal de cooperação horizontal, como projetos da Embrapa e da Fundação Osvaldo Cruz no continente. Houve também fortalecimento de empresas brasileiras através financiamentos do BNDES e parcerias como a com Odebrecht e o governo de Angola. JORGE defende que a cooperação técnica difere-se do mero assistencialismo na medida em que a transferência

¹⁰³ RICUPERO, op. cit.

¹⁰⁴ JORGE, Nedilson (Org.). *História da África e relações com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2018.

¹⁰⁵ SARAIVA, op. cit

de tecnologia permite o desenvolvimento de forma mais estável.¹⁰⁶ Para se ter uma ideia dos ganhos comerciais, as exportações para os PALOP também quadruplicaram de 2002 para 2006. À época, as maiores críticas eram sobre a inserção das empresas brasileiras nos governos locais, muitas vezes inserindo-se em lógicas de corrupção e financiamento de grupos autoritários, bem como reforçando a dependência em setores como infraestrutura e energia. Contudo, houve impacto local no desenvolvimento, com capacitação técnica e ganhos de longo prazo. Posteriormente, a operação Lava-jato viria a denunciar as operações das empresas brasileiras em diversos países, como Angola, Moçambique, Peru e Paraguai. A cooperação técnica, embora distinta do assistencialismo, em alguns contextos reforçou a dependência em setores-chave como energia e infraestrutura. Como apontam autores como Grosfoguel e Nascimento, não há emancipação sem enfrentamento das hierarquias de poder econômico, epistêmico, racial, de gênero e ecológico, sendo a tentativa petista louvável, mas incompleta.

Como destacam COUTO e BAIOCCHI, governo Lula também foi marcado por um contexto econômico favorável, com o boom das commodities impulsionando o crescimento brasileiro e permitindo uma maior margem de manobra na política externa. Trata-se de uma janela de oportunidade usada de maneira eficiente. Cresce a aproximação e a construção de arranjos de geometria variável, como os BRICS, IBAS e o G20. Estes arranjos eram concertações de menor porte em que o Brasil participava para obter objetivos específicos ou para promover discussões de assuntos do interesse de seus participantes, mas com maior efetividade¹⁰⁷. Têm como objetivo a democratização das relações internacionais, como dito no próprio discurso de posse do presidente. "a política externa será instrumento de desenvolvimento e de inserção ativa e ativa no mundo".¹⁰⁸ Ainda,

Ampliaram as possibilidades de alianças e fortaleceram a capacidade negociadora brasileira. O comportamento de potência média adotado pelo Brasil evidenciou-se na ênfase dada à organização do espaço regional, com vistas não só à obtenção de ganhos de competitividade e de melhor inserção econômica, mas também incremento da ação coletiva em negociações extrarregionais. No plano internacional, o país assumiu um papel de construtor de pontes. (SARAIVA, 2008)

¹⁰⁶ Id.

¹⁰⁷ COUTO, Cláudio Gonçalves; BAIOCCHI, Peter. O lulismo e a política externa: a ascensão internacional do Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 49–65, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987314225005>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹⁰⁸ SARAIVA, op. cit.

Em 2005 a ideia da ALCA é finalmente enterrada, após votação contrária maciça dos países da América do Sul, sob forte influência brasileira. Essa votação, após intensa articulação diplomática, demonstrou a capacidade brasileira de contestar assimetrias estruturais no sistema hemisférico, o que pode ser lido como um gesto de enfrentamento parcial da colonialidade da autoridade de acordo com os termos de Quijano.

No período, as exportações mais que quintuplicaram e, pela primeira vez, os EUA deixaram de ser o principal destino de exportações e importações brasileiras. O BRICS ultrapassava esfera política e inaugurava um banco próprio de fomento econômico, além de outras diversas iniciativas. Associando-se com países com características de poder semelhante ao Brasil, como Índia e África do Sul, a articulação da cooperação sul-sul ganhou força inédita. Pela primeira vez, o Brasil ocupa uma posição de destaque sem deixar de confrontar incongruências históricas e se apresentando como um mediador em temas como segurança alimentar, acesso à tecnologia e financiamento para o desenvolvimento, temas muito caros à economia de seus pares. Entretanto, a partir de 2011, com a mudança de governo e o início de uma conjuntura econômica global menos favorável, os desafios de manter essa projeção internacional tornaram-se evidentes. A dependência da exportação de commodities e a desaceleração do crescimento chinês impactaram a economia brasileira, limitando a continuidade da política externa expansiva dos anos anteriores.

Observamos iniciativas claras para confrontar a colonialidade do saber (valorizando saberes do Sul e criticando o eurocentrismo), da autoridade (contestando hegemonias e fortalecendo coalizões periféricas), do trabalho (reivindicando justiça econômica e diversificando parcerias), da natureza (defendendo responsabilidades diferenciadas e soberania ambiental); no campo racial, promovendo inclusão diplomática e laços afro-diaspóricos; e no campo de gênero, ainda com avanços limitados na representatividade e na incorporação de uma perspectiva feminista nas diretrizes diplomáticas¹⁰⁹. Em síntese, a era Lula representou um enfrentamento sem precedentes

¹⁰⁹ O Brasil assinou e defendeu resoluções internacionais sobre igualdade de gênero, como as relacionadas à CEDAW (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher) e apoiou os esforços da ONU Mulheres, criada em 2010. O país também participou das revisões da Plataforma de Ação de Pequim (1995), mantendo-se comprometido com a linguagem de igualdade de gênero. Houve avanços na inclusão de mulheres na carreira diplomática, em parte pelo incentivo indireto de políticas de democratização do concurso do Itamaraty e pela criação de fóruns de debate interno.

No entanto, como apontam Matos e Paradis (2013), essa atuação foi reativa e instrumental, sem internalizar, de forma substantiva, um olhar feminista estruturante para a política externa. As agendas de gênero estavam

às heranças coloniais na política externa, abrindo caminhos para uma atuação mais autônoma e solidária do Brasil no sistema internacional. Ao mesmo tempo, evidenciou-se que descolonizar completamente a inserção internacional é um processo longo e contraditório: exige não só vontade política e coalizões Sul-Sul, mas transformações estruturais profundas – tanto nas instituições globais quanto na própria sociedade e Estado brasileiros.

mais relacionadas à imagem internacional do país do que a uma transformação interna da diplomacia. A presença de mulheres nos cargos mais altos da diplomacia continuou sendo muito baixa, e não houve política institucional feminista ou compromisso com uma agenda transversal de gênero no conteúdo da política externa.

Capítulo III – O caso Boliviano

3.1 Breve Histórico

Assim como no caso brasileiro, a análise da política externa boliviana exige um breve panorama histórico que permita compreender os desafios estruturais enfrentados pelo país na busca por soberania e autonomia internacional. Nosso marco temporal parte do período entre guerras, mais precisamente da Guerra do Chaco (1932–1935), e se estende até 2012, encerrando-se no momento de maior projeção internacional do governo Evo Morales e evitando o conturbado ciclo de instabilidade política que se intensifica a partir de 2012.

O conflito do Chaco, travado contra o Paraguai, revelou não apenas a fragilidade militar e institucional do Estado boliviano, mas também o grau de subordinação da política externa às disputas corporativas de potências estrangeiras. A guerra foi atravessada por interesses da Standard Oil, dos Estados Unidos, e da Royal Dutch Shell, do Reino Unido, interessadas nos recursos petrolíferos da região do Chaco Boreal.¹¹⁰ Historiadores como Klein apontam que a guerra escancarou a ausência de um projeto nacional soberano e precipitou uma série de reformas políticas que redefiniriam o papel do Estado boliviano nas décadas seguintes¹¹¹.

No período anterior ao nosso marco temporal, assim como na República Velha, o país era controlado por uma oligarquia, porém cujo principal produto de exportação era o estanho, sem grandes organizações sindicais, mineiras ou camponesas. Ainda vivia as consequências das sucessivas perdas territoriais ocorridas no século XIX, que alimentavam um sentimento de frustração nacional e um discurso político centrado na busca por "reparos históricos, porém ainda alinhada às potências dominantes, numa diplomacia que ficaria conhecida por sua submissão¹¹².

¹¹⁰ ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A revolução boliviana*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

¹¹¹ KLEIN, Herbert S. *A Concise History of Bolivia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

¹¹² Id.

Já o lado oposto de nossa linha temporal, isto é, 2012, foi escolhida por ser o auge da chamada década da “Maré Rosa”¹¹³, marcada por governos de centro-esquerda da América Latina e pela construção de mecanismos de integração regional que buscavam autonomia frente à hegemonia norte-americana, como a ALBA e a UNASUL. Ainda que esses projetos também apresentassem limitações, configuram uma ruptura importante em relação às décadas anteriores. O marco de 2012 permite avaliar a primeira metade do ciclo Morales sem adentrar os dilemas posteriores, marcados por golpes, disputas eleitorais acirradas e reconfigurações profundas tanto na Bolívia quanto no Brasil¹¹⁴.

É importante frisar novamente que estes dois capítulos de breves históricos das políticas externas de Bolívia e Brasil têm como objetivo situar a posição dos países na linha do tempo do século XX e na primeira década do século XXI, destacando os momentos mais importantes para o objetivo do nosso trabalho, sem fazer análises e comparações aprofundadas, que serão justamente o cerne do capítulo final. Dado o silenciamento da história boliviana (latino-americana, no geral) nos currículos escolares e universitários brasileiros, optou-se por detalhar com maior profundidade certos elementos, especialmente aqueles relacionados à formação do Estado, aos ciclos de dependência externa e à articulação entre elite e potências estrangeiras ao longo do século XX, sem perder-se indefinidamente em aspectos que não cabem a este trabalho.

3.2 Guerra do Chaco (1932-1935)

O processo revolucionário que marcou o século na Bolívia começou a se desenhar cerca de duas décadas antes de 1952, impulsionado pela derrota boliviana na Guerra do Chaco (1932-1935). Esse evento desencadeou uma sequência de crises políticas, ao mesmo tempo em que sindicatos e partidos vinculados às forças sociais operárias, populares e à pequena burguesia ganhavam força.¹¹⁵

A crise de 1929 evidenciou a fragilidade da economia boliviana, baseada sobretudo na exportação de estanho, cujo preço internacional foi profundamente afetado. Na década de 30 o produto representava cerca de 72% de todo o comércio exterior,

¹¹³ ANDRADE, Débora da Silva. *História da Onda Progressista Sul-Americana (1998–2016)*. São Paulo: Appris, 2019.

¹¹⁴ Id.

¹¹⁵ ANDRADE, op. cit.

criando laços de extrema dependência com um mercado internacional fragilizado. Como destacado por GUTIÉRREZ , o Estado boliviano servia apenas para intermediar os interesses da grande mineração e o restante da pequena burguesia. Podia-se considerar a economia como pré-capitalista. O Estado não tinha condições de administrar setores estratégicos como gás, petróleo e ferrovias e cedeu à oligarquia mineradora e ao capital estrangeiro.

O impacto da recessão intensificou a instabilidade política, aprofundando as disputas no Congresso e gerando uma onda de greves e protestos estudantis nas ruas. Na parte política, o estado oligárquico assemelhava-se à república velha brasileira, com porcentagem ínfima de 3% de votantes, o que somente seria mudado após a revolução, com o voto universal.

Eleito em 1931, Daniel Salamanca encontrou dificuldades para governar, perdendo apoio legislativo e enfrentando forte oposição popular. Diante desse cenário, buscou consolidar seu poder por meio do nacionalismo, explorando a disputa territorial com o Paraguai. Em julho do mesmo ano, após um incidente fronteiriço, rompeu relações diplomáticas com o país vizinho e tentou ampliar seus poderes sob o pretexto de combater uma suposta ameaça comunista. Seu fracasso no Congresso e o agravamento das tensões internas levaram-no a apostar na guerra como forma de restaurar sua autoridade e desviar a atenção da crise interna.¹¹⁶

O discurso belicista rapidamente ganhou adesão entre os setores dominantes, que apoiaram uma dura repressão contra trabalhadores organizados e estudantes. No final de 1931, mesmo sem provocações diretas do Paraguai e contra a recomendação de parte do comando militar, o governo optou por um confronto aberto. Havia uma expectativa de vitória rápida, baseada na superioridade numérica e no treinamento das tropas bolivianas por oficiais alemães. No entanto, a guerra, que se prolongaria até 1935, não apenas desmentiu essas previsões otimistas, mas também aprofundou as contradições do país, abrindo caminho para mudanças políticas e sociais nas décadas seguintes. A Bolívia tentou obter apoio internacional, especialmente dos Estados Unidos e da Liga das Nações, mas enfrentou dificuldades em mobilizar aliados. O Paraguai, por sua vez, contou com um respaldo diplomático mais eficaz, principalmente da Argentina, que tinha interesse

¹¹⁶ GUTIÉRREZ, Gustavo; ZAVALA, Silvia. *Historia de Bolivia: Edición Actualizada y Aumentada*. La Paz: Plural Editores, 2007.

em enfraquecer a influência boliviana na região e garantir sua própria posição estratégica no Chaco. A Standart Oil, companhia petrolífera norte-americana que detinha o direito de exploração das jazidas em território boliviano, recusou-se a qualquer esforço em prol da guerra e, secretamente, fornecia petróleo boliviano para a aliada Argentina, durante a guerra.¹¹⁷

A guerra foi um desastre sob quase todos os aspectos para o país andino, que

Terminava o conflito com mais de 65 mil soldados mortos, pelo menos 240 mil quilômetros quadrados de território para o Paraguai e a economia nacional destruída. Um dos principais motivos da derrota boliviana foi, inegavelmente, a própria estrutura econômica e social do país. Os índios aimarás e quéchuas continuaram segregados e humilhados pelos brancos e mestiços, mesmo nos campos de batalha. No interior do Exército essa discriminação também foi mantida. Oficiais e suboficiais brancos e mestiços desfrutavam de toda sorte de regalias enquanto os soldados eram privados dos mínimos cuidados médicos. Destreinados e inadequados ao clima, os soldados-índios morriam com pouca consideração dos oficiais. A guerra não significou uma integração do índio à nação; pelo contrário, reafirmou toda a estrutura social de opressão, que ele já conhecia, e aprofundou ainda mais o fosso que separava a elite burguesa branca da maioria indígena ou mestiça.¹¹⁸

O conflito do Chaco e seus desdobramentos políticos ilustram com clareza os limites de um Estado fundado sobre estruturas coloniais de exclusão e dependência. A Bolívia, apesar de seu discurso nacionalista, permaneceu inserida em uma lógica de subordinação às potências globais, sendo manipulada por interesses externos como os da Standard Oil e da diplomacia argentina. Como aponta Quijano, a colonialidade do poder sobrevive à independência formal, perpetuando um sistema que subordina populações à lógica do capital e da branquitude. Assim, a Guerra do Chaco pode ser lida como expressão trágica da colonialidade em todas as suas dimensões, deixando uma marca indelével na trajetória política e identitária boliviana.

¹¹⁷ OLIVEIRA, op. cit.

¹¹⁸ ANDRADE, op. cit.

3.3 Período Pré-Revolucionário (1935-1952)

Diversas crises sociais se deflagraram no período. A Guerra acelerou também a crise na pequena burguesia boliviana, além de ter estimulado o surgimento de uma oposição dos setores sociais mais atingidos, sobretudo camponeses e mineiros. Militares nacionalistas tomaram o poder, derrubando José Luis Tejada Sorzano. O governo de Toro iniciou reformas sociais e econômicas, mas durou pouco. Na esteira do nacionalismo/trabalhismo internacional, inclusive brasileiro, houve iniciativas contra a Standard Oil e fortalecimento dos direitos trabalhistas. As diversas manobras políticas, que ficaram conhecidas como “socialismo militar” foram interrompidas no governo de Enrique Peñaranda, que alinhou-se fortemente aos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial. Como resultado desse alinhamento, os preços dos minérios bolivianos foram artificialmente reduzidos por pressão norte-americana, beneficiando o esforço de guerra dos Aliados. A produção boliviana de estanho chegou a dobrar entre 1938 e 1942, mas os lucros reais diminuíram, enquanto os custos sociais e humanos aumentavam dramaticamente. Com mais custos e mão de obra, o impacto da guerra foi maior do que se previa. Propostas nacionalistas foram combatidas. Houve um protesto organizado pelos mineiros, exigindo melhores salários e condições de trabalho. O movimento foi pacífico, com cerca de 8 mil participantes, mulheres e crianças na frente. O que se seguiu foi um sangrento massacre, com o exército assassinando centenas de civis. O massacre de Catavi deu visibilidade internacional à causa mineira e operária, bem como o fortalecimento de camadas revolucionárias.¹¹⁹

O governo seguinte teve grandes dificuldades em atender aos anseios do povo depois do episódio. Apesar de algumas iniciativas pró-reformas, acabou com o palácio presidencial invadido e o presidente, Villarroel morto e queimado em praça pública. O MNR, Movimento Nacionalista Revolucionário, que era aliado do governo, perdia força como liderança progressista.

Em 10 de maio de 1945 realizou-se o 1º Congresso Nacional Indígena, reunindo centenas de líderes de comunidade. O movimento camponês também ganhava força. Como afirma MENDOZA, a luta por soberania externa, ao se chocar com o sistema-

¹¹⁹ BONIFAZ, Gustavo; FAGUET, Jean-Paul; ZUAZO, Moira (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

mundo capitalista e racializado, tornou-se também luta por emancipação interna, cujo horizonte só começou a se esboçar com a aliança entre os três pilares sociais da revolução — mineiros, camponeses e indígenas.¹²⁰

3.4 A revolução de 1952

A frágil economia nacional, o desgaste do exército e da burguesia local, bem como o fortalecimento dos movimentos citados se somaram à derrubada do governo militar em abril de 1952. Liderada pelo MNR e Víctor Paz Estenssoro o movimento prometia reformas profundas, como o voto universal e a nacionalização das minas. Contudo, foi um movimento de massas, que condensava duas décadas de lutas de diversos setores da sociedade. O MNR foi acusado de ser por demais institucionalista, pois propunha apenas reformas parciais e parecia tentar ganhar tempo para desarmar alas mais radicais, como destaca MENDOZA¹²¹. Houve promulgação de uma nova constituição somente em 1962. Do outro lado, tido como radical, destaca-se o surgimento da Central Obrera Boliviana (COB), que reunia e organizava mineiros e operários. O movimento reivindicava a revogação de leis antioperárias, melhora de salários, reforma agrária e melhores salários.

A nacionalização das minas era tema presente já havia algumas décadas. Os revolucionários exigiam que isso acontecesse sem nenhum tipo de compensação aos detentores do capital. Houve grande receio do governo em atender a essa demanda, sabendo que isso iria ferir uma das bases mais sólidas da velha estrutura oligárquica, bem como os interesses americanos. O movimento mineiro não arrefeceu e foi necessário o governo acabar com o domínio das grandes corporações mineradoras, especialmente a "Rosca" — um grupo de elites locais associadas ao capital estrangeiro, majoritariamente dos Estados Unidos. Contudo, a Bolívia conseguiu manter certo nível de negociação com Washington. A potência entendeu que seria necessário essa concessão, mas que a Bolívia ainda precisava de ajuda econômica e isso a manteria em sua esfera de influência. O

¹²⁰ MENDOZA, José. *El pensamiento amáutico y la matriz de la civilización andina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2008.

¹²¹ Id.

modelo econômico continuou dependente da exportação de matérias-primas, mantendo o país vulnerável às oscilações já aqui citadas.¹²²

Outro ponto bastante importante da Revolução, a reforma agrária reunia lutas camponesas e indígenas. A tentativa de romper com a estrutura colonial de exploração da terra era um dos pilares de todo o movimento revolucionário. Houve a expropriação de latifúndios improdutivos e o fim da servidão, em que muitos indígenas viviam, num sistema de mão de obra arcaico e precarizado.

Apesar desses diversos avanços, o MNR tentava manter o tom conciliatório e reformista. Os sindicatos mineiros e camponeses foram acusados de serem cooptados e praticarem o clientelismo, sem independência. Essa espécie de sindicalismo estatal se desenvolveu burocratizando-se nas relações entre camponeses/mineiros e o Estado, subordinado ao capital estrangeiro. Enquanto isso, o exército era reformado, com treinamento fornecido pelos Estados Unidos para suposto apoio técnico no campo, mas com claro objetivo de combater a radicalização no campo e nas minas.¹²³

A reforma agrária representou avanços significativos para a população, mas não foi efetuada em sua totalidade. A maior parte das terras redistribuídas ficava no Altiplano, onde a fertilidade era limitada, enquanto as terras mais produtivas nas terras baixas permaneceram nas mãos de grandes proprietários e empresas estrangeiras. Como destaca STEINKE, a “vista grossa” dos americanos era, na verdade, uma concessão parcial para manter o controle da estrutura social boliviana e que pressionava o MNR para a desaceleração e contenção do movimento revolucionário como um todo. Essas negociações parecem claras quando colocada em perspectiva internacional de Guerra Fria, a consolidação das instituições emanadas de Breton-Woods e com a garantia de investimentos privados nos vínculos comerciais. Do lado boliviano, a vontade de negociar com os EUA ficou evidente logo no início do movimento, quando uma das primeiras atitudes do MNR foi estrategicamente escolher um novo embaixador em Washington para tranquilizar o império e definir os limites possíveis das concessões. Afinal de contas, foi neste período também que a economia boliviana atingiu seu ápice de fragilidade no comércio exterior, com 97% dos produtos exportados compostos de minerais. Destes,

¹²² SANJINÉS, Jorge (Direção). *La nación clandestina [filme]*. La Paz: Grupo Ukamau, 1989.

¹²³ MENDOZA, op. cit.

mais de dois terços iam para os EUA, país que era credor de cerca de 60% da dívida externa boliviana.¹²⁴

Aos poucos, a interferência econômica dos EUA foi aumentando. A ajuda tornava-se estratégica, sobretudo quando analisamos os créditos agrícolas concedidos especialmente para a região de Santa Cruz, ignorando o altiplano e demais regiões predominante indígenas e onde a reforma agrária foi mais eficaz. Formava-se uma nova elite, substituindo o desenvolvimento nacional por uma liberalização econômica e enfraquecimento do Estado.

O refluxo revolucionário prosseguia e ainda em 1956 o governo do MNR promulgou um novo Código do Petróleo que, depois de quinze anos de controle estatal, reabria a exploração para empresas estrangeiras. Além de indicar uma clara reorientação das propostas originais defendidas pelo MNR, o Código era um reflexo direto das pressões dos Estados Unidos que ganhavam força e se aproveitavam da delicada situação financeira do país. A passos rápidos, grandes empresas petrolíferas estadunidenses dividiram o território boliviano (Alexander, 1961, p.172-80). Socialmente esse conjunto de medidas reforçava a estrutura material para uma recomposição, sob novas bases, da burguesia e da pequena burguesia. Por outro lado, a classe operária era enfraquecida e desorganizada do ponto de vista econômico.¹²⁵

Assim, o movimento indígena também perdeu força, sem que seus exemplos de governança local e demandas antigas tenham sido de fato enfrentadas. Apesar das conquistas sociais promovidas pelo processo revolucionário de 1952, como a nacionalização das minas, o sufrágio universal e a reforma agrária, os avanços foram moldados dentro de uma lógica que preservava as hierarquias coloniais. A colonialidade do saber permaneceu ao marginalizar os conhecimentos indígenas, e a colonialidade da natureza persistiu ao submeter os territórios indígenas à lógica produtivista estatal. A economia continuava dependente da exportação de matérias-primas, e o Estado nacional, ainda que reformado, permaneceu estruturado a partir de uma elite mestiça e letrada, que falava espanhol e mantinha o controle sobre as instituições. A colonialidade da raça tampouco foi enfrentada com profundidade: embora o indígena passasse a ser visto como “cidadão”, isso se dava sob um olhar integracionista, que deslegitimava suas formas autônomas de organização social e cultural. Como alerta Cusicanqui, “o indianismo

¹²⁴ STEINKE, op. cit

¹²⁵ ANDRADE, op. cit.

oficial do Estado continua operando dentro de uma matriz colonial que nega a alteridade indígena em nome de uma suposta unidade nacional”¹²⁶.

3.5 A ditadura Militar em sucessivos golpes 1964-1982

Apesar do pouco desenvolvimento industrial do país andino, a revolução boliviana foi a primeira liderada por operários na América Latina. Na década seguinte, com a Revolução Cubana e a desestabilização internacional, as portas foram fechadas para movimentos reformistas e nacionalistas. Em novembro de 1964 foi deflagrado um golpe militar, liderado por René Barrientos, que de pronto alinhava-se totalmente aos interesses americanos. Os EUA reconheceram imediatamente o novo governo.¹²⁷ Além do treinamento militar durante toda a década anterior, nos meses que antecederam o golpe os americanos restringiram créditos e auxílios financeiros ao governo agravando a crise econômica.

De acordo com MENDOZA, rapidamente a oposição foi perseguida e o COB, bem como demais sindicatos, foram postos na ilegalidade. Os EUA confirmaram o apoio de maneira oficial na votação da OEA, que respaldou o golpe em 1966. No ano seguinte mobilizações de mineiros foram retomados e Che Guevera aplicava suas técnicas de guerrilha na região oriental do país¹²⁸. Em outubro daquele ano Che viria a ser capturado e morto. Em 1968 a Bolívia adere ao FMI e permitia a exportação de gás boliviano pela Gulf Oil, multinacional estadunidense¹²⁹.

Alfredo Ovando Candia, após a morte de Barrientos num acidente de helicóptero, assumiu o poder, retomando em parte o “socialismo militar”, nacionalizando outra vez empresas estrangeiras. Ovando procurou reduzir a dependência dos EUA, aproximando-se de outros países latino-americanos e explorando novos parceiros econômicos. A Bolívia voltava-se pela primeira vez ao Pacto Andino (atual Comunidade Andina de Nações – CAN)¹³⁰. Houve aproximação com a URSS, Leste europeu e a OPEP. Adotando um discurso anti-imperialista, Ovando ordenou a nacionalização das operações

¹²⁶ RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

¹²⁷ MENDOZA, op. cit.

¹²⁸ Id.

¹²⁹ BONIFAZ, op. cit.

¹³⁰ BRANDT, Dirk; PÉREZ, Mariana (Orgs.). *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: FUNAG, 2016.

da Gulf Oil, o maior investimento dos EUA no país. Sofrendo duras repressões de Washington, o governo de Ovando foi marcado por sucessivas tentativas de golpe¹³¹. A última delas, perpetrada por Rogelio Miranda sofreu forte resistência de setores progressistas das Forças Armadas, bem como de trabalhadores e estudantes que se mobilizaram contra a tomada de poder pelos militares de direita. Houve revoltas populares em La Paz, Oruro e outras cidades, com barricadas e resistência civil. Milhares de mineiros desfilavam em caminhões portando dinamite e velhos fuzis, brandindo soberania perante os EUA, socialismo e greve geral. O movimento em muitos aspectos parecia uma retomada da Revolução de 1952. Houve um “golpe dentro do golpe” e Juan José Torres, um general de linha nacionalista, tomou o poder, mantendo e ampliando as medidas progressistas e anti-imperialistas de Ovando. Torres criou a Assembleia Popular para dar mais voz aos trabalhadores, inspirada nos soviets da Revolução Russa e que também propunha o diálogo para uma nova constituição popular. As nacionalizações foram continuadas e tentou se aproximar com Cuba, desagradando ainda mais os EUA. Um novo golpe parecia inevitável, apesar do forte apoio popular ao governo em curso.

Este novo golpe, liderado por Hugo Banzer, enfrentou resistência de várias camadas da sociedade e foi imposto pela luta armada numa La Paz sitiada por operários, mineiros, estudantes e camponeses que resistiam à manobra. Foram centenas de feridos.. Documentos desclassificados indicam que a CIA manteve contato com militares bolivianos conservadores meses antes do golpe. Os conspiradores receberam ajuda financeira, logística, de armas e suprimentos militares para organizar a tomada do poder¹³². Por fim, em 19 de agosto de 1971, Hugo Banzer toma o poder, rompendo com o processo de luta popular de quase 20 anos na Bolívia¹³³. A perseguição à oposição foi intensificada, bem como a censura, fechamento de sindicatos e grêmios estudantis.

Estudos coordenados pelo sociólogo boliviano Juan Ramón Taborga evidenciam que durante esse período, a política externa boliviana passa por vários momentos com apoio explícito político, econômico e militar dos EUA, em troca do comprometimento das autoridades bolivianas em combater o comunismo e abrir a economia boliviana ao

¹³¹ GUTIÉRREZ, ZAVALA, op. cit.

¹³² STEINKE, op. cit

¹³³ GARCÍA LINERA, Álvaro. Bolivia, su historia. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2014.

capital estrangeiro¹³⁴. ALEJO destaca ainda, como isso foi influenciado pelo corpo diplomático boliviano, que era ainda mais aristocrático do que o Itamaraty. Indica que, no período das ditaduras, a diplomacia boliviana permanecia altamente elitista e concentrado em poucas famílias tradicionais. De fato, *nenhum indígena ou camponês tinha espaço na formulação da política externa* naquele contexto, algo que apenas começou a mudar décadas mais tarde¹³⁵.

3.6 A Consolidação da democracia neoliberal 1985-2002

A partir de 1986 há consolidação do voto e pactos de governabilidade. Na esteira do neoliberalismo, o Estado boliviano foi enxugado e os sindicatos debilitados. Essa estrutura sindical era, por muitas vezes, o principal meio de busca por uma identidade social e herança das lutas travadas no período revolucionário. As minas também foram colocadas em xeque, ameaçando a base do sistema operário do país. Foi nessa esteira que ocorreu a Marcha pela Vida de 1986, liderada por mineiros bolivianos contra o decreto neoliberal 21.060 e que se destacou pela ampla repercussão internacional ao expor os efeitos sociais devastadores das reformas impostas pelo FMI e Banco Mundial. Como analisa David Harvey, essas reformas são parte de uma “acumulação por despossessão”, que transfere bens públicos ao setor privado em nome da eficiência, mas aprofunda desigualdades estruturais¹³⁶. A marcha passou a representar não apenas a defesa dos direitos dos trabalhadores, mas também a denúncia pública da submissão da política econômica boliviana aos ditames do capital internacional, simbolizando a resistência popular frente à nova lógica de colonialidade econômica. Houve grande desgaste da imagem do governo de Víctor Paz Estenssoro no cenário internacional, tanto pela submissão aos interesses externos como pela ameaça de repressão militar contra um movimento pacífico de milhares de operários caminhando pelo país. ¹³⁷

Diante da ausência de uma uniformidade nacionalizadora, de pertencimento, a soberania manteve suas formas liberais representativas e individualizadas, sem levar em conta a enorme pluralidade cultural do país, em novos conflitos, ora de alta, ora de baixa

¹³⁴ QUINTANA TABORGA, Juan Ramón (Org.). *Un siglo de intervención de EE.UU. en Bolivia: la dinámica geopolítica en América Latina*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia; Editorial del Estado, 2019.

¹³⁵ TICONA ALEJO, Esteban. *De la diplomacia colonial a la diplomacia de los pueblos*. La Migraña, Sucre, n. 13, p. 17–23, 2016.

¹³⁶ HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

¹³⁷ GARCÍA LINERA, Álvaro. *A potência plebeia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p 150

intensidade. No anos seguintes algumas iniciativas surgiram que finalmente reconheciam a legitimidade e institucionalidade de diversas maneiras de praticar e entender a democracia, sobretudo regionais e de origem indígena, afinal

Se a Bolívia é uma sobreposição de várias culturas e várias civilizações, seu Estado, como síntese, deveria ser uma institucionalidade capaz de articular, de compor uma engenharia política formada por uma presença proporcional das culturas e identidades linguísticas, além de poder contar com instituições modernas e tradicionais, deliberativas, representativas e assembleísticas para a tomada de decisões em escala geral, nacional.

138

Essas iniciativas, além de ampliarem a democracia, abalaram as estruturas de dominação colonial e civilizatória. Destacou-se também a Lei de Participação Popular, de 1994, que fez uma descentralização a nível municipal e contribuiu para o início de autonomias regionais.

Contudo, não foi esse o destaque das décadas de 1980 e 1990. Com a diminuição do tamanho do Estado, setores tradicionais, como o mineiro, foram negociados. 35% do PIB acumulou-se sob o domínio de empresas transnacionais. A capacidade organizativa, tanto de operários, como mineiros e camponeses, foi sabotada em larga escala. Deu-se origem ao Estado “neoliberal-patrimonial” que dominaria também demais economias latino-americanas nessas duas décadas. Na Bolívia, o período ficou marcado pela derrota política, e mesmo cultural, do sindicalismo operário conquistado durante a revolução, que apesar das instabilidades, até então oferecia forte pressão nas prerrogativas populares e do excedente social na administração do capital estatal. Foi essa derrota, principalmente, que favoreceu a abertura ao capital estrangeiro e aumento na concentração de renda, sobretudo na região de Santa Cruz de la Sierra, que mais se desenvolvia à época. Tudo isso evidencia o aprofundamento da colonialidade econômica, com a manutenção de um padrão de acumulação centrado na extração e exportação, controlado por elites locais associadas ao capital externo. A desigualdade racial se intensificou, com a população indígena marginalizada dos lucros gerados e das decisões sobre os rumos do país, reforçando a dimensão racial do poder colonial. A taxa de informalidade da população, por exemplo, saltou para 68%, enquanto as grandes empresas multinacionais geravam 68% do PIB. Foi na década de 1990 que a desigualdade social atingiu seu ápice no país, com diferença de 1 para 90 da renda do setor mais rico em relação ao mais pobre,

¹³⁸ GARCÍA LINERA, op. cit.

chegando a 170 na área rural. Segundo Silvia Rivera Cusicanqui, essa desigualdade não pode ser separada da lógica racial e epistêmica herdada do colonialismo: o neoliberalismo na Bolívia atualiza uma ordem que já naturalizava a exclusão dos povos originários sob o verniz da modernidade econômica.¹³⁹

A dívida externa também aumentou consideravelmente, e o discurso desenvolvimentista passou a ser apropriado pelas elites como justificativa para manter estruturas de exclusão. A desestruturação de instrumentos populares na economia e sociedade boliviana garantiu uma estabilidade política apenas formal: não houve golpes, mas houve repressão contínua às demandas populares, especialmente das comunidades indígenas e rurais.

No plano externo, a política internacional boliviana entre 1985 e 2000 foi marcada por uma reorientação profunda em direção ao alinhamento com os preceitos do Consenso de Washington, resultando em uma estratégia de inserção subordinada e dependente no sistema internacional, como apontam os estudos de CHOQUE CANQUI. Os sucessivos governos buscaram garantir a confiança de organismos multilaterais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, com os quais firmaram acordos condicionados à implementação de políticas de ajuste estrutural¹⁴⁰. A Bolívia passou a figurar como “caso modelo” dessas reformas, sendo o primeiro país da América Latina a adotar integralmente os programas de estabilização e privatização recomendados por Washington — o que lhe garantiu, por um lado, acesso privilegiado a linhas de crédito e renegociações da dívida, mas por outro acentuou sua vulnerabilidade aos ciclos de capitais e às exigências externas. Apesar disso, o país integrou-se ativamente à nova arquitetura regional emergente nos anos 1990, participando do Grupo de Rio, relançando sua posição na Comunidade Andina de Nações e aderindo à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) em 1994, com o governo Sánchez de Lozada se convertendo num dos mais entusiastas defensores da integração hemisférica sob liderança norte-americana¹⁴¹. YÁÑEZ destaca como essa inserção não traduziu-se em ganhos reais de autonomia ou desenvolvimento produtivo: ao contrário, o

¹³⁹ CUSICANQUI, op. cit.

¹⁴⁰ CHOQUE CANQUI, Roberto. *Proceso de descolonización*. In: MENDOZA, José Luis (Org.). *Descolonización en Bolivia: Cuatro ejes para comprender el cambio*. La Paz: Fundación Friedrich Ebert, 2016.

¹⁴¹ YÁÑEZ, Enrique Fernández. “Política exterior boliviana: entre la diplomacia de los pueblos y la lógica del poder.” *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, no. 95, 2011.

modelo de abertura econômica fragilizou ainda mais as capacidades do Estado, expôs a economia à concorrência externa desleal e gerou frustrações crescentes entre os setores populares, especialmente indígenas e camponeses, marginalizados dos processos decisórios internacionais. O modelo de política externa adotado funcionou como extensão do projeto neoliberal doméstico, aprofundando a exclusão de sujeitos historicamente marginalizados — como indígenas, camponeses e mulheres — das decisões estratégicas sobre o país.

Ainda na síntese de YÁÑEZ, entre 1985 e 2002, a Bolívia viveu um período de normalização institucional à custa da intensificação da colonialidade em suas diversas dimensões. A democracia liberal consolidou-se como forma, mas permaneceu distante da realidade vivida pelas maiorias populares, ao mesmo tempo em que reforçava a dependência histórica do país em relação às potências centrais e aos organismos financeiros multilaterais. Este cenário alimentaria, nos anos seguintes, o surgimento de um projeto contra-hegemônico com base na descolonização do Estado.¹⁴²

3.7 O Governo Evo Morales

Foi nessa esteira de estabilização política sob o alto custo neoliberal, enfraquecimento de setores populares da sociedade boliviana e tímidas ações de descentralização política que Evo Morales líder cocalero e indígena aimará, se projetou como voz dissonante da ordem estabelecida. Oriundo do movimento sindical camponês do Chapare e articulado com a federação dos produtores de coca, Morales construiu sua trajetória política na linha de frente da resistência ao decreto 21060 e à militarização imposta pelos planos antidrogas patrocinados pelos EUA, especialmente o Plano Dignidad. Seu partido, o Movimiento al Socialismo (MAS), cresceu como expressão das lutas indígenas-populares por território, dignidade e participação real no Estado. A eleição de 2005, em que Morales venceu com 53,7% dos votos já no primeiro turno — algo inédito na história democrática boliviana —, simbolizou o esgotamento do modelo liberal e a retomada do horizonte nacional-popular, agora sob uma perspectiva descolonizadora¹⁴³.

¹⁴² Id.

¹⁴³ CUNHA FILHO, Clayton M. *Qualidade Democrática na Bolívia de Evo Morales (e além): transformações, avanços e desafios / Democratic Quality in Evo Morales' Bolivia (and beyond)*:

Clayton Cunha destaca como o novo governo encontrou resistência de diversos setores e precisou tecer um pacto de poder com o senado, de maioria conservadora. Dentre os primeiros atos, destacaram-se a reestatização do gás e a convocação de uma assembleia constituinte, o que imediatamente fez elevar a aprovação popular a níveis inéditos no país. Analisaremos cada uma dessas importantes manobras de forma mais pormenorizada.

O governo entregou resultados sólidos de crescimento do PIB, numa média de 5% entre 2006 e 2014, sem abrir mão da estabilidade macroeconômica e da inflação, além de acumular reservas monetárias e negociar sua dívida externa.

Houve grande avanço no combate à desigualdade, fome e analfabetismo, este erradicado no governo. A participação operária, camponesa e feminina mais do que dobraram no parlamento. Isso foi atingido através de legislações e programas de governo específicos. Para além da nova constituição, mecanismos diretos de participação popular, isto é, plebiscitos e referendos, foram usados largamente em diferentes regiões, criando uma importante ferramenta da democracia boliviana.

Em 2009 foi criado o Ministério de Culturas e Descolonização, uma tentativa concreta de desmontar as estruturas coloniais ainda operantes no cotidiano boliviano. Sob liderança de Félix Cárdenas, ex-dirigente aymara e intelectual ligado às lutas indianistas e comunitárias, teve forte caráter simbólico e pedagógico, suas ações buscaram reverter séculos de exclusão racial e cultural, promovendo o reconhecimento das línguas indígenas, o ensino de saberes ancestrais nas escolas e a valorização de símbolos como a wiphala nos rituais oficiais. O programa oficial do governo, cordenado por Cárdenas, destacava como pontos prioritários:

La reflexión establecida desde el Estado para descolonizar el mismo Estado, resulta importante y distintiva en el proceso boliviano. Varios encuentros, foros y escenarios, una movilización intelectual, dialógica y participativa para visibilizar, discutir, desentrañar la trama colonial, proponer el desmontaje, desde múltiples miradas.

Varios ejes de deliberación han emergido en este contexto. Por ejemplo:

- La participación indígena dentro del proceso de transformación
- y gestión estatal.

- La descolonización y la colonialidad en los procesos de discusión
- y aprobación de leyes dentro de la Asamblea Legislativa Plurinacional.
- La descolonización de la gestión pública que supone descolonizar
 - el Estado desde el mismo Estado.
- La definición de políticas públicas en el marco de la descolonización,
 - la plurinacionalidad y la interculturalidad.
- El colonialismo interno que permanece en las prácticas del Estado
 - mismo y las críticas a la gestión gubernamental.
- La descolonización y su articulación con la despatriarcalización.
- La descolonización y su articulación con la interculturalidad.
- La reconstrucción de la memoria histórica.
- La descolonización desde otros ámbitos no estatales, descolonización
 - artística, cultural, informativa, comunicacional, educativa,
 - entre otras.
- La descolonización de los modelos de desarrollo occidentalizados
 - desde el Vivir Bien.

144

Como afirma ZUAZO, é importante notar que essa descolonização do Estado, feita pelo próprio Estado, implica necessariamente um movimento duplo: para dentro das estruturas epistemológicas e organizativas do Estado como um componente da relação social e também para fora, como poder externo de domínio e representação desta pluralidade perante seus pares internacionais.¹⁴⁵

3.7.2 Constituição.

A ideia de uma assembleia constituinte começou a ser gestada ainda na década de 1990, com as iniciativas e participação popular e as desigualdades evidentes da democracia neoliberal. A nova constituição permitiria ao país a discussão de novos marcos civilizatórios e que por fim incorporasse as características da sociedade multicultural boliviana. Pela primeira vez os constituintes refletiam a pluralidade do país, com atores sociais e políticos antes marginalizados nas instâncias decisórias.¹⁴⁶ A Constituição boliviana de 2009 é um movimento radical para uma refundação nacional.

¹⁴⁴ HERRERA MILLER, Boris. *Estado y descolonización: notas para una discusión sobre el proceso boliviano*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2015.

¹⁴⁵ ZUAZO, Moira; BONIFAZ, Gustavo; FAGUET, Jean-Paul. *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

¹⁴⁶ Id.

Afastando-se dos modelos liberais-republicanos anteriores, a nova Carta tem como ponto de partida o reconhecimento de que a Bolívia não é uma só nação, mas um conjunto ou constelação de povos e nações, cada um com seu próprio modo de vida, organização da vida e forma de pensamento. Como apontam SÁNCHEZ e HUAYCA, a plurinacionalidade aqui não é uma mera metáfora retórica, mas um conceito estruturante que redefine os fundamentos legais, políticos e simbólicos da soberania estatal boliviana.¹⁴⁷

Este novo pacto constitucional emana diretamente das demandas históricas dos povos indígenas originários-camponeses — que representam cerca de 63% da população¹⁴⁸ — e de seus movimentos sociais. Desde o ciclo de mobilizações iniciadas na década de 2000, construíram uma inclinação epistêmica e política em torno da descolonização. Sob essas pressões, o texto constitucional reconhece 36 povos indígenas como sujeitos políticos fundadores do Estado com direitos à autodeterminação, ao território, à administração da justiça e plenos direitos de participação nas instituições estatais.

A direção dada pelo primeiro presidente indígena da Bolívia, Evo Morales, foi indispensável para implementar este processo burocraticamente. Seu mandato não se limitou a abrir as portas do Estado para que os movimentos sociais fossem ouvidos; também assumiu como projeto de governo as principais reivindicações desses movimentos. A Constituição de 2009 foi submetida aos eleitores em um referendo. Morales funcionou como uma figura mediadora entre o Estado e os movimentos populares, institucionalizando um discurso de transformação estrutural — mesmo dentro do próprio Estado.

Nesse aspecto, o governo de Evo foi o operador político do processo de mudança: a partir das demandas da história popular, levantou medidas de reconhecimento e justiça social, baseando-se em uma ampla coalizão de sindicatos, federações camponesas, organizações indígenas e setores urbanos empobrecidos a favor de algumas disposições constitucionais estipuladas. Mas também havia restrições a sua posição ambígua entre governo e movimento, como aponta grande parte da obra de DELGADO. À medida que a administração concentrava seu peso político, a formalização da

¹⁴⁷ SÁNCHEZ, Gloria; HUAYCA, Marco. *Experiência decolonial no Estado Plurinacional da Bolívia: Etnografia do pensamento da teoria e do Estado*. La Paz: Editorial Plural, 2018.

¹⁴⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA (INE). *Censo Nacional de Población y Vivienda 2012*. La Paz: INE, 2012. Disponível em: . Acesso em: 6 mar. 2025.

plurinacionalidade parecia cada vez mais em dissonância com modos de governança centralizados, desenvolvimentistas e, por vezes, autoritários. A emergência de Morales representava a promessa e, ao mesmo tempo, a contenção do projeto emancipatório.

A linguagem da Constituição transforma o regime normativo tradicional. "Desenvolvimento" é substituído pela lógica do *Vivir Bien*; a cidadania homogênea dá espaço ao reconhecimento das diferenças; e a democracia representativa é complementada por expressões comunitárias de análise. Junto com a democracia direta e participativa, a democracia comunitária é instituída, que se baseia nas práticas ancestrais dos povos. Esses três aspectos de governança são a promoção da sociedade: a promoção social é a liderança da democracia direta e a liderança participativa da sociedade, já que líderes sociais institucionalizados ou legalizados não se adequaram à tradição e identidade indígena. Esta não é uma pequena mudança: as formas de organização política indígena são agora equivalentes às instituições ocidentais, com impacto imediato na distribuição de poder¹⁴⁹.

No domínio dos símbolos, entre os fatos mais importantes, está o reconhecimento oficial da diversidade de idiomas. A Constituição estabelece que o espanhol e todas as línguas dos "povos indígenas originais e nações" são línguas oficiais, com mais de 30 línguas indígenas que também são oficiais em algumas regiões. Estas incluem o quíchua, aimará, guarani e outras 34. Esta disposição se afasta da lógica assimilacionista do passado e reconhece que cada língua tem sua própria visão de mundo. Não se trata apenas de garantir que as relações públicas cruzem todos, mas de validar epistemologias, modos de vida e diferentes maneiras de ver o mundo. Todos os corpos do Estado devem usar pelo menos dois idiomas, incluindo o vernáculo da área particular. Assim, surge a exigência de uma administração pública bilíngue, uma nova reorientação dos currículos escolares e medidas concretas para valorizar o conhecimento indígena¹⁵⁰.

Há também uma estrutura redesenhada ao nível do Estado. O modelo de descentralização plurinacional estabelece quatro níveis de autonomia — departamental, regional, municipal e indígena originário camponês — com diferentes competências e possibilidades de autogoverno. Entre os mais inovadores está a *jurisdição indígena*, que

¹⁴⁹ DELGADO, A. C. T. *Internal Colonialism and International Relations*. 1. ed. Londres: Routledge, 2021.

¹⁵⁰ DELGADO, op. cit.

é equivalente a uma justiça regular, com plenos poderes em seu território e com seus próprios procedimentos. É desta forma que aquilo que era um projeto abstrato se torna, em si mesmo, uma ferramenta institucional para a prática de uma coexistência entre diferentes sistemas normativos: a interculturalidade.

Foi criado o Vice-Ministério da Descolonização (VMD). Este órgão tem a responsabilidade de liderar o processo de descentralização e descolonização do Estado a partir dos aparatos que o formam; ele incorpora os princípios fundacionais da nova Constituição (descolonização, despatriarcalização, interculturalidade e justiça comunitária). Como órgão singular, enuncia conhecimento ancestral e procedimentos administrativos, políticas públicas e espiritualidade, pedagogia e prática institucional. As tarefas do VMD são múltiplas, desde a reforma dos currículos universitários e a descolonização da educação, até a realização de cerimônias rituais, revalorização de práticas espirituais, enfrentamento do racismo e imaginação de justiça restaurativa. O VMD também colabora com as Forças Armadas, o Judiciário e a administração estatal generalizada; confrontando seus códigos normativos, procuram impor-lhes a abertura a outras racionalidades. Suas práticas mostram que o Estado, em seu sentido mais comum, ainda funciona através de lógicas profundamente coloniais, e que descolonizar significa que se deve intervir diretamente nos modos de subjetivação¹⁵¹.

Contudo, ainda na esteira do trabalho crítico de DELGADO, a experiência do VMD e a aplicação da maior parte da constituição não está isenta de contradições. Contrariamente ao que o discurso plurinacional valoriza, ainda há muitas práticas que carregam a marca da assimetria. A escuta estatal continua sendo unilateral, onde certas nações indígenas ainda são inadequadamente representadas e a participação na tomada de decisões é desproporcionalmente determinada por relações clientelistas ou hierarquias internas entre as próprias etnias. O compromisso com a interculturalidade choca com a continuação de um modelo de Estado que, não obstante tenha sido formalmente repensado, continua mostrando as marcas da verticalidade moderno-colonial. A Constituição de 2009 e a ação do VMD revelam uma tendência de politização das diferenças, mas também desvelam as limitações de um Estado que insiste em se descolonizar sem romper completamente com suas origens. A aposta para a Bolívia é

¹⁵¹ Id.

construir um novo horizonte civilizacional, mas esse horizonte está continuamente lutando contra práticas que reproduzem exclusões históricas.¹⁵²

No final, MENESES destaca como a plurinacionalidade não deve ser entendida apenas como um sistema institucional. E é um terreno de lutas ontológicas e políticas, um em que se travam lutas entre diferentes projetos de mundo. O que se exige não é o simbolismo do reconhecimento, mas uma ação que represente uma real redistribuição e questionamento do poder colonial em todos os seus elementos constitutivos já descritos aqui. Até que ponto o Estado pode realmente se tornar um espaço de emancipação tem pouco a ver com a letra da Constituição e tudo a ver com a capacidade de nutrir, em práticas e relações, uma verdadeira escuta das diferenças. A Bolívia é um experimento parcial, mas incrivelmente revelador a esse respeito.¹⁵³

Apesar do foco nos sujeitos colonizados para provocar a transformação durante o governo Evo, esse vetor os confina dentro de uma relação que mal pode ser caracterizada como possuidora de entrada na estrutura do Estado. Por um lado, reforça a distribuição desigual de poder. Por outro, é mantida com grande delicadeza: qualquer ruptura com setores que sustentam o governo — e usando seu apoio como alavanca contra este último para alcançar participação política e acesso a recursos — pode ser uma fonte de instabilidade, enfraquecer a governabilidade e ameaçar a posição da nova elite nas instituições, em um momento precisamente quando o MAS avançava por toda a nação. Nesse contexto político, algumas alianças se coalescem enquanto outras se dividem, deixando em evidência a disputa de poder que ocorre na Bolívia.

Esse arranjo levou a uma situação onde quem anteriormente desempenhou o papel de protagonista no *proceso de cambio* — os atores coletivos — foi aos poucos sendo marginalizado, apenas para ver posteriormente divisões se desenvolverem entre antigos aliados, alinhado à onda desenvolvimentista sul-americana. Ainda sob o boom das commodities, houve aproximação com a antiga elite neutralizada especialmente nas terras baixas. Neste aspecto, é impossível não pensarmos na comparação com o governo

¹⁵² CAMARGO, Tamara Lopes Martins. *A experiência decolonial no Estado Plurinacional da Bolívia: Etnografia do pensamento da teoria e do Estado*. Trabalho apresentado na 29ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2014.

¹⁵³ MENESES, Andréia Alvarenga de Moura. Análise da Constituição Boliviana de 2009 sob a perspectiva da implementação do Estado Plurinacional: uma questão indígena. *Revista de Direito*, v. 29, n. 142, jan. 2025.

Lula que, apesar da relevante transformação social, é acusado de fazer através da formação de novos consumidores e privilegiando a elite banqueira e agrícola do país.

3.7.3 Política Externa e as nacionalizações

A política externa de Evo Morales estava inserida em um projeto de refundação nacional que buscava desafiar a longa dependência da Bolívia ao Norte Global. Essa ruptura foi colocada em prática especialmente pela reorganização da política energética, o surgimento de novas alianças regionais e um discurso abertamente descolonizador. Não apenas na esfera econômica, mas também um ato diplomático performativo: uma demonstração de soberania esteve envolvida na nacionalização dos hidrocarbonetos, decidida em 1º de maio de 2006. O presidente anunciou a decisão na planta de San Alberto, no coração da região onde a produção está centrada, flanqueado por tropas, um gesto simbólico para mostrar como o Estado estava tomando a dianteira sobre os recursos naturais. Como avalia CEPPI, o Estado boliviano não expulsou as empresas estrangeiras, mas chegou a acordos muito mais vantajosos para os interesses do povo boliviano ao reescrever os contratos, com um papel central dado à YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos). Isso colocou a Bolívia de volta no mapa energético regional.¹⁵⁴

Como analisou RICUPERO, a relação com o Brasil, o maior consumidor de gás boliviano e sede da Petrobras, uma das empresas mais afetadas pela nacionalização, foi caracterizada por uma tensão gerida. A administração Lula conseguiu evitar um confronto direto, embora houvesse pressão da comunidade empresarial e insatisfação em alguns setores do Itamaraty. A coerência da integração sul-americana e a solidariedade política dos governos progressistas prevaleceram. No final das contas, o Brasil concordou com os novos termos, incluindo o aumento do que pagava pelo gás, sem vacilar nos investimentos no setor. Contudo, o governo brasileiro pagou um preço alto por adotar essa abordagem conciliatória. O jornal boliviano *Marcha*, por exemplo, acusou-o de agir a partir de uma posição de "ajoelhar-se" por causa do golpe simbólico ao ego e prestígio brasileiro que a nacionalização representou.¹⁵⁵ Um oficial da Petrobras reclamou: "Este presidente tem a pretensão de ser o dono da verdade, que age, se não unilateralmente, como um aliado estranho [do Brasil]." A própria equipe técnica da Petrobras disse que as concessões que a empresa fez à Bolívia fazem o Brasil parecer fraco perante um aliado. Para muitos, o

¹⁵⁴ CEPPI, Natalia. *La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma. Si Somos Americanos*, Santiago, v. 14, n. 1, p. 125–151, 2014.

¹⁵⁵ RICUPERO, op. cit.

governo tinha vendido os interesses estratégicos e comerciais do Brasil. Quando a decisão foi publicamente defendida por Lula, com base na importância de respeitar a soberania boliviana e trabalhar em prol da integração regional, refletiu o fato de que a convergência ideológica tem seus limites em um contexto de profunda assimetria material¹⁵⁶.

A diplomacia energética também foi um fator na relação com a Argentina. O governo boliviano procurou compradores alternativos e, em 2006, renegociou o contrato para vender gás à Argentina em condições mais favoráveis. A troca se aprofundou nos anos subsequentes com acordos para que a Bolívia compensasse a Argentina por seu déficit energético. Além disso, a aliança política com os Kirchners ajudou a criar uma articulação regional baseada em valores compartilhados: soberania, integração e rejeição ao neoliberalismo. ¹⁵⁷

A nacionalização dos hidrocarbonetos foi destinada a enviar um sinal além da política energética. Foi um elemento simbólico na descolonização e recalibração internacional. A Bolívia começou a se definir como um ator autônomo e portador de sua própria racionalidade, distante da lógica historicamente constituída de extração. Morales colocou a posse sobre os recursos naturais no centro da autodeterminação e justiça social, o que, na tradução política, significava uma diplomacia que vinculava soberania econômica à integração regional e ambientalismo anti-imperialista. Ainda de acordo com CEPPI, a política energética dotou o Estado boliviano de mais poder de ação. Com os novos recursos, Evo obteve uma margem de manobra para manter uma presença internacional ativa e exigente. Isso foi evidente, por exemplo, em suas intervenções na ONU, onde ele denunciou o "colonialismo do carbono" e defendeu os direitos da Mãe Terra, aliando a crítica aos elementos economia e conhecimento da lógica colonial, demonstrando, na prática governista, como estão alinhados. ¹⁵⁸Em termos práticos, a Bolívia de Evo escolheu estar mais próxima daqueles países e blocos com os quais tem em comum uma interpretação crítica da situação global. A ALBA foi fundamental a esse respeito, atuando como um contrapeso tanto para o Mercosul quanto para a OEA. A Unasul também se apresentou como um terreno favorável de ação contra a interferência dos EUA nas dinâmicas sul-americanas nacionais. Esforços também são feitos para

¹⁵⁶ CEPPI, op. cit.

¹⁵⁷ HERNÁNDEZ BERMÚDEZ, Orietta E. *La política exterior del Estado Plurinacional de Bolivia en el marco del proceso de cambio (2009–2019)*. Universidad de La Habana, Havana, n. 2, p. 250–267, 2020. Disponível em: scielo.sld.cu. Acesso em: 22 dez. 2024.

¹⁵⁸ CEPPI, op. cit.

conectar lutas locais a fenômenos globais. A Bolívia começou a usar fóruns internacionais para denunciar os impactos das mudanças climáticas e o "colonialismo ambiental" e deixar claro como a natureza é parte integrante do poder combatido. A Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas e os Direitos da Mãe Terra, realizada em Cochabamba (2010), é um exemplo dessa diplomacia popular, em oposição à negociação conduzida pelas grandes potências.

No nível discursivo, Evo distorce o velho glossário das relações internacionais. Em vez de segurança e desenvolvimento no sentido liberal, ele apresenta o "Viver Bem" como um horizonte civilizacional, até mesmo no nível do multilateralismo. Esta noção funciona tanto como uma crítica ao imperialismo capitalista quanto como a base para uma diplomacia com aspirações contra-hegemônicas. Além disso, a política externa boliviana visava diversificar seus parceiros extra-regionais. China, Rússia e Irã tornaram-se importantes interlocutores tanto para negócios quanto como parte de uma estratégia política de "insubmissão" contra as potências ocidentais.

Os movimentos de política externa de Evo vão além da racionalidade burocrático-técnica tradicional. Há uma legitimação das lideranças indígenas e mobilizações sociais como jogadores diplomáticos válidos que desloca o monopólio do Estado na representação internacional.¹⁵⁹ A chancelaria começa a articular com setores tradicionalmente excluídos, o que também sobrecarrega a estrutura institucional da política externa.

Contudo, a dependência no modelo extrativista não foi superada. Embora os meios de acumulação de riqueza tenham sido redefinidos através da nacionalização, o país permaneceu preso na lógica de exportação de produtos primários, num momento de *boom* das commodities globais e sem de fato enfrentar a desindustrialização e enfraquecimento operário orquestradas pela lógica neoliberal das décadas anteriores. Assim, a descolonização que Morales idealizou teve seus próprios limites materiais, embora sua política externa tenha postulado um horizonte civilizacional diferente.

No plano interno, o conflito do TIPNIS (Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Séure), foco do estudo de DELGADO, é um dos episódios mais emblemáticos de tensão entre o governo de Evo Morales e os movimentos indígenas na Bolívia,

¹⁵⁹ YAÑEZ, op. cit.

especialmente a partir de 2011 e ilustra um curso que leva à exclusão sem inclusão e à segregação física ao lado de medidas autoritárias do Estado (como a perseguição política de dissidentes), investimentos em armas e equipamentos de tropa para forças anti-motim, bem como a Lei Política Eleitoral ou outras leis sobre autonomia (em detrimento da plurinacionalidade) que foram ratificadas sem resistência pelo governo.¹⁶⁰

Essa situação começou a se consolidar em 2010, no início do segundo mandato de Morales e atingiu um ponto de inflexão em 2011, a partir do segundo mandato, marcado por um realinhamento nas forças políticas.¹⁶¹

¹⁶⁰ DELGADO, op. cit.

¹⁶¹ Id.

Capítulo 4 - Comparativo

4.1 As formações nacionais na primeira metade do século XX.

4.1.1 O caso boliviano

A Bolívia se constituiu como república herdando, quase inalterada, a estrutura social colonial. A distribuição de terras, a rígida estratificação social, o regime de tributos e, inclusive, grande parte da administração pública — com seu corpo burocrático e suas práticas — foram diretamente transplantados do período colonial para o Estado republicano. Foi mantida a estrutura institucional erguida ao longo de quatro séculos de domínio espanhol, que manteve o funcionamento das instituições de opressão social e racial. Uma dessas heranças foi o sistema de crenças e valores que sustentava a ordem colonial: a racialização da diferenciação social. O “índio”, categoria construída e manipulada pelo estado colonial como sujeito tributário, foi propagada na república como o “outro” negativo — a figura inferior sobre a qual os valores dominantes articulavam o tecido social, como destaca GARCÍA LINERA. Não era apenas um status legal ou econômico, mas uma posição existencial imposta pelo olhar estatal e sustentada por práticas institucionais, discurso e políticas públicas¹⁶².

No campo do conhecimento, sobretudo até a década de 40, No caso boliviano, diversos pensadores clássicos, como Alcides Arguedas, retrataram a Bolívia através de lentes eurocêntricas que marginalizavam o indígena: em *Pueblo enfermo*, Arguedas descreveu o país majoritariamente indígena e mestiço como “primitivo, agreste e moralmente empequenecido”, julgando o índio “pouco menos que irredimível” e o mestiço um “cholo degenerado” herdeiro dos vícios de índios e brancos. Tal visão fatalista culpava as “raças inferiores” pelo atraso nacional e justificava a exclusão do saber indígena em favor de um projeto civilizatório ocidental¹⁶³. Mesmo reformistas nacionais como Franz Tamayo – autor do ensaio *Creación de la pedagogía nacional* (1910) – acabaram por reforçar paradigmas epistemológicos exógenos; o próprio discurso do “autóctone” de Tamayo foi formulado pelas elites letradas “prescindindo do próprio índio”, ou seja, pensando o indígena sem sua participação efetiva. Buscava-se modernizar

¹⁶² GARCÍA LINERA, op. cit.

¹⁶³ ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Librería Arno Hermanos, 1909.

a Bolívia dentro de parâmetros europeus, posicionando-a simbolicamente como país “civilizado” ao custo de subalternizar conhecimentos nativos¹⁶⁴.

Essa lógica racializada atravessava o cotidiano, moldava identidades e naturalizava a exclusão. Até mesmo os próprios povos locais, os Aymara e Quechua, reproduziram essas imagens, dado seu caráter estruturante. A continuidade colonial no interior da república explica a profunda separação entre o estado e a sociedade indígena-camponesa ao longo dos séculos. E a república, embora formalmente inclusiva, nunca se organizou realmente como um empreendimento comum. Pelo contrário, cristalizou-se com um compromisso oligárquico entre as elites urbanas brancas e mestiças, desconsiderando a maioria indígena, como analisa CUNHA FILHO¹⁶⁵. Hoje, a Bolívia reconhece oficialmente pelo menos trinta línguas nacionais e uma alta proporção da população é composta por falantes de primeira língua Aymara e Quechua, cerca de 62% da população se autodeclara pertencer a um grupo indígena — o que torna absolutamente claro o fosso entre a sociedade real e o estado herdado da era colonial, sobretudo durante as primeiras décadas do século XX.

4.1.2 O caso brasileiro

Essa combinação de exclusão e continuidade institucional nos oferece o comparativo com as estruturas vigentes no Brasil no mesmo período (primeira metade do século XX). Como a Bolívia, o Brasil até a república velha manteve o sistema social e político colonial praticamente intacto. Foram mantidas as bases do poder oligárquico, centrado na propriedade fundiária, na exploração do trabalho e na marginalização da maioria da população — especialmente negros e indígenas. A abolição da escravidão não foi acompanhada de uma reforma estrutural, e os antigos senhores de escravos continuaram a deter o poder econômico e político, agora sob a roupagem republicana.

Num segundo momento, na transição entre república oligárquica e o varguismo, a colonialidade do ser/poder operou de outra maneira, agora romantizando o negro e enraizando o mito de democracia racial. Gilberto Freyre, em *A casa Grande e Senzala*, publicado em 1933, propõe uma leitura “conciliadora” da escravidão e da sociedade patriarcal brasileira. Freyre transforma relações de dominação e subjugação em formas

¹⁶⁴ TAMAYO, Franz. *Creación de la pedagogía nacional*. La Paz: Editorial del Estado, 1910.

¹⁶⁵ CUNHA FILHO, op. cit.

de convivência cultural harmônica, apagando os efeitos profundos da desumanização dos corpos negros e indígenas. Sua obra inaugura uma tradição interpretativa que ressignifica a colonialidade como elemento integrador e positivo da nação — uma operação simbólica que, sob a ótica decolonial, reafirma o poder do colonizador ao reescrever a violência como elemento civilizatório¹⁶⁶.

Demais obras tidas como clássicas da formação histórica do Brasil seguiram na mesma dificuldade em romper o ciclo do colonizar. Sérgio Buarque de Holanda, apesar de crítico à Freyre, ainda permanece dentro de um marco eurocêntrico. A modernidade, para ele, continua sendo o ideal regulador — e o atraso brasileiro se mede pela distância em relação a ela¹⁶⁷.

Raymundo Faoro inova ao deslocar o eixo explicativo da formação brasileira da sociologia cultural para uma sociologia do poder e do direito, conferindo centralidade ao Estado como mediador das relações sociais¹⁶⁸. Contudo, Faoro naturaliza a cisão entre modernidade e colonialidade ao tratar o atraso institucional brasileiro como resquício ibérico, e não como expressão constitutiva da modernidade colonial. A elite brasileira não é um obstáculo à modernização; ela é produto legítimo da colonialidade do poder, tal como formulada por Aníbal Quijano — isto é, de uma matriz global que articula raça, capital e Estado em estruturas hierárquicas de longa duração.

Todas essas obras evidenciam a dificuldade da elite intelectual e política brasileira, sobretudo na primeira metade do século XX, em assumir a origem das desigualdades latentes da sociedade. O passado é visto somente no retrovisor e algo a ser superado pelo moderno, por um ideal importado e desenvolvimentista inaplicável à construção complexa nacional. As epistemologias subalternas são novamente ignoradas em continuidades coloniais.

Além dos textos fundantes da formação brasileira, os olhares condescendentes com que, de tempos em tempos, os pseudo-progressismos presenteavam os movimentos indígenas nunca estiveram isentos do afã clientelista copiado dos nacionalistas,

¹⁶⁶ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

¹⁶⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁶⁸ FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. 2 v.

resvalando frequentemente num paternalismo desmedido, nas mais diversas áreas, como destaca Darcy Ribeiro. A suposta valorização da diversidade cultural indígena convivia, não raro, com uma prática política que os instrumentalizava como massa de manobra, sem efetiva ruptura com o projeto integracionista herdado da Primeira República. Mesmo quando celebrada em discursos oficiais, a presença indígena era tratada como vestígio do passado, incapaz de reivindicação de futuro¹⁶⁹. Nos meandros jurídicos das constituições brasileiras do século XX —isto é, as de 1934, 1946 e 1967—, a figura do indígena era associada a uma “condição transitória”, destinada à assimilação plena à “civilização nacional”. A proteção aos territórios era vaga, dependente de regulamentações infralegais e sujeita à discricionariedade do Estado, o que permitia a sistemática violação de seus modos de vida e a abertura de suas terras ao agronegócio, à mineração e aos projetos desenvolvimentistas. O ideal de integração reafirmava a lógica colonial de apagamento e tutela, mantendo os povos originários sob a mesma estrutura de subalternidade que marcou os séculos anteriores.

Esse arcabouço jurídico e simbólico sustentava um projeto de nação orientado por um ideal de homogeneização cultural e racial que visava o embranquecimento da população. Durante a era varguista, esse projeto ganhou contornos nítidos com a consolidação de um Estado nacionalista que promovia a mestiçagem como solução para a “questão racial” brasileira — não como valorização da diversidade, mas como estratégia de diluição das diferenças étnicas e eliminação paulatina dos povos originários e afrodescendentes enquanto sujeitos coletivos. Esse ideário não surgiu com Vargas: já no final do século XIX e início do XX, o Estado brasileiro articulava políticas explícitas de incentivo à imigração europeia, principalmente de italianos, alemães e portugueses, como forma de embranquecer a composição racial do país. A imigração branca era financiada e estimulada com base na crença de que o Brasil poderia regenerar sua população por meio da substituição gradativa dos elementos considerados “degenerados” — indígenas, negros e mestiços. O Estado Novo reciclou esse projeto em novas roupagens, utilizando o aparato estatal e o discurso da integração nacional para manter a colonialidade racial sob controle. As epistemologias indígenas e negras continuavam interditas, relegadas ao folclore ou à antropologia assimilacionista.

¹⁶⁹ RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

4.2 Análise comparativa da modernidade e categorias do poder colonial entre ambos os países (pré-década de 1950)

Assim, tanto na Bolívia como no Brasil, a independência não foi uma ruptura com o colonialismo interno, mas uma reconfiguração. O que aconteceu foi que as formas de dominação foram atualizadas, não seu conteúdo. O estado continuou como instrumento das elites e resistência à incorporação política e simbólica dos setores populares, principalmente os racializados. Só com processos políticos mais tardios — como a Revolução Nacional na Bolívia (1952) ou o varguismo no Brasil — começaram a emergir formas de inclusão ainda que parciais, tensionando essas estruturas históricas e abrindo espaço para projetos mais amplos de cidadania.

A persistência dessas características na estrutura do Estado e no tecido social, mesmo depois das independências nacionais, configura o que alguns teóricos passaram a chamar de colonialismo interno. Esse conceito, criado nos anos 1960 e resgatado nas últimas décadas por autores como Santiago Castro-Gómez e Silvia Rivera Cusicanqui, aponta para a força do legado colonial na América Latina^{170 171} — um legado que, apesar dos eventos específicos na formação de cada Estado-nação, assume um caráter duradouro e condensa dimensões que, à primeira vista, parecem desconectadas, como a econômica e a racial.¹⁷²

Essa permanência do colonial no interior da república escancara os próprios paradoxos do colonialismo e da lógica que o sustenta. Permite pensar o colonial não como algo superado ou preso a uma linha do tempo linear — como se pertencesse apenas ao passado —, mas como algo vivo, estruturante, que atravessa o presente. E mais: rompe com a ideia de fronteiras apenas como construções territoriais, colocando em jogo outros tipos de divisões — simbólicas, sociais, epistêmicas.

No caso boliviano, o que se destaca não é tanto a busca por uma ruptura definitiva, mas sim a revelação das tensões entre os próprios agentes do processo de descolonização. Em um contexto de posições polarizadas e urgência por transformação,

¹⁷⁰ CUSICANQUI, op. cit.

¹⁷¹ CASTRO-GÓMEZ, op. cit.

¹⁷² DELGADO, op. cit.

o que se evidencia são disputas internas, contradições e caminhos nem sempre lineares na construção de um Estado verdadeiramente plurinacional e descolonizado.

Para Santiago Castro-Gómez, o colonialismo interno está ancorado naquilo que ele chama de “*ponto zero da razão*”¹⁷³ — uma suposta neutralidade epistêmica herdada da modernidade europeia, que legitima a dominação ao desqualificar saberes não ocidentais e impor hierarquias raciais e cognitivas. Essa lógica continua operando nas instituições do Estado e nos discursos oficiais, mesmo em sociedades formalmente independentes. Já Silvia Rivera Cusicanqui denuncia a maneira como o Estado boliviano apropriou-se de discursos indígenas e decoloniais, esvaziando seu potencial transformador ao incorporá-los de forma superficial e instrumental. Para ela, a descolonização não pode ser um projeto vindo de cima, imposto pela máquina estatal; deve emergir das práticas cotidianas, das lutas concretas dos povos originários, com base em uma memória insurgente e numa crítica radical à modernidade colonial.¹⁷⁴

No Brasil, o processo não foi diferente, sobretudo quando pensamos na base da modernidade. A modernidade não apenas surgiu ligada ao processo de dominação colonial, mas se estruturou a partir de uma lógica de classificação social ancorada na ideia de raça. Para Quijano, a noção de raça não é um dado biológico nem uma consequência tardia da colonização — ela é, desde o início, um instrumento fundacional da dominação moderna. O conceito de raça passa a ser, além de fundacional, estruturante do sistema colonial. É através dele que se organiza todo o sistema mundial de poder, a divisão do trabalho, a distribuição do conhecimento legítimo e as formas de subjetivação. A luta pela ruptura com a metrópole colonial exige mais autonomia e clama pela independência dos povos americanos. Contudo, faz-se necessário perguntar, àquele momento, quem eram os brasileiros? Quem eram os bolivianos? Apesar da retórica racial para conquista de liberdade ter sido usada nas independências (estas que, inclusive, na maior parte dos países do continente, teve ampla participação indígena na luta armada, como destacado na obra de GOES FILHO) o que ocorreu em seguida foi uma continuação do poder

¹⁷³ CASTRO-GÓMEZ, op. cit.

¹⁷⁴ CUSICANQUI, op. cit

colonial. Para Mignolo, o antigo colonizado foi, muitas vezes, chamado a governar com os instrumentos do colonizador.¹⁷⁵¹⁷⁶

Portanto, “A ideia de raça foi talvez a mais eficaz de todas as invenções da dominação colonial. Porque ela permitiu estabelecer uma distinção universal entre dominantes e dominados, entre os que tinham direito a governar e os que deviam ser governados.”,¹⁷⁷ mesmo após o término oficial do jugo colonial.

A colonialidade do ser, como propõe Aníbal Quijano, revela o modo como certas existências foram (e seguem sendo) negadas ou subalternizadas a partir de um marco ontológico racializado e epistemicamente excludente. O “ser brasileiro” passou a ser construído em oposição ao indígena e ao negro — elementos considerados obstáculos ao ideal de civilização e progresso herdado da Europa. A fundação da identidade nacional se deu por meio da negação da alteridade indígena e da animalização do negro. Na Bolívia, de maneira similar, Reinaga, importante liderança indígena e fundador do Partido Índio de Bolívia (PIB), nos lembra que a identidade nacional foi construída não apenas sem os indígenas, mas contra eles. A história oficial, os currículos escolares, a filosofia política e os símbolos nacionais foram forjados para apagar a memória dos povos originários e exaltar uma suposta herança hispânica ou mestiça. Assim, a educação boliviana — colonizada e dependente — tornou-se, “a maquinaria mais eficaz do genocídio mental do índio”, perpetuando o autodesprezo e a ideia de inferioridade dos povos originários.¹⁷⁸

Portanto, a esfera do conhecimento, inserida nesses mitos de leitura do Brasil e da Bolívia, implica em uma política de esquecimento. Nega os conflitos que estruturam as sociedades periféricas e impede a superação dos traumas históricos, pois recusa nomeá-los no presente. Como diz Walter Mignolo, a modernidade, ao se apresentar como redentora, não se responsabiliza por seus escombros. A colonialidade é a “face oculta” da

¹⁷⁵ GOES FILHO, op cit.

¹⁷⁶ MIGNOLO, Walter D. *La opción descolonial: derrumbes y despertares*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

¹⁷⁷ QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.

¹⁷⁸ HERRERA MILLER, Boris. *Estado y descolonización: notas para una discusión sobre el proceso boliviano*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2015.

modernidade: o que para uns foi Renascimento, para outros foi extermínio; o que para uns é ciência, para outros é silenciamento.

No que se refere à natureza, parte integrante da colonialidade do poder, esta é vista como empecilho ao progresso. Para Milton Santos, a globalização — longe de significar um rompimento com o passado colonial — atualiza as formas de dominação ao reorganizar o espaço geográfico de maneira excludente. Os países periféricos permanecem em posição subordinada às potências centrais, por meio de mecanismos financeiros, tecnológicos e territoriais. O que Faoro interpreta como um obstáculo à modernidade institucional pode, na verdade, ser visto como o próprio modo de funcionamento da colonialidade do poder: uma forma de modernidade periférica, dependente, racializada e funcional à reprodução do sistema-mundo capitalista.

4.3 As consequentes políticas externas comparadas do período (1930-1964)

Diante dessas reflexões resta um pouco mais fácil entender os limites do desenvolvimento nacional em seu pares, do período que vai do década de 1930 até os golpe militares de 1964 em ambos os países.

No Brasil, durante o período varguista e os governos que o sucederam, o Estado tentou organizar uma ideia de “projeto nacional” baseado na industrialização via substituição de importações, na centralização do poder político e na construção de uma identidade nacional unificada. Ao mesmo tempo, na área internacional, buscava-se um posicionamento que oscilava entre o alinhamento com as potências centrais e tentativas pontuais de autonomia — como nas políticas de barganha entre Estados Unidos e Alemanha nos anos 1930, ou nas posturas mais pragmáticas de relações terceiro-mundistas no contexto da Guerra Fria. A elite dirigente brasileira, civil e militar, partilhava com as potências coloniais europeias a visão hierárquica de mundo, em que a soberania plena era prerrogativa de poucos e o desenvolvimento dos demais deveria seguir os moldes de uma modernidade eurocentrada e racialmente ordenada. No plano interno, vendia-se ao mundo a imagem de uma democracia racial pacífica e integrada, enquanto se reprimiam as vozes dissonantes e se reproduziam narrativas eugenistas. No plano externo, mesmo com o crescimento econômico e a industrialização do período, o país não traduziu sua nova posição relativa no sistema internacional em protagonismo contra-hegemônico. Ao contrário, buscava reconhecimento nas instâncias de poder internacional através da conformidade e do alinhamento — e não por meio da

solidariedade com o Sul Global ou da construção de alternativas à ordem vigente. Foi somente durante a A Política Externa Independente (PEI), formulada no início dos anos 1960, nos governos Jânio Quadros e João Goulart, que houve de fato uma tentativa de redefinir o papel do Brasil no sistema internacional. A PEI propunha maior autonomia decisória, defesa do desenvolvimento como tema central da agenda internacional, diversificação de parcerias (inclusive com países socialistas) e solidariedade com o Terceiro Mundo. Era uma política inovadora ao deslocar o eixo da Guerra Fria leste-oeste para a clivagem norte-sul, defendendo que o subdesenvolvimento, e não o comunismo, era o principal fator de instabilidade no mundo. No entanto, sua capacidade transformadora esbarrou em contradições internas: o projeto não foi acompanhado de rupturas sociais internas significativas — a estrutura racial excludente, por exemplo, se manteve intocada — e tampouco se materializou em alianças estratégicas duradouras com as recém-descolonizadas nações afro-asiáticas. O golpe de 1964 encerrou de forma abrupta esse ciclo e impôs uma ruptura clara: o projeto da PEI foi descontinuado, e em seu lugar se instalou uma política externa alinhada com os EUA e orientada por preocupações de segurança e legitimidade internacional do novo regime.

Veremos a seguir como, de certa maneira, ainda que por caminhos bastante distintos, a Política Externa boliviana chegou ao mesmo ano – 1964 – com desafios semelhantes.

O desenvolvimento nacional na Bolívia, diferentemente do Brasil, não se estruturou em torno de um projeto industrial consistente, mas sim em uma série de tentativas frustradas de reorganizar o Estado após ciclos recorrentes de instabilidade política, golpes militares e disputas oligárquicas.¹⁷⁹ O extrativismo permaneceu como eixo central da economia, especialmente a mineração de estanho, sem a construção de uma base produtiva nacional que permitisse a superação da dependência.

A Revolução Nacional de 1952, liderada pelo MNR (Movimento Nacionalista Revolucionário), foi o ponto de inflexão mais importante desse período. Inspirada por ideais de soberania popular e justiça social, ela promoveu reformas estruturais significativas: nacionalização das minas, reforma agrária e sufrágio universal. É importante notar que algumas das principais bandeiras e conquistas da revolução

¹⁷⁹ ANDRADE, op. cit

boliviana nunca foram totalmente obtidas pela sociedade brasileira. Nos anos que antecederam 1952, as camadas populares, sobretudo operários, mineiros e camponeses, eram mais organizados do que no Brasil. Essa organização se explicava, em parte, pela centralidade que a mineração teve na economia boliviana desde o século XIX, o que gerou uma classe trabalhadora concentrada, inserida em condições extremas de exploração e com forte consciência coletiva¹⁸⁰. Os centros mineiros, ao contrário do trabalhador disperso no campo brasileiro ou mesmo do operariado urbano fragmentado nas cidades industriais do Sudeste¹⁸¹, funcionavam como polos de articulação política e sindical, onde o embate direto com as oligarquias tinteiras forjou lideranças combativas e uma cultura de mobilização permanente.

Como nos ensina Silvia Rivera Cusicanqui, essa diferença estrutural continua na composição étnica e na centralidade dos povos indígenas na Bolívia. Com uma maioria populacional de origem indígena — quéchuas, aimarás, guaranis, entre outros —, a Bolívia se constituiu como um Estado republicano profundamente colonial, onde a cidadania plena sempre foi negada àqueles que sustentavam, com seu trabalho e sua cultura, a base da vida nacional. Ainda assim, essas populações mantiveram formas comunitárias de resistência, práticas de autogoverno e redes de sociabilidade que escapavam à racionalidade estatal. Durante a Revolução Nacional de 1952, sua mobilização foi crucial: comunidades camponesas e indígenas foram armadas pelo MNR e convocadas a ocupar as terras expropriadas, criando um novo tipo de relação entre Estado e campesinato, ainda que marcada por ambiguidades¹⁸².

O reconhecimento jurídico-formal do indígena como cidadão só ocorreu nesse contexto, mas foi acompanhado por uma tentativa de “nacionalizá-lo” pela via da mestiçagem e da integração forçada, num projeto que pretendia dissolver sua diferença dentro de uma identidade campesina genérica. A inclusão foi instrumental, voltada à pacificação e ao controle territorial, e não ao reconhecimento da pluralidade política indígena, principalmente nos anos seguintes à revolução¹⁸³. Mesmo assim, a presença indígena no centro do processo revolucionário — ainda que capturada por uma lógica estatal — contrastava fortemente com o Brasil, onde o indígena era mantido à margem da

¹⁸⁰ GARCÍA LINERA, op. cit

¹⁸¹ FERREIRA; DELGADO, op. cit

¹⁸² CUSICANQUI, op. cit.

¹⁸³ ANDRADE, op. cit

política nacional e reduzido a figura tutelada, silenciada por um Estado que os considerava remanescentes de um passado a ser superado¹⁸⁴.

No Brasil, tanto o negro quanto o indígena foram sistematicamente apagados das lutas populares organizadas. O movimento operário, em grande medida, foi constituído sob um viés eurocentrado, com forte presença de imigrantes europeus nas primeiras décadas do século XX, o que produziu um discurso de classe muitas vezes descolado das questões raciais e das experiências de subalternidade vividas pela população negra e indígena. A estrutura sindical corporativista consolidada pelo Estado Novo reforçou esse apagamento, criando uma cultura política onde a racialização da pobreza e da exclusão era invisibilizada em nome de uma suposta unidade nacional¹⁸⁵.

Enquanto na Bolívia o indígena era maioria marginalizada e força de mobilização política ao mesmo tempo, no Brasil ele era minoria criminalizada, domesticada por um aparato indigenista estatal que os via como obstáculos à integração nacional. E o negro, alijado dos espaços de poder desde a abolição inconclusa de 1888, seguia invisível no discurso nacional-popular, associado à marginalidade urbana ou ao folclore rural, e raramente reconhecido como sujeito político nas estratégias revolucionárias da esquerda tradicional¹⁸⁶.

Essa diferença na centralidade dos povos indígenas e negros nos dois contextos ajuda a entender por que os processos de transformação política seguiram caminhos distintos. A Revolução Boliviana, mesmo marcada por limites coloniais, inscreveu o indígena como ator necessário — embora tutelado. Já o Brasil, ainda no início dos anos 1960, insistia em uma identidade nacional embranquecida, onde os verdadeiros fundamentos da desigualdade continuavam intocados, mesmo nas agendas que se diziam emancipadoras, como na breve PEI.

Neste ponto, é imprescindível afirmar, apesar do peso estrutural da colonialidade e da força repressiva do Estado brasileiro, a história do país não se resume à subordinação e ao silêncio. Ao longo dos séculos, houve inúmeras formas de resistência, visíveis e subterrâneas, individuais e coletivas, que desafiaram as ordens impostas. Mesmo que não tenham conquistado centralidade nas grandes narrativas da história nacional ou tenham

¹⁸⁴ CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

¹⁸⁵ FERREIRA; DELGADO, op. cit

¹⁸⁶ SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

se organizado como ocorreu no caso boliviano, revoltas, movimentos populares e intelectuais críticos ocuparam espaços de enfrentamento e denúncia, como lembra Jessé Souza. A década de 1960, embora marcada pelo avanço do autoritarismo, também foi palco de mobilizações estudantis, de setores da Igreja progressista, de sindicatos independentes e de intelectuais orgânicos que ousaram desafiar o projeto autoritário-militar. A resistência negra, por sua vez, nunca cessou — ela apenas mudou de forma. Herdeira de uma longa tradição de lutas antiescravistas e quilombolas, seguiu presente nas associações culturais, nos terreiros, nas escolas de samba, nas lutas por moradia e nas redes de solidariedade popular, mesmo que raramente reconhecida como política. E para além do século XX, é preciso rememorar figuras como Luiz Gama, símbolo do abolicionismo radical do século XIX, que, ainda em tempos imperiais, já denunciava o racismo legal e institucionalizado por meio da palavra, da ação jurídica e da articulação popular.

Contudo, em 1964, como nos referimos anteriormente, ambos os países passavam por processos muito parecidos. No Brasil, os recentes avanços sociais eram bruscamente interrompidos pelo golpe cívico-militar. Na Bolívia, após mais de uma década da revolução, o partido tinha dificuldades em manter o espírito revolucionário diante da pressão das elites, principalmente da região de Santa Cruz, e aos poucos as principais mudanças sociais também iam arrefecendo, apesar da permanência de algumas conquistas históricas. No mesmo ano do golpe brasileiro, a Bolívia teve um golpe para chamar de seu. Ambos tiveram forte influência externa.

O golpe boliviano de 1964 foi liderado pelo general René Barrientos, que até então ocupava a vice-presidência na chapa de Víctor Paz Estenssoro, líder do MNR e um dos arquitetos da Revolução de 1952. A ascensão de Barrientos representou a militarização definitiva do processo revolucionário e o início de uma era de instabilidade institucional, marcada por sucessivos golpes e repressão política. Como nos lembra GARCÍA LINERA, o apoio das Forças Armadas à interrupção do ciclo reformista revelou os limites do projeto do MNR, que, ao cooptar as estruturas militares sem transformá-las, criou as condições para sua própria dissolução. A crescente oposição de setores conservadores, principalmente latifundiários e industriais do Oriente boliviano, somou-se ao desgaste interno do governo e à crescente influência norte-americana na região. O que se viu, a partir de então, foi o esvaziamento progressivo das conquistas populares,

com o fortalecimento de um modelo autoritário de contenção social e de rearticulação das velhas oligarquias¹⁸⁷.

O pano de fundo internacional dessa virada autoritária não pode ser ignorado. Após a Revolução Cubana de 1959, os Estados Unidos adotaram uma postura cada vez mais agressiva contra qualquer tentativa de reforma estrutural ou redistribuição de poder político na América Latina que pudesse sugerir alinhamento com o socialismo ou colocar em risco os fundamentos do sistema capitalista e colonial do qual haviam herdado a hegemonia¹⁸⁸. O sucesso do movimento liderado por Fidel Castro — que ousou desafiar a ordem hemisférica, nacionalizar recursos e romper com a tutela norte-americana — acendeu o alerta em Washington. A doutrina da segurança nacional passou a guiar as ações diplomáticas e militares dos EUA na região. O que antes era uma política de contenção à influência soviética passou a ser, cada vez mais, uma política preventiva: reformas agrárias, nacionalizações ou aproximações com o bloco socialista tornaram-se razões suficientes para intervenção direta ou indireta¹⁸⁹.

4.4 Períodos autoritários e neoliberais (1964-2002)

Foi nesse contexto que se gestou a Operação Condor, um aparato transnacional de repressão coordenada entre as ditaduras militares da América do Sul, concebido com o apoio logístico, financeiro e de inteligência dos Estados Unidos. Formalmente articulada em 1975, mas com raízes práticas bem anteriores, STEINKE ressalta que a Condor consistia em um sistema de colaboração entre os serviços de inteligência de Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Bolívia para identificar, sequestrar, torturar e eliminar opositores políticos, especialmente militantes de esquerda, exilados e lideranças sindicais¹⁹⁰. Documentos desclassificados do Departamento de Estado dos EUA e da CIA revelam que Washington não apenas tinha conhecimento das ações, como frequentemente oferecia apoio direto. Memorandos internos, como os publicados no National Security Archive, mostram que os EUA consideravam a Condor uma “rede eficiente” no combate ao que chamavam de “subversão marxista”. Entre os casos mais emblemáticos estão a colaboração entre o governo brasileiro e o regime chileno de Pinochet na troca de informações sobre exilados, e a participação ativa da Bolívia em

¹⁸⁷ GARCÍA LINERA op. cit.

¹⁸⁸ ZANATTA, op. cit.

¹⁸⁹ RICUPERO, op. cit.

¹⁹⁰ STEINKE, op. cit.

operações clandestinas, como o assassinato de líderes do MIR (Movimiento de Izquierda Revolucionaria) e a repressão à guerrilha de Teoponte. A Condor não foi apenas um pacto de violência; foi um pacto de silêncio e eliminação política, sustentado por uma lógica colonial de extermínio do inimigo interno, onde qualquer projeto emancipatório era tratado como ameaça à ordem global liderada pelo Norte¹⁹¹.

Assim como no Brasil, onde o golpe de 1964 inaugurou um longo período de autoritarismo sob a justificativa da defesa da democracia, a Bolívia passou a integrar esse eixo de governos militares que se legitimavam pelo discurso do anticomunismo, mas operavam em função de interesses econômicos e geopolíticos profundamente coloniais. A repressão aos movimentos populares, a supressão das vozes indígenas autônomas e a criminalização da crítica social eram a parte constitutiva da nova ordem hemisférica imposta na década de 1960. O que se instaurava, em ambos os casos, era a atualização do colonialismo sob a forma da segurança nacional, onde a soberania era sacrificada em nome de uma ordem excludente.

Na década de 1970 a ditadura militar brasileira atingia seu auge repressivo, com censura sistemática, tortura institucionalizada e perseguição implacável a movimentos sociais, sindicais e intelectuais. Era o período do chamado "milagre econômico", sustentado por um crescimento econômico que não se refletia em justiça social, mas sim em concentração de renda e expansão da desigualdade¹⁹². De acordom com FURTADO, o Estado de exceção consolidava-se internamente com a suspensão de direitos civis e políticos, ao mesmo tempo em que se expandia para além das fronteiras nacionais por meio de uma política externa mais assertiva. É nesse paradoxo — repressão doméstica e ousadia internacional — que emerge o que os formuladores da época batizaram de *pragmatismo responsável*.

Concebido sob o comando do chanceler Azeredo da Silveira, durante o governo Geisel, o pragmatismo responsável propunha uma inflexão na política externa brasileira. Rompendo parcialmente com o alinhamento automático aos Estados Unidos que havia marcado os primeiros anos da ditadura, o Itamaraty passou a buscar maior autonomia no sistema internacional, priorizando interesses nacionais em detrimento das afinidades

¹⁹¹ NATIONAL SECURITY ARCHIVE. Operation Condor: National Security Archive Electronic Briefing Book No. 239. *Southern Cone Documentation Project*. George Washington University, 2008. Disponível em: <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB239/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

¹⁹² FURTADO, op. cit.

ideológicas, retomando princípios trazidos pela PEI. Essa guinada permitiu a intensificação do diálogo com países terceiro-mundistas — especialmente com a África recém-descolonizada, o mundo árabe e parceiros latino-americanos — além da ampliação de acordos comerciais com países socialistas como a China e a União Soviética. A pergunta central que atravessa esse período — *como é possível uma política externa mais autônoma coexistir com uma política interna profundamente autoritária e repressiva?* — encontra resposta no próprio arranjo colonial do Estado brasileiro. CERVO destaca que a autonomia internacional não derivava de uma política emancipatória interna, mas de um cálculo estratégico das elites civis e militares que buscavam fortalecer sua posição negociadora diante da crise estrutural do capitalismo global¹⁹³. O Brasil não contestava a ordem colonial mundial em sua raiz, mas buscava nela um espaço de poder menos subalterno. Em outras palavras, a política externa se tornava instrumento de afirmação do projeto nacional das elites, e não da emancipação popular. O pragmatismo responsável mantinha a lógica desenvolvimentista e elitista da ditadura, ainda profundamente moldada por uma racionalidade tecnocrática. Sua relevância está justamente na tensão que introduz no cenário geopolítico da Guerra Fria. Ao reconhecer a multipolaridade emergente e articular alianças fora do eixo hegemônico, o Brasil insinuava uma forma incipiente de diplomacia mais independente — ainda que contida pelos limites autoritários e coloniais do regime.

A aproximação com a África lusófona, por exemplo, não foi apenas fruto de solidariedade sul-sul, mas também de interesses estratégicos e econômicos. O apoio ao reconhecimento de Angola em 1975, mesmo antes dos Estados Unidos, refletia não apenas uma leitura pragmática das correlações de força no continente africano, mas também um gesto simbólico de autonomia frente à pressão de Washington. Contudo, esse gesto também revelou contradições profundas: por décadas, o Brasil manteve estreita relação com o regime salazarista em Portugal, silenciando sistematicamente sobre a violência do colonialismo luso na África. Além disso, o país evitou condenar o apartheid sul-africano em fóruns multilaterais, revelando os limites de sua suposta política de autodeterminação dos povos. Nesse sentido, o reconhecimento de Angola não apenas contrastava com o histórico recente da diplomacia brasileira, como também evidenciava que as escolhas do Itamaraty ainda estavam condicionadas por interesses econômicos e

¹⁹³ CERVO, op. cit.

pela seletividade do regime militar ¹⁹⁴. No campo energético, a intensificação das relações com países produtores de petróleo e a busca por acordos com o Iraque e o Irã também indicavam uma diversificação calculada de parcerias.

A década de 1980 revelou os limites desse projeto. A crise da dívida externa, o esgotamento do modelo econômico concentrador e a crescente pressão por redemocratização abriram fissuras no regime. No plano internacional, o Brasil oscilava entre tentativas de afirmação autônoma — como a denúncia da ordem econômica desigual nos fóruns multilaterais — e a necessidade de conciliação com os organismos financeiros internacionais. O país passou a defender a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI), alinhando-se a outras nações do Terceiro Mundo nas críticas à dependência tecnológica, à deterioração dos termos de troca e ao sistema financeiro global, ainda sob dominação do Norte. Nesse contexto de redemocratização e tentativa de construção de um novo pacto nacional, a promulgação da Constituição de 1988 representou um marco fundamental na história política do Brasil. Fruto direto da mobilização social contra a ditadura, ela incorporou importantes avanços no campo dos direitos humanos, da proteção ambiental e dos direitos dos povos indígenas. Pela primeira vez, a Carta Magna reconheceu os direitos originários sobre as terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, além de consagrar o meio ambiente como bem de uso comum do povo, impondo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. A chamada “Constituição Cidadã” procurou alinhar o país com os princípios democráticos e com os direitos coletivos e difusos até então marginalizados.

No entanto, os limites dessa proteção constitucional se tornam evidentes diante da morosidade dos processos de demarcação, da violência no campo e da constante violação de direitos nas regiões periféricas, em especial na Amazônia Legal. Apesar do avanço legal, a estrutura de poder vigente continuou operando sob lógicas coloniais de exploração territorial e silenciamento dos povos originários.

Apesar disso, ainda de acordo com CERVO, o período oferece avanços significativos. O diálogo contra hegemônico, ainda que instrumentalizado por interesses estatais, criou conexões e redes que seriam retomadas posteriormente por governos

¹⁹⁴ RICUPERO, op. cit.

progressistas nas décadas seguintes. As experiências de cooperação com a África, a Ásia e a América Latina deixaram legados diplomáticos, técnicos e simbólicos que seriam fundamentais para a formulação de políticas externas mais emancipatórias no início do século XXI. O fortalecimento de um pragmatismo, institucionalizado, dentro do Itamaraty, foi fundamental para que os moldes da política externa, sobretudo aquela operado pelo corpo diplomático, pudesse ter bases sólidas.

Ainda dentro dessa pergunta fundamental para entender a política externa brasileiro do período, Foucault nos ajuda a entender e analisar os dispositivos de poder e razão de Estado, mostrando que o Estado moderno opera por meio de racionalidades distintas — como a segurança interna e a projeção geopolítica — que não precisam ser coerentes entre si, desde que contribuam para a manutenção da ordem. Assim, enquanto a biopolítica interna atua sobre os corpos e as subjetividades por meio da vigilância, da disciplina e da repressão, a política externa pode se orientar por estratégias de legitimidade e prestígio internacional¹⁹⁵. Já Quijano, ao teorizar a colonialidade do poder, ajuda a revelar que essa suposta autonomia externa do Brasil operava, muitas vezes, dentro dos limites do sistema-mundo colonial moderno¹⁹⁶. A aproximação com países africanos recém-independentes e o discurso terceiro-mundista não rompem com a lógica colonial; ao contrário, podem ser lidos como tentativas de reposicionamento dentro da hierarquia global, ainda moldada por padrões de poder eurocentrados. Um exemplo dessa lógica é a atuação do Brasil na Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A iniciativa foi saudada pelo governo militar como sinal de engajamento brasileiro com o terceiro mundo (sul global, em termos atuais), mas frequentemente operava de forma verticalizada e tecnocrática. A expertise transmitida era oriunda de instituições brasileiras como a Embrapa, a Fiocruz ou o Itamaraty, sendo aplicada em países africanos e asiáticos a partir de uma lógica de "modelo a ser seguido", e não de construção horizontal do conhecimento. Como observa José Flávio Sombra Saraiva, “a diplomacia [...] fez uso do idioma da solidariedade cultural”, mas, na prática, “em variados aspectos, o léxico engendrou ilusões”¹⁹⁷. Essa ilusão de reciprocidade escondia uma assimetria: o Brasil se

¹⁹⁵ FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

¹⁹⁶ QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina.” *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 21, n. 58, p. 109–130, 2007.

¹⁹⁷ SARAIVA, op. cit

posicionava como exportador de soluções — e não como parceiro em trocas verdadeiramente emancipatórias. A cooperação técnica, nesse sentido, não rompia com a lógica colonial do saber; ao contrário, a tropicalização do conhecimento tecnocrático brasileiro reafirmava a colonialidade ao ignorar as realidades locais e impor padrões baseados em sua própria trajetória de desenvolvimento¹⁹⁸.

Enquanto o Brasil utilizava a política externa como instrumento de afirmação geoeconômica do governo militar em meio à repressão interna, a Bolívia, de acordo com YANÉZ, reproduzia uma política externa tutelada, funcional à manutenção de seu status periférico no sistema internacional¹⁹⁹. Com crescente influência dos Estados Unidos e dos organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, determinou uma agenda econômica baseada em ajustes estruturais, liberalização e desmonte das reformas nacionalistas da Revolução de 1952. A nacionalização das minas, conquista simbólica e material do levante de 1952, começou a ser revertida ou enfraquecida a partir do final dos anos 1960. A promessa de redistribuição social foi substituída pela lógica da tecnocracia militarizada, com uma política econômica voltada à exportação de matérias-primas e à atração de investimentos estrangeiros — sob o custo da soberania e da inclusão.

Contudo, como nos lembra DELGADO, mesmo imersa nesse cenário de repressão e dependência, a Bolívia viveu breves tentativas de rearticulação interna e de maior autonomia na política externa — momentos que revelam fissuras no projeto autoritário e aberturas para formas alternativas de inserção internacional.²⁰⁰ Um exemplo significativo ocorreu durante o curto governo de Juan José Torres (1970–1971), um militar nacionalista que chegou ao poder por meio de uma insurreição popular. Seu governo buscou maior aproximação com os movimentos sociais e sindicais, convocando a Asamblea Popular, um experimento inédito de cogestão entre Estado e trabalhadores. No campo externo, Torres ensaiou alianças com países latino-americanos de orientação progressista, como o Chile de Salvador Allende e Cuba, sinalizando uma diplomacia contrária à hegemonia norte-americana e voltada à construção de uma solidariedade²⁰¹

Apesar de sua breve duração — interrompida por um golpe militar liderado por Hugo

¹⁹⁸ Id.

¹⁹⁹ YANÉZ, op. cit.

²⁰⁰ DELGADO, op. cit.

²⁰¹ CUSICANQUI, op. cit.

Banzer —, o período representa uma tentativa concreta de rompimento com a lógica de lógica colonial.

Mesmo sob o regime conservador de Hugo Banzer (1971–1978), há registros de iniciativas que apontam para uma política externa mais pragmática e, em alguns casos, voltada à cooperação terceiro-mundista. A negociação com o Peru de Juan Velasco Alvarado, por exemplo, visava garantir à Bolívia uma saída soberana ao mar através do Corredor de Ilo, antiga demanda boliviana. Embora o projeto não tenha sido concretizado, revela uma disposição, ainda que limitada, de construir soluções regionais baseadas em interesses comuns entre países andinos²⁰².

Além disso, a Bolívia participou ativamente da Comunidade Andina de Nações (CAN), aderindo ainda nos anos 1970 ao Pacto Andino, que previa políticas de desenvolvimento conjunto, proteção de mercados internos e promoção de uma integração regional voltada ao fortalecimento das economias periféricas. Essa adesão — mesmo sob governos militares — mostra que a Bolívia buscava alternativas à dependência comercial e financeira das grandes potências, ainda que sem romper com a lógica extrativista dominante²⁰³.

No setor energético, observa-se também um esforço pela soberania nacional. A reestruturação da YPFB (Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos) e a tentativa de renegociar contratos com empresas estrangeiras visavam recuperar o controle estatal sobre os hidrocarbonetos. A Bolívia chegou a dialogar com a Organização Latino-Americana de Energia (OLADE) — fundada em 1973 —, iniciativa que reunia países da região em torno da ideia de uma política energética independente das pressões do mercado internacional.

Esses episódios — embora pontuais e limitados — indicam que a política externa boliviana durante os anos 1970 e 1980 não foi homogênea nem completamente subserviente. Mesmo sob o autoritarismo, havia disputas internas e espaços de formulação autônoma, que se manifestavam tanto em iniciativas de cooperação regional quanto em esforços de valorização dos recursos naturais nacionais. Tais momentos não anulam a predominância da lógica de submissão aos interesses hegemônicos, mas

²⁰² GARCÍA LINERA op. cit.

²⁰³ Id.

revelam as contradições e brechas pelas quais surgiriam, nas décadas seguintes, formas mais robustas de resistência à colonialidade do poder e de afirmação de projetos plurais de integração sul-americana, assim como ocorreria no caso brasileiro.

Durante os anos 1990 e início dos 2000, movimentos indígenas, sindicatos, mineiros e trabalhadores urbanos articularam um poderoso ciclo de mobilização popular, centrado na recuperação de lideranças históricas como Túpac Katari e Bartolina Sisa. As lutas contra a privatização da água em Cochabamba (2000) e pela nacionalização dos hidrocarbonetos (2003–2005) revelaram uma politização crescente da questão indígena e anticolonial, mesmo que o vocabulário da descolonização ainda estivesse em formação²⁰⁴.

4.5 Governos Lula e Evo Morales

Essa onda culminou na eleição de Evo Morales, em 2005, e na ascensão do *Movimiento al Socialismo – Instrumento Político por la Soberanía de los Pueblos (MAS–IPSP)*. Liderado por cocaleros do Chapare, o partido se tornou a principal força político-eleitoral popular das Américas com base indígena. O governo Morales promoveu o processo constituinte (2006–2009), que resultou na fundação do Estado Plurinacional da Bolívia — um marco sem precedentes na institucionalização de uma proposta decolonial no continente²⁰⁵.

A política externa boliviana entre 2006 e 2012 transformou a Bolívia em protagonista de um projeto sul-americano alternativo, baseado em solidariedade entre os povos, crítica ao imperialismo e valorização de saberes originários. Inspirado nos princípios do *Suma Qamaña* (bem viver), o país passou a defender a ideia de uma convivência internacional pautada por harmonia ecológica, autodeterminação dos povos e soberania sobre os bens comuns. A Bolívia de Morales recusou o papel subalterno reservado aos países periféricos no sistema internacional moderno/colonial²⁰⁶. DELGADO sublinha que, sob sua liderança, o país rompeu com a tradicional submissão diplomática ao hemisfério norte e apostou em alianças sul-sul, aprofundando sua participação na ALBA (Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América), reatando laços históricos com Cuba e Venezuela, e rechaçando abertamente o papel da OEA e os tratados de livre comércio com os Estados Unidos. Essa inflexão anticolonial se traduziu

²⁰⁴ CUSICANQUI, op. cit.

²⁰⁵ ZANATTA, op. cit.

²⁰⁶ DELGADO, op. cit.

em denúncias sistemáticas em fóruns multilaterais sobre os efeitos do colonialismo climático, do extrativismo transnacional e da militarização das fronteiras²⁰⁷.

A atuação da Bolívia na Conferência Mundial dos Povos sobre Mudança Climática e os Direitos da Mãe Terra (Cochabamba, 2010) expressa bem essa virada. Ali, a Bolívia defendeu um novo paradigma de relações internacionais fundado no reconhecimento dos direitos da *Pachamama*, propondo a criação de um *Tribunal Internacional de Justiça Climática*. Esse gesto desafiava frontalmente as epistemologias coloniais do direito e da política, propondo uma gramática jurídica indígena no centro do debate global.

É nesse sentido que o processo boliviano se apresenta, até hoje, como o mais ambicioso e institucionalizado movimento de descolonização recente nas Américas, na medida em que não apenas tentou reformar internamente o Estado, mas também reposicionou o país no sistema internacional a partir de valores próprios, ancestrais e antissistêmicos, combatendo todas as bases do poder colonial anteriormente estudadas. Quando comparamos os processos constitucionais de 1988 no Brasil e o de 2009 na Bolívia, fica clara a diferença entre os pactos sociais. No elemento natureza, por exemplo, A Constituição plurinacional promoveu uma ruptura jurídica, simbólica e epistemológica mais profunda ao redefinir o país como um Estado Plurinacional Comunitário, reconhecendo a coexistência de múltiplas nações e culturas em seu território. Essa transformação não foi apenas retórica: consolidou-se por meio da incorporação de sistemas normativos indígenas originários, do reconhecimento da justiça comunitária com igualdade de status frente ao sistema judicial ordinário (art. 179-II), e da criação de instituições como o Tribunal Constitucional Plurinacional e a Jurisdicción Indígena Originaria Campesina. Além disso, a natureza — sob o nome de Pachamama — passou a ser reconhecida como sujeito de direitos, o que levou à promulgação da Lei dos Direitos da Mãe Terra (Lei 071/2010) e da Lei Marco da Mãe Terra e Desenvolvimento Integral (Lei 300/2012), que reformulam a lógica de desenvolvimento a partir da harmonia entre seres humanos e natureza.

²⁰⁷ CHOQUE CANQUI, Roberto. Proceso de descolonización. In: VICEPRESIDENCIA DEL ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA (Org.). *Descolonización en Bolivia: cuatro ejes para comprender el cambio*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2011. p. 21–38.

Como nos lembra Fanon (2004), a descolonização é “sempre um fenômeno violento”, marcado por traumas e contradições, sendo um processo em movimento. Natural, portanto, que ameace os alicerces do próprio sistema internacional moderno/colonial, bem como as elites locais que reproduzem essa sistemática.

Portanto, esse projeto não esteve isento de contradições. A manutenção da matriz extrativista para financiar os programas sociais do governo revelou os limites do modelo econômico boliviano e acentuou tensões com povos indígenas de territórios afetados por megaprojetos. O caso do TIPNIS, foco do estudo de DELGADO, em 2011, é emblemático: indígenas que haviam apoiado Morales passaram a protestar contra a construção de uma estrada em suas terras, sendo reprimidos pelo próprio Estado plurinacional²⁰⁸.

Esses eventos indicam que a descolonização, embora avançada em termos institucionais e simbólicos, não conseguiu romper completamente com a lógica colonial de apropriação territorial e centralização do poder. Em síntese, o ciclo que vai dos anos 1990 a 2012, último ano de nossa análise histórica, mostra que a descolonização é uma disputa permanente, profundamente marcada por contradições, avanços e resistências internas.

Enquanto isso, no caso brasileiro, a política externa entre 2003 e 2012, sob os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e o início da gestão de Dilma Rousseff, constituiu uma inflexão relevante na trajetória diplomática do país. A estratégia da autonomia pela diversificação reposicionou o Brasil no sistema internacional por meio da ampliação de parcerias com países em desenvolvimento, a intensificação da cooperação Sul-Sul e o fortalecimento do multilateralismo como arena de disputa e reposicionamento²⁰⁹. CERVO destaca que o objetivo era claro: ampliar a margem de manobra do Brasil, reconfigurando sua inserção internacional sem romper formalmente com os grandes centros de poder

O Sul global deixou de ser apenas destinatário da ação diplomática e passou a ser eixo articulador. A aproximação com a África, a reativação do IBAS, a articulação dos BRICS, a centralidade da UNASUL e a recusa da ALCA marcaram o período com uma

²⁰⁸ DELGADO, op.cit

²⁰⁹ CERVO, op. cit.

linguagem de contestação à hierarquia norte-sul²¹⁰. Essa nova orientação, longe de ser acidental, partia do reconhecimento de que o Brasil compartilhava com muitos países do Sul um passado de dominação, subordinação econômica e marginalização política. A construção de uma diplomacia solidária com base na cooperação técnica e no compartilhamento de “boas práticas” entre países em desenvolvimento foi apresentada como uma alternativa às práticas tradicionais de ajuda condicionada oferecida pelas potências do Norte. No caso africano, essa estratégia assumiu contornos especialmente simbólicos: ao afirmar que o Brasil possuía “uma África dentro de si”, o discurso diplomático buscava construir uma identidade compartilhada, que autorizava a ampliação da presença brasileira no continente a partir de uma suposta afinidade civilizatória. Contudo, como mostram os estudos de José Flávio Sombra Saraiva, essa reaproximação reproduzia, por vezes, uma lógica culturalista e verticalizada, na qual o Brasil projetava sua expertise como modelo, reafirmando um lugar de liderança dentro da periferia global — uma espécie de tropicalização da racionalidade desenvolvimentista. Apesar de diversos avanços, tanto no plano interno (como incentivo às políticas de cotas e de combate ao racismo), tanto no externo (como a abertura de mais de 30 embaixadas em países africanos), a lógica da década de 1970 não foi completamente superada por tratar-se, afinal, de parte integrante da colonialidade do poder.

Esse ciclo diplomático também representou uma tentativa relevante de questionar a arquitetura da governança global. A defesa da reforma do Conselho de Segurança da ONU, o questionamento às regras da OMC na Rodada Doha, a crítica à financeirização da cooperação internacional e a proposta de novos mecanismos de governança — como a criação de um Conselho de Segurança Alimentar Global — inscrevem-se em uma agenda de transformação normativa da ordem internacional. No entanto, esses gestos se mantiveram, em grande medida, no plano da disputa por reconhecimento e não chegaram a propor uma reconfiguração substantiva do sistema-mundo moderno-colonial²¹¹. A política de cooperação Sul-Sul foi, muitas vezes, marcada pela lógica do prestígio e da projeção de influência regional, operando como ferramenta do Estado para fortalecer sua posição relativa — e não como instrumento de emancipação

²¹⁰ RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (orgs.). *Política externa brasileira: Cooperação Sul-Sul e negociações internacionais*. São Paulo: UNESP, 2014.

²¹¹ VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. *Revista Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 273–335, jul./dez. 2007

epistêmica ou geopolítica. Os limites desse projeto ficam ainda mais claros quando observamos a frustração brasileira em sua tentativa de conquistar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Apesar do engajamento diplomático intenso, do apoio retórico de vários países e da legitimação de seu ativismo internacional, o Brasil permaneceu fora do núcleo duro da tomada de decisão global.

Robert Keohane argumenta que potências médias, como o Brasil, podem ampliar sua influência por meio da participação ativa em regimes internacionais, mas dificilmente alteram a estrutura hierárquica da ordem global sem o aval explícito das potências centrais²¹². A busca por um assento no CSNU partia de uma lógica de inclusão, mas não de transformação: ao pleitear uma cadeira permanente, o Brasil não propunha o desmonte do sistema, mas seu próprio reconhecimento como parte do clube. Isso não apenas evidencia os limites da diplomacia reformista, mas também escancara a rigidez de uma ordem internacional fundada na colonialidade do poder.

É aqui que a crítica de Frantz Fanon se torna especialmente aguda. Em *Os condenados da terra*, Fanon alerta que as elites das antigas colônias, ao tomarem o poder, tendem a substituir a metrópole sem jamais desmontar seus mecanismos de dominação. Ele escreve:

Sua vocação histórica é servir de intermediária entre o capital estrangeiro e a realidade nacional. Não se propõe a transformar a sociedade: busca tão somente adaptar-se a ela. Ela se agarra às formas de poder herdadas da colonização e as maneja com a mesma violência simbólica. Sua missão, se é que se pode chamá-la assim, é assegurar a permanência da estrutura colonial sob novos nomes e bandeiras.²¹³

A ausência de um projeto interno de descolonização — que revisasse (e não apenas reformasse) as bases raciais, territoriais e epistemológicas do Estado brasileiro — limitou a potência transformadora da ação externa. Diferentemente da Bolívia de Evo Morales, que articulou uma refundação plurinacional do Estado a partir de saberes

²¹² KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

²¹³ FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução de Enilce Albergaria Rocha e Lucy Magalhães. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

indígenas e cosmologias ancestrais, o Brasil ensaiou um giro internacional sem abalar de fato as estruturas coloniais internas.

Apesar disso, a política externa brasileira entre 2003 e 2012 representa uma tentativa importante de deslocamento geopolítico e simbólico, com avanços inegáveis na diversificação de parcerias e no fortalecimento das vozes do Sul. Foi, nesse sentido, reformista e não revolucionária (ou que tenha retomado e ampliado ideais revolucionários, como na Bolívia). Buscou-se uma posição mais favorável para o Brasil no sistema internacional, mas sem questionar os pilares epistemológicos e materiais desse sistema. A decolonialidade esteve presente como horizonte implícito, mas não como programa político. A travessia foi real — mas faltou desordem. E, como nos lembra Fanon, “a descolonização, que se propõe a mudar a ordem do mundo, é uma criação de homens novos. Essa criação não é por delegação. A descolonização, como processo histórico, é um fenômeno violento. [...] Para o colonizado, a vida só pode surgir da morte do sistema que o esmaga. A descolonização não é uma negociação: é um desmoronamento.”²¹⁴

²¹⁴ Id.

Considerações Finais

Ao longo desta dissertação, buscamos iluminar os momentos em que Brasil e Bolívia tentaram romper, em maior ou menor grau, com os padrões de dominação herdados da lógica colonial em suas políticas externas. Partimos do entendimento de que ambos os países foram profundamente marcados pela estrutura do poder colonial que segue vigente, articulando-se nas dimensões do saber, da economia, da natureza, da raça e do gênero/sexualidade. A política externa, enquanto uma das faces do projeto de Estado, não escapa dessas tramas, ainda que, por vezes, represente uma via de contestação e reconfiguração das relações internacionais hegemonicamente estabelecidas.

Brasil e Bolívia viveram momentos históricos bastante semelhantes, determinados pelas dinâmicas do sistema internacional, das ondas de democratização e dos ciclos econômicos globais. Ambos foram impactados por processos de dependência econômica e geopolítica, sendo ora zonas de influência dos EUA durante a Guerra Fria, ora polos de articulação regional em momentos de maior abertura política e econômica. No entanto, as respostas históricas a esse quadro foram distintas, e este trabalho buscou demonstrar que, apesar das semelhanças estruturais, a Bolívia logrou avançar mais em seu projeto de descolonização do Estado e da política externa, sobretudo na revolução de 1952 e no primeiro governo Evo Morales.

A diferença não reside apenas em conjunturas políticas favoráveis ou desfavoráveis, mas também em elementos constitutivos do tecido social e da trajetória histórica de cada país. A Bolívia, país de maioria indígena, sofreu uma colonização interna mais explícita e violenta, o que contribuiu para a construção de uma consciência política radicalizada em torno da exclusão. Essa consciência produziu uma crítica incisiva ao Estado colonial e à colonialidade do saber, que teve reflexo direto na redação da nova Constituição de 2009 e na atuação diplomática do país nos fóruns internacionais. Ainda que o processo de descolonização boliviano esteja longe de ser completo — como alerta Walter Mignolo (2010), ao falar da persistência do “colonialismo interno” —, ele

representa uma experiência rara de reelaboração institucional fundada em uma epistemologia não eurocentrada²¹⁵.

Já no caso brasileiro, os momentos de maior autonomia em política externa — como a Política Externa Independente, o “pragmatismo responsável” e a diplomacia Sul-Sul nos governos Lula — revelaram esforços significativos de contestação à ordem global desigual.

Com base nas cinco dimensões do poder colonial, foi possível observar que os momentos de maior autonomia em política externa em ambos os países dialogam diretamente com o desejo de ruptura frente à colonialidade da economia, do saber e da raça — ao propor novas alianças, questionar fóruns internacionais e buscar maior protagonismo global. Porém, as outras dimensões da colonialidade — sobretudo a de gênero/sexualidade — foram frequentemente negligenciadas ou reproduzidas, mostrando os limites de uma descolonização diplomática desvinculada de transformações internas. E mesmo nos elementos em que houve maior crítica, é necessário lembrar que o poder hegemônico está em constante rearticulação para preservar seus privilégios e formas de dominação. A colonialidade não é um vestígio do passado, mas uma matriz ativa que molda os processos contemporâneos. Como afirma Maldonado-Torres, a descolonialidade exige o enfrentamento da “zona do ser” e da “zona do não-ser”, ou seja, da divisão ontológica e epistêmica que hierarquiza corpos, saberes e territórios. Trata-se de uma disputa contínua que não se encerra em reformas institucionais ou avanços discursivos.

Não surpreende, portanto, que muitos dos pontos discutidos ao longo desta dissertação — como o fortalecimento de alianças Sul-Sul, a crítica à ordem econômica global, o reconhecimento de saberes não hegemônicos e a valorização de sujeitos historicamente marginalizados — tenham sido justamente eixos atacados nos processos de desestabilização política com golpes e tentativas, que marcaram a década seguinte em ambos os países, repetindo a mesma lógica do que aconteceu após as Reformas de Base de João Goulart e a Revolução Nacional Boliviana de 1952: ambas representaram projetos de transformação estrutural que, ao articular redistribuição de poder e questionamento da dependência externa, tornaram-se alvos diretos de ações contrarrevolucionárias

²¹⁵ MALDONADO-TORRES, op. cit.

promovidas ou apoiadas pelo poder hegemônico internacional. É neste ponto que a contribuição de Walsh nos elucida, ao defender que a descolonialidade implica não apenas em reconhecer os legados coloniais, mas em produzir novas práticas políticas e epistemológicas, fundadas na escuta e valorização dos saberes subalternizados²¹⁶. A Bolívia, ao constitucionalizar o “Estado plurinacional” e reconhecer oficialmente a diversidade epistêmica de seu povo, mesmo com todas as contradições, ensaiou passos mais profundos nessa direção. Já o Brasil, ao não romper com os mitos fundadores da democracia racial ou do universalismo integrador, permaneceu oscilando entre a denúncia da ordem internacional e a reprodução de suas próprias hierarquias internas.

Finalizamos com as palavras de Aimé Césaire, que resumem o espírito desta dissertação: “A descolonização é um ato de justiça. É a restituição do que foi roubado.” Que esta reflexão inspire novas formas de pensar e fazer política internacional em nosso continente²¹⁷.

²¹⁶ WALSH, Catherine. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter (org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009. p. 19–40.

²¹⁷ CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Trad. Aníbal Flórez. São Paulo: Veneta, 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, W. de A. (2001). *O jogo da política: o samba e a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar.
- AMORIM, Celso. *Teerã, Ramalá e Doha: memórias da política externa ativa e altiva*. São Paulo: Benvirá, 2015.
- ANDRADE, Everaldo de Oliveira. *A Revolução boliviana*. São Paulo: Editora. UNESP, 2007.
- ANDRADE, Débora da Silva. *História da Onda Progressista Sul-Americana (1998–2016)*. São Paulo: Appris, 2019.
- ARGUEDAS, Alcides. *Pueblo enfermo*. La Paz: Librería Arno Hermanos, 1909
- ARANHA, Oswaldo. *Carta a Vargas: planejando o pós-guerra*. Rio de Janeiro: 1943.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, DF, n. 11, p. 89-117, 2013.
- BARBOSA, Igor Andrade Vidal. *A Bolívia e o contexto regional*. Conjuntura Internacional, Minas Gerais, ano 3, n. 13, p. 1-3, mai.2006. Disponível em: .Acesso em: 21 de junho de 2022
- BARRAAGÁN ROMANO, Rossana et al. *Bolivia, su historia*. Tomo IV. La Paz: Coordinadora de Historia, 1994.
- BONIFAZ, Gustavo; FAGUET, Jean-Paul; ZUAZO, Moira (Orgs.). *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012.
- BURNS, E. Bradford. *A política externa independente do Brasil: antecedentes e primeiros anos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1983.
- BRANDT, Dirk; PÉREZ, Mariana (Orgs.). *Bolívia: de 1952 ao Século XXI*. Brasília: FUNAG, 2016.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 80–87.

CAMPOS, Filipe Queiroz de. *A historiografia sobre a política externa de Getúlio Vargas entre 1930 e 1945: uma problematização*. Faces de Clio, Juiz de Fora, v. 8, n. 15, p. 89-114, jul./dez. 2022.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750–1816)*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CEPPI, Natalia. *La política exterior de Bolivia en tiempos de Evo Morales Ayma. Si Somos Americanos*, Santiago, v. 14, n. 1, p. 125–151, 2014.

CERVO, A. L.; BUENO, C. (Orgs.) *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 1992.

CERVO, AMADO Luiz; Calvet de Magalhães, José. *Depois das Caravelas. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*. Brasília: EdUnb, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010

CHOQUE CANQUI, Roberto. *Proceso de descolonización*. In: MENDOZA, José Luis (Org.). *Descolonización en Bolivia: Cuatro ejes para comprender el cambio*. La Paz: Fundación Friedrich Ebert, 2016.

COUTO, Cláudio Gonçalves; BAIOCCHI, Peter. O lulismo e a política externa: a ascensão internacional do Brasil e o novo desenvolvimentismo. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 22, n. 50, p. 49–65, jun. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-987314225005>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CORONIL, Fernando. *Mais além do ocidente: para um novo sentido do ser, da modernidade e da história*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005

COVARRUBIAS, Ana *El problema de los derechos humanos y los cambios en la política exterior*. Foro Internacional, v. 39, n. 4, p. 429-452, oct.-dic. 1999.

COX, Robert W. *Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory*. In: KEOHANE, Robert O. (org.). *Neorealism and Its Critics*. New York: Columbia University Press, 1986. p. 204–254.

CUNHA, Euclides da. *À margem da história*. 2. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1960.

CUNHA FILHO, Clayton M. *Qualidade Democrática na Bolívia de Evo Morales (e além): transformações, avanços e desafios / Democratic Quality in Evo Morales' Bolivia (and beyond): transformations, advances and challenges*. *Revista de Ciência Política Teoria e Pesquisa*, São Carlos, v. 26, n. 2, 2017

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Cultura com aspas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DONGHI, Halperin. (1989). *História da América Latina*. São Paulo, Paz e Terra.

DEHEZA, Grace Ivana. *Bolívia 2006: Reforma estatal y construcción del poder*. *Revista de ciência política*, v. 27, n. Esp, p. 43-57. 2007. Disponível em: . Acesso em: 12 de Março de 2022.

DANTAS, Raymundo Souza. *África difícil: missão diplomática em Angola*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

DELGADO, A. C. T. *Internal Colonialism and International Relations*. 1. ed. Londres: Routledge, 2021.

DORATIOTO, Francisco. *O Império do Brasil e a Argentina (1822-1889)*. *Textos de História*, vol. 16, n. 2, 2008, pp. 217-47.

FANON, F. *Black Skin/White Masks*, Chapter 5. United Kingdom: Pluto

FANON, F. *The Wretched of the Earth*. New York: Grove Press, 2004.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 4. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001. 2 v.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.). *O Brasil Republicano*. v. 4: *O tempo da Nova República: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FONSECA, Daniela M. de; CASTELAN, Daniel R.; LEMGRUBER, Sílvia. A política externa brasileira Sul-Sul na integração regional. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 55, n. 1, p. 162–177, 2012.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global Editora, 2003.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*, 22 ed., São Paulo: Editora Nacional, 1987.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *Bolivia, su historia*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia, 2014.

GARCÍA LINERA, Álvaro. *A potência plebeia*. São Paulo: Boitempo, 2013. p 150

GOES FILHO, Synesio Sampaio. *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio*

sobre a formação das fronteiras do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *O Brasil e a ordem internacional*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2001.

GUEVARA AVILA, Jean Paul. *Bolívia: processos de mudança e política externa*. *Revista Diplomacia, Estratégia e Política*, Brasília, n.8, p.36- 48, out./dez. 2007. Acesso em: 05 de Abril 2023.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HERRERA MILLER, Boris. *Estado y descolonización: notas para una discusión sobre el proceso boliviano*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional, 2015.

HERNÁNDEZ BERMÚDEZ, Orietta E. *La política exterior del Estado Plurinacional de Bolivia en el marco del proceso de cambio (2009–2019)*. *Universidad de La Habana*, Havana, n. 2, p. 250–267, 2020. Disponível em: scielo.sld.cu. Acesso em: 22 dez. 2024.

HIRST, M., e RUSSELL, R. – «*Democracia y política exterior: los casos de Argentina y Brasil*». In *Estudios Internacionales*. N.º 80, 1987, pp. 442-490.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. rev. e ampl. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLBRAAD, Carsten. *Middle Powers in International Politics*. London: Macmillan, 1984. In: LANDER, E. (ed.). *La Colonialidad del Saber: Eurocentrismo y Ciencias Knownledges, and Border Thinking*. Princeton: Princeton University

JORGE, Nedilson (Org.). *História da África e relações com o Brasil*. Brasília: FUNAG, 2018.

KEOHANE, Robert. *After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy*. Princeton: Princeton University Press, 1984.

KLEIN, Herbert S. *A Concise History of Bolivia*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

LIMA, Maria Regina Soares de; COUTINHO, Marcelo Vasconcelos. *A Agenda Sul-Americana: Mudanças e Desafios no Início do Século XXI*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2007, p.69-101.

JAGUARIBE, Helio. *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

KRENAK, Ailton. *A vida não é útil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020

LAFER, Celso. *A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira: passado, presente e futuro*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo*. Trad. Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis: Vozes, 1998.

MALAMUD, Carlos. *Breve história da América Latina*. São Paulo: Contexto, 2007

MALDONADO-TORRES, Nelson. *A topologia do Ser e a geopolítica do conhecimento: modernidade, império e colonialidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (Org.). *Revolução Africana: uma antologia do pensamento marxista*. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

MAYORGA, Fernando. *El gobierno de Evo Morales: entre nacionalismo e indigenismo*. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n.206, p. 04- 12, nov./dez. 2006. Disponível em: . Acesso em: 13 de Março de 2022

MEMMI, A. *The Colonizer and the Colonized*. Boston: Beacon Press, 1991.

MENDOZA, José. *El pensamiento amáutico y la matriz de la civilización andina*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 2008.

MIGNOLO, W. D. “Coloniality: The Darker Side of Modernity” in *Modernity and Modernism*. Barcelona: MACBA, 2009. p. 39-49.

MIGNOLO, Walter. *La idea de América Latina: la herida colonial y la opción decolonial*. Gedisa Editorial SA, 2007.

MIGNOLO, W.D. *La opción descolonial*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MIGNOLO, W. D. *Local Histories/Global Designs: Coloniality, Subaltern Modernity and Modernism*. Barcelona: MACBA, 2009. p. 39-49.

NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância Pan-Africanista*. São Paulo: Perspectiva, 2019.

PREBISCH, Raúl. *Desarrollo económico y bienestar social*. In: _____. *El desarrollo y la crisis de la dependencia*. México: Siglo XXI Editores, 1970

PUIG, Juan Carlos. *La política exterior argentina: incongruencia epidérmica y coherencia estructural*. In: PUIG, Juan Carlos (compilador). *América Latina: políticas exteriores comparadas*. Tomo I. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1982, p. 24-163.

NÚÑEZ, Geni. *Descolonizando afetos: teorías e prácticas insurgentes*. São Paulo: Editora Política, 2021

PECEQUILO, Cristina Soreanu. *A política externa brasileira (1990–2002): a diplomacia da continuidade*. São Paulo: Unesp, 2003.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina*. In:

LANDER, Edgardo (org.). *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2014. p. 117–142

QUINTANA TABORGA, Juan Ramón (Org.). *Un siglo de intervención de EE.UU. en Bolivia: la dinámica geopolítica en América Latina*. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolivia; Editorial del Estado, 2019.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidad y modernidad/racionalidad*. In: *El colonialismo y la modernidad en América Latina*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1992. p. 55.

QUIJANO, A. “Coloniality and Modernity/Rationality”. *Cultural Studies*,

QUIJANO, A. “Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America”.

QUIJANO, A. “Raza, Etnia y Nación: Cuestiones Abiertas”. In: Quito: Tercer Mundo: Libri Mundi, p. 437-448, 199 2a. *Resistance in the Twenty-First Century*. New York: Rowan & Littlefield

QUINN, David. *O colonialismo e as suas estruturas: uma análise crítica das relações de poder no pós-colonialismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Roberta Rodrigues. *As diferentes dimensões da cooperação sul-sul na política externa brasileira*. In: *Política externa brasileira, cooperação sul-sul e negociações internacionais*. [S.l.]: [s.n.], 2015.

REINAGA, Faustino. *La revolución india*. La Paz: Ediciones PIB, 1970.

RIBEIRO, Darcy. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RICUPERO, Rubens. “O Brasil no mundo”. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). *História do Brasil nação: 1808-2010*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. v. 1. e volume 2 (Brasil Império).

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. 1a edição, Rio de Janeiro: Versal, 2017.

RIVERA, José. *Colonialismo interno e as elites crioulas: uma análise da Bolívia pós-independência*. La Paz: Editorial 3600, 1998.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. *Sociología de la imagen: Miradas ch'ixi desde la historia andina*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2015.

SALAZAR, Fernando. *Hacia Una Nueva Política Exterior Boliviana*. LA PAZ: PLURAL, 2000.

SALAZAR, Fernando. *Lecturas de Política Exterior Boliviana*. LA PAZ : CERID, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Crise colonial e independência: 1808-1830*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SÁNCHEZ, Gloria; HUAYCA, Marco. *Experiência decolonial no Estado Plurinacional da Bolívia: Etnografia do pensamento da teoria e do Estado*. La Paz: Editorial Plural, 2018.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

SANTOS, Theotonio dos. *A inserção subordinada na globalização e os desafios da integração sul-americana*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006. p. 305–324.

SASSEN, Saskia. *The global city: New York, London, Tokyo*. Princeton: Princeton University Press, 1999.

SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). *Relações internacionais contemporâneas: da construção do mundo liberal à globalização*. São Paulo: Saraiva, 1997.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira*. Brasília: UnB, 1996.

SKIDMORE, T. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

STEINKE, Sabrina. *Operação Condor, Operações com dor: Conexões Repressivas em Região de Fronteira*. 1. ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2022.

TAMAYO, Franz. *Creación de la pedagogía nacional*. La Paz: Editorial del Estado, 1910.

TICONA ALEJO, Esteban. *De la diplomacia colonial a la diplomacia de los pueblos*. La Migraña, Sucre, n. 13, p. 17–23, 2016.

TOLEDO, A, organizador. *Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais*. Salvador : EDUFBA, 2021.

VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. *Revista Contexto Internacional*, v. 29, n. 2, p. 273–335, jul./dez. 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e dependência*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, Estado, Sociedad – Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Universidad Andina Simon Bolivar, 2010.

WALSH, Catherine. *Interculturalidad, descolonización del Estado y del conocimiento*. In: WALSH, Catherine; MIGNOLO, Walter (org.). *Interculturalidad, descolonización del Estado*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2009. p. 19–40.

WESSELING, H. L. *Dividir para dominar*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Revan, 1998.

YÁÑEZ, Enrique Fernández. “Política exterior boliviana: entre la diplomacia de los pueblos y la lógica del poder.” *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*, no. 95, 2011.

ZANATTA, Loris. *Uma Breve História da América Latina*. São Paulo: Cultrix, 2017.

ZUAZO, Moira; BONIFAZ, Gustavo; FAGUET, Jean-Paul. *Descentralización y democratización en Bolivia: La historia del Estado débil, la sociedad rebelde y el anhelo de democracia*. La Paz: Friedrich Ebert Stiftung, 2012.

